

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Redacção/Administração - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tels. 769705-769744-769751-779828 * Imp. e Comp. - Soc. Nac. de Tipografia, S. A. R. L., - Rua de «O Seculo», 41 a 63 - Lisboa * Distribuição - Distribuidora «O SECULO»



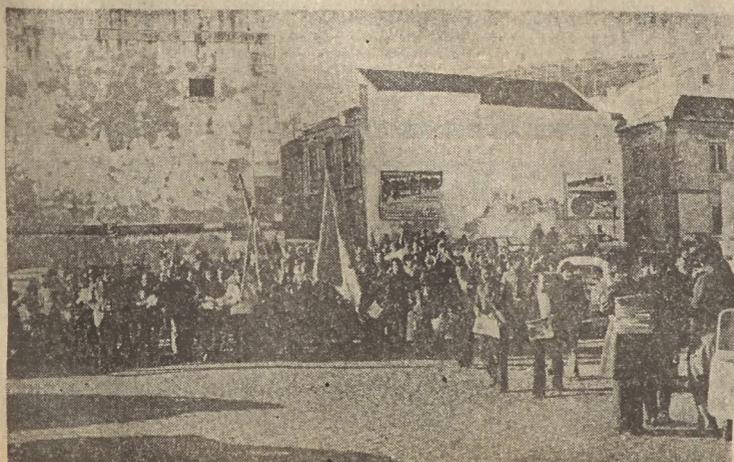
RECENSEAR



ORGANIZAR



VENCER



IMPORTANTES REGALIAS PARA MILHARES DE CAIXEIROS

Mais uma batalha foi ganha. O nosso CCT do ramo retalhista é mais uma grande vitória de toda a classe trabalhadora — afirmam numa saudação ao Ministério do Trabalho os trabalhadores caixeiros reunidos na Praça de Londres, no passado dia 11, numa manifestação de regozijo pela assinatura daquele contrato e de confiança naqueles que deram provas de a merecer.

Ontem, o Ministério fascista das Corporações ditava arbitrariamente leis que apenas favoreciam o patronato e legitimavam a exploração desenfreada dos monopólios. Hoje, o Ministério do Trabalho, como o demonstrou pela sua conduta na assinatura do CCT retalhista está franca-

mente interessado em se colocar cada vez mais ao lado dos trabalhadores. Os trabalhadores sabem bem quem são os seus aliados, sabem que a sua grande arma é a unidade em torno dos objectivos que lhes são comuns — acrescenta aquele documento assinado por sete sindicatos, reunindo milhares de trabalhadores.

O ministro do Trabalho, cap. Costa Martins, que recebeu uma delegação dos manifestantes, disse a dado passo de uma breve alocução: Esta prova de apoio que concretizais com a vossa presença aponta para aquilo que sempre desejámos seja uma realidade: a organização do mundo do trabalho como uma força coesa, capaz de participar inteiramente na vida e

na construção económica do País.

Depois de salientar como lhe era profundamente grata a livre iniciativa que ali levou os trabalhadores, o cap. Costa Martins terminou reafirmando que os contratos livremente negociados e assinados são para se cumprir e «o nosso apoio não faltará nos casos em que assim não seja. Temos para isso a autoridade que nos confere a consciência firme de defendermos os legítimos anseios que, dentro da justiça social, mais interessam ao nosso País».

Importantes garantias

O novo Contrato Colectivo aplica-se a muitos milhares de trabalhadoras e trabalhadores representados pelos Sindicatos dos Caixeiros e Profissões Similares, Profissionais de Escritório, Motoristas, Contínuos e Porteiros, Cobradores, Telefonistas e

CONT. NA PÁG. 7

COMÍCIO NA GUARDA

«Aqueles que inventaram a mentira de que nós queremos roubar as terras aos pequenos e médios agricultores fazem-no precisamente porque querem perpetuar uma situação em que possam continuar a arruinar os agricultores para depois lhes ficarem com as terras. Fazem-no porque sabem que o que nós defendemos é precisamente para que sejam dadas mais terras aos pequenos agricultores à custa da expropriação, sim, mas das propriedades incultas e mal cultivadas dos grandes proprietários e latifundiários que outra coisa não fazem se não sugar o suor e o sangue dos trabalhadores rurais e dos rendeiros» — afirmou o camarada Carlos Costa da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido na sua intervenção durante um comício realizado no ginásio do Liceu Nacional da Guarda, perante mais de duas mil pessoas vindas de todos os pontos do distrito.

Referindo-se depois às condições agrícolas, em relação a alguns produtos, diminuiu drasticamente. Os preços dos produtos agrícolas mantinham-se artificialmente baixos enquanto subiam em flecha os preços dos adubos das sementes, das máquinas, etc. Os impostos sobre os pequenos camponeses não paravam de subir. As condições de vida nos campos pioravam dia a dia: faltavam estradas, faltavam

lúrias anticomunistas e a mentira mais grosseira que os reaccionários procuram espalhar — a de que os comunistas pretendem tirar as terras aos pequenos e médios camponeses — Carlos Costa interrogou:

«Enquanto nós, comunistas, sob o fogo da repressão, chamávamos os camponeses a luta pelos seus interesses o que estava acontecendo à agricultura nacional sob a ditadura terrorista dos monopólios e grandes agrários?»

E acrescentou:

«A produção agrícola, no seu conjunto, estagnava e, em relação a alguns produtos, diminuía drasticamente. Os preços dos produtos agrícolas mantinham-se artificialmente baixos enquanto subiam em flecha os preços dos adubos das sementes, das máquinas, etc. Os impostos sobre os pequenos camponeses não paravam de subir. As condições de vida nos campos pioravam dia a dia: faltavam estradas, faltavam

CONT. NA PÁG. 4

OPERÁRIAS CONSERVEIRAS: UNIDADE VITORIOSA

Depois de vários meses de luta por uma pequena melhoria de salários e sobretudo por um mínimo de estabilidade de emprego, que as entidades patronais se recusavam a assegurar, milhares de trabalhadoras conserveiras, com destaque para as operárias do Algarve, viram satisfeitas as suas reivindicações mais inadiáveis, mediante a intervenção do Governo, através da Secretaria de Estado do Trabalho, que, através de uma portaria, pôs em vigor uma convenção colectiva que abrange

aquele sector de actividade em todo o País.

Dias antes, as trabalhadoras algarvias tinham entrado em greve, como noticiámos no Avante! da última semana. Os patrões, recorrendo às «desculpas» habituais, incluindo a surpreendente afirmação de que não podiam aumentar os salários das operárias em seis tostões por hora, demoraram enquanto puderam as negociações e acabaram por as interromper, tendo sindicatos e trabalhadores esgotado, durante meses de espera, todas as concessões que podiam fazer.

Perante as dificuldades e saída, levantadas a todo o momento pelos industriais, teve que ser abandonada a via das negociações directas. Interveio então a Secretaria de Estado do Trabalho, a pedido dos trabalhadores utilizando a via administrativa até que seja negociado directamente

um novo Contrato Colectivo de Trabalho.

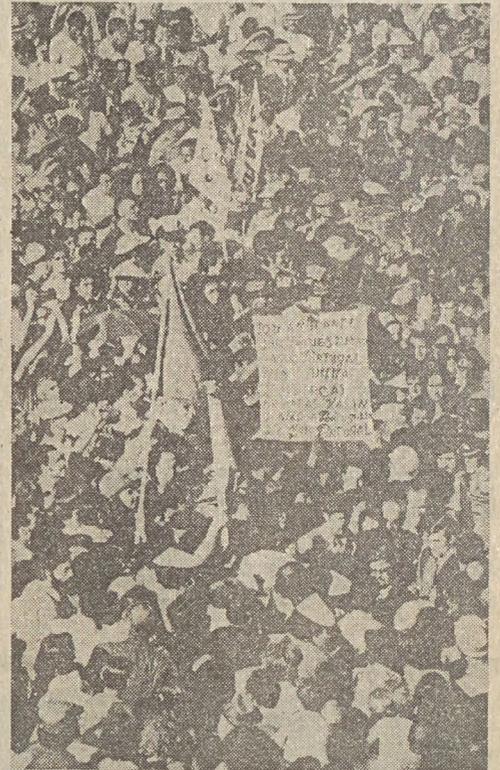
Abrangendo todo o País, a

nova regulamentação consagra algumas regalias pelas quais os trabalhadores lutavam há muito, suportando uma das situações mais duras entre as que afectam o operariado, embora criem riqueza numa das indústrias que mais dinheiro tem feito entrar nos cofres de alguns.

A partir de 1 de Novembro findo, os ordenados mínimos mensais para homens e mulheres passam a variar entre 3630\$00

e 6050\$00. Para os que recebem à hora, o leque salarial vai de 13\$00 (trabalhadoras aprendizes) a 22\$00. Ao dia, os salários variam entre 124\$80 e 176\$00. As categorias profissionais são as estabelecidas no Contrato de 1970. O período normal de trabalho diário é de 8 horas. Todo o excedente será pago como extraordinário, com um au-

CONT. NA PÁG. 7



A grande manifestação dos emigrantes realizada em 10 de Agosto no Estádio 1.º de Maio constituiu vibrante prova de apoio ao Portugal democrático

OS EMIGRANTES E A DEMOCRACIA

Novas perspectivas se abrem agora à renovação dos acordos sobre emigração, que defendam o facto dos interesses dos trabalhadores emigrados e ao desenvolvimento económico e consolidação da Democracia em Portugal.

Novas perspectivas, em todos os campos, se abrem ao povo português, e por conseguinte aos emigrantes. Tais perspectivas têm que ser aproveitadas, tendo, no entanto, o cuidado de manter os «pés assentes na terra», como diz o povo. O que significa isto: significa que acima de tudo coloquemos a defesa das conquistas

democráticas alcançadas nos últimos meses e que são a garantia de novas vitórias. Esta preocupação básica tem muito a ver com os emigrantes, como por exemplo na questão das eleições. «Ter os pés bem assentes na terra» — quer dizer também estar bem informados sobre o que realmente se passou em Portugal em 25 de Abril de 1974, em 1 de Maio, em 28 de Setembro, do que se está a passar. Significa saber fazer orelhas de mouco às calúnias, boatos e maledicências que a reacção estrangeira e a nacional lançam sobre o Governo Provisório, o MFA, os partidos políticos, e, em especial, o nosso Partido. «Ter os pés bem assentes na terra», quer também dizer conhecer os partidos políticos. Significa, o que é fundamental para os emigrantes pois na esmagadora maioria, pelo menos na Europa capitalista, eles são trabalhadores — conhecer bem o Partido Comunista Português, o partido do proletariado.

Por todas estas razões, porque sempre teve larga influência na emigração, porque essa influência cresceu e está a aumentar — o PCP decidiu realizar, durante o período do Natal, sessões de esclarecimento por todo o País, especialmente dedicadas aos emigrantes.

Que os emigrantes aproveitem a sua estada para se esclarecerem e esclarecerem-nos dos seus problemas. Por um Portugal Democrático — com o PCP!

A UEC INFORMA O POVO



A situação na Universidade e os graves problemas do ensino foram os principais temas abordados no entusiástico comício ontem à noite promovido pela UEC no Pavilhão dos Desportos de Lisboa. Presente, o secretário-geral do nosso Partido, camarada Álvaro Cunhal, que pronunciou um importante discurso a que, no próximo número do «Avante!», daremos o devido realce, assim como à reportagem acontecimento



A VOZ DO PCP

Todas as 2.ª-feiras às 22 horas

no Rádio Clube Português O PCP FALA PARA TI



Unidade e anticomunismo são incompatíveis

O anticomunismo veste as roupas mais diversas. Todas as armas lhe servem. Manifesta-se em todos os quadrantes da política. É uma obsessão para a direita mais reaccionária e para os ultra-esquerdistas mais irresponsáveis. Mas principiou também a florir entre esses dois pólos, invadindo outros terrenos. Surge como ímpeto crescente no seio de forças que se dizem defensoras da unidade e que proclamam estar dispostas a desenvolver esforços para a fortalecer e dar maior coesão à coligação antifascista.

Como tendência, o anticomunismo não é em Portugal um fenómeno novo. O fascismo foi sempre anticomunista. Nova e perigosa é a escalada anticomunista que mergulha as raízes em partidos, sectores e grupos que lutaram contra o fascismo e que retomam agora a linguagem e métodos a que o fascismo recorria para combater os comunistas. Continuam a ser gelidamente antifascistas em discursos, entrevistas e artigos em que se apresentam como porta-vozes e arquitetos de uma sociedade democrática. Falam e escrevem como se fossem os herdeiros das grandes tradições revolucionárias, como se a transformação das estruturas sociais e económicas dependesse de palavras e receitas cujo segredo julgam possuir. Fazem promessas, garantem ter a fórmula mágica da sociedade perfeita, tentam persuadir o povo de que só eles estão em condições de construir o socialismo purificado e aberto do futuro ou um novo tipo de social-democracia, humanizada e justa, incompatível com a exploração do homem pelo homem. Essas mesmas atitudes exclusivistas, esse monopólio da verdade, traduzem-se na prática política do dia-a-dia por um anticomunismo agressivo e obscurantista.

Esse comportamento leva a um moralismo que lembra o dos fariseus. A existência da reacção é esquecida e os comunistas passam a ser o alvo principal das campanhas mais antipatrióticas, mais antidemocráticas. Nós, comunistas, representaríamos o mal; eles, profetas da sociedade ideal, o bem. Essa concepção da vida política levou já certos «antifascistas» a lançarem mão de um tipo de propaganda pré-eleitoral absolutamente inédito. Parcorrem os campos e, insensíveis aos problemas locais, perguntam a cada camponês que encontram: «Sabes qual a diferença entre nós e os comunistas? Se a tua casa arder, nós salvamos as crianças; os comunistas levam as vacas e deixariam morrer os teus filhos.» Esses mesmos democratas informam também as camponesas da que «os comunistas, se chegam ao Poder, confiscarão todas as panelas de pressão».

Episódios tão ridículos como estes adquirem significação porque são peças de uma campanha. Inserem-se no coro de acusações dirigidas ao

nosso Partido. Não é um coro forte. A maioria dos tenores canta em surdina, fora do palco. Os autores das calúnias sabem que não têm penetração popular, que as massas não os escutam quando atacam directamente o nosso Partido. Evitam, portanto, a crítica frontal. Escolhem quase sempre meios indirectos, mais sinuosos e envolventes. Acreditam que a propagação anticomunista concebida em termos mais amplos e vagos será para eles mais rendosa do que as acusações gratuitas contra o Partido Comunista Português. Desenvolvem, por isso, uma actividade intensa no sector mais adequado, por ser o de maior audiência popular: o da informação. Aproveitam todas as oportunidades para «fazer» anticomunismo através do Rádio, da Televisão, dos jornais. Tudo lhes serve na sua ânsia de transformarem o branco em preto. Mas o objectivo é sempre o mesmo: apresentar uma imagem sombria do comunismo, retratar os comunistas como adversários da liberdade e da democracia; dar a impressão de que os partidos comunistas são máquinas trituradoras do homem como indivíduo; negar as grandes conquistas dos países socialistas e o papel histórico dos seus dirigentes.

O boato, a insinuação, a mentira, a calúnia são as armas usadas nessa campanha. Aqueles que participam nela nunca citam factos concretos. Não poderiam apresentar provas. E procuram justificar as suas atitudes divisionistas alegando que não atacam o nosso Partido, que não estão contra nós, como Partido. Chegou-se já ao cúmulo de criar uma expressão, «a nova censura», para incutir no espírito do povo a ideia de que o nosso Partido estaria desenvolvendo esforços para assumir o controlo de certos meios de informação, e impedir a divulgação de notícias, comentários e programas. É uma intriga ambiciosa. Mas é também uma intriga que se volta contra aqueles que a forjaram. Basta acompanhar a Rádio e a Televisão, é suficiente ler a imprensa para se chegar à conclusão irrefutável de que nenhum partido democrático, nenhuma força política antifascista tem sido alvo, como o nosso Partido, de tantas alusões maldosas, de tantas insinuações viperinas. Não responsabilizamos por essa situação os órgãos de informação. Registamos apenas uma realidade que desmente a calúnia. Aqueles que se queixam, que se fazem de vítimas, que nos acusam de atitudes que nunca adoptamos tem sempre encontrado as melhores facilidades para nos visarem com as suas injúrias.

Essas manobras, essa nova histeria anticomunista somente servem a reacção. No momento em que poderosas forças se mobilizam no plano internacional contra o processo de democratização portuguesa, o anticomunismo — em todas as suas modalidades — representa uma ajuda preciosa

para todos os inimigos externos e internos do povo português. Os elementos que, dizendo-se partidários de uma unidade actual, embarcam nas canoas do anticomunismo, em vez de combaterem a reacção e de contribuírem para o cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas fornecem armas a todos os que estão empenhados em fechar o cerco em torno do Portugal livre, em sabotar o esforço da reconstrução nacional, em sabotar a nossa frágil economia e retardar a descolonização. A leitura de certa imprensa internacional é muito esclarecedora a esse respeito. Mas o que alguns órgãos de informação estrangeiros estão a escrever sobre Portugal; a imagem que determinadas agências noticiosas internacionais projectam da política portuguesa e do movimento operário deixam, pelo visto, insensíveis os anticomunistas portugueses de perseguições antifascistas. A cegueira é tamanha que, para nos atingirem, há elementos, mascarados de democratas, que desejariam até criar embaraços ao comércio de Portugal com os países socialistas, desafiando desse modo, frontalmente, a orientação, definida no Programa do MFA, de uma abertura ao mundo que não se compedece com os velhos métodos da casa às bruxas.

É uma incoerência exaltar a liberdade como valor supremo e procurar, por todas as formas, negar o carácter profundamente democrático de um Partido que, ao longo de 48 anos, desempenhou um papel fundamental na luta contra o fascismo e pelo restabelecimento da democracia. O PCP, fiel aos seus princípios e ao seu programa, defende e defenderá a mais ampla liberdade para todos os partidos e forças democráticas. A liberdade de que o povo português goza hoje só deve ter um limite: aquele que é imposto pela necessidade de defender a democracia. As forças e elementos que, pelos seus actos, comportamento e palavras, se definem como inimigos da democracia precisam ser combatidos. Não podem encontrar facilidades para conspirar contra a democracia. Defendemos a unidade das forças democráticas, dos partidos democráticos, do movimento democrático. E o anticomunismo — insistimos — é incompatível com essa unidade. Conforme salientou em Aveiro o camarada Álvaro Cunhal, «a divisão entre as forças democráticas seria um erro trágico com consequências irremediáveis para o nosso povo. Tal divisão daria extraordinária possibilidade de uma vitória da contra-revolução».

O anticomunismo é uma das armas usadas para sabotar essa unidade. O anticomunismo é, por essência, antidemocrático, contra-revolucionário. Combatê-lo é um dever de todos os verdadeiros democratas, de todos os verdadeiros antifascistas.



Estratégia antimonopolista e investimentos estrangeiros

A realidade da economia portuguesa, a debater-se numa grave crise, e a posição deliberadamente inamistosa ou sabotadora dos grandes grupos financeiros para com a experiência democrática em curso no País, põe com força na ordem do dia a necessidade de uma concretização gradual, tão ampla e dinâmica quanto a resistência dos monopólios o exigir, da estratégia antimonopolista preconizada em linhas gerais no Programa do MFA.

Uma verdade salta aos olhos: no momento actual é pela via económica e financeira que alguns círculos do grande capital com interesses no nosso país tentam barrar o caminho português para a democracia, e interesses estrangeiros abertamente opostos aos do nosso povo praticam de maneira mais ou menos velada uma inequívoca ingerência política nas nossas questões internas.

Não se pode concluir outra coisa quando certos círculos estrangeiros, agitando calculadamente o «perigo do comunismo em Portugal», mesmo depois de terem confessado o erro desta estratégia, se propõem estudar o apoio a certos projectos do Governo Português, mas só depois das eleições de Março!

É visível que esperam a repetição em Portugal do caso grego e, provavelmente, procurem já neste momento um «Karamanlis» português que se preste a uma política acomodatória com os monopólios.

Naturalmente, o capital estrangeiro pode ter ainda — e terá — um papel positivo na economia do País se um estatuto conveniente para a salvaguarda da nossa independência económica e política for estabelecido. Um estatuto que garanta também, compreensivelmente, uma margem de retribuição aceitável dos capitais investidos. Mas há condições que têm de ser observadas. «Entre estas condições — diz-se no preâmbulo da Plataforma de Emergência saída do VII Congresso do PCP —, designam-se: a aceitação de taxas de lucro mais baixas que no tempo do fascismo, o pagamento de mais altos salários, o respeito pelos interesses, as leis e o regime democrático em Portugal».

As relações com os investidores estrangeiros não podem deixar de obedecer a certas regras. E, se é verdade que a crise gerada e transmitida pelo regime fascista derrotado vai ainda perdurar por algum tempo na vida do nosso povo independentemente da sua vontade, a alteração das regras estabelecidas com o governo fascista pode e deve desde já ser feita.

Quais eram as regras sob o fascismo?

O banqueiro Xavier Pintado, mais tarde secretário do Comércio do governo marcelista, um dos fundadores da SEDES e componente da chamada «ala liberal» na assembleia fascista, agora um dos dirigentes do CDS, apregoava há cerca de sete anos pelas praças financeiras da Europa e do Japão «os factores muito favoráveis» aos investimentos estrangeiros em Portugal. Eis alguns dos que enunciava:

- Existência de uma mão-de-obra abundante, barata, garantindo níveis muito favoráveis de produtividade;
- Regime fiscal dos mais favoráveis da Europa, com taxas sobre os lucros inferiores a 30%, além de numerosas isenções;
- Uma infra-estrutura bastante desenvolvida proporcionando importantes economias externas às empresas que se instalassem em Portugal;

— Reservas externas bastante elevadas e balança de pagamentos positiva proporcionando todas as garantias de transferências.

Esta política de pernas abertas ao capital estrangeiro, praticada pelo governo fascista, e que Xavier Pintado serviu fielmente como banqueiro e governante, não pode ser, como é óbvio, a do novo Estado democrático português e não se ajustaria fosse como fosse à estratégia antimonopolista do Programa do MFA.

Foi uma política cujo alcance estamos em condições de medir, não só pelos seus resultados, como através do comportamento de vários dos investidores estrangeiros face à nova situação política do País durante estes sete meses que distam da derrota do fascismo em Portugal.

Gozando à larga de créditos, que a banca portuguesa tem recusado às actividades produtoras do País, numerosas fábricas foram instaladas empregando milhares de operários e operárias.

Entretanto, em termos de industrialização nacional, podemos ver que este rápido surto de montagem de novas fábricas não alterou no fundo a velha estrutura económica do País e antes agravou a nossa dependência do estrangeiro.

Vejamos alguns dos «inchaços» industriais dos últimos anos:

Na indústria electrónica, por exemplo, foram montadas em instalações — significativamente precárias várias delas —, algumas grandes unidades com milhares de trabalhadores, mulheres em especial, para o fabrico de matrizes e outros elementos de aparelhagem electrónica. Estas matrizes e elementos são depois reunidos a outros produzidos em países nas condições idênticas às de Portugal e incorporados no produto final em fábricas quase sempre do país de origem dos investidores.

Tratando-se de uma indústria cuja tecnologia envelhece rapidamente, são os países produtores de elementos, como o nosso, que suportam depois os encargos e consequências da reconversão tecnológica, sem prejuízos financeiros para as multinacionais. Entre nós, sob o falso pretexto da elevação de salários, uma grande parte destas empresas atirou para o desemprego milhares de operários e operárias, algumas mesmo encerrando as fábricas. São os casos da Applied, da Standard Eléctrica (ITT), da Signética, da Automática Eléctrica, etc.

Na indústria de confecções houve vários pequenos industriais que não puderam resistir à crise e à sabotagem do crédito pelos bancos e faliram, mas outras empresas ligadas a grandes grupos, sob o mesmo pretexto do aumento de salários, decidiram fechar as suas portas e lançar no desemprego muitas centenas de operárias. Empresas cuja produção é, na quase totalidade, destinada à exportação, utilizando por vezes, para isso, aviões próprios ou fretados.

O pretexto alegado carece de qualquer fundamento sério, sabendo-se que nos países de origem dos investidores os salários são 4 e 5 vezes mais elevados do que os que pagam aos operários portugueses.

Na indústria de celulose e pasta de papel cresce a esta característica geral de exploração da mão-de-obra a baixo preço o facto de as numerosas unidades produtoras obrigarem ao sacrifício de grandes extensões da superfície agrícola para a plantação de eucaliptos, cultura que empobrece rapidamente os solos. Ao mesmo tempo esta preciosa matéria-prima,

tão necessária à nossa indústria papelreira, é enviada para fora do País na sua quase totalidade.

Se daqui passarmos à indústria automóvel os prejuízos, embora menores, aparecem sobre outra forma. Segundo o contrato inicial, deveria ser incorporado no custo do veículo não menos de 15% de origem nacional, percentagem que deveria ser em 1965 (mas não foi) de 25%. Apesar do suporte industrial português ser ainda reduzido, esta percentagem é, por exemplo, em Espanha, de 80%.

Em termos de comércio externo estes «inchaços» industriais tão exaltados pelos corifeus do fascismo como «grandes passos» na industrialização nacional não alteraram, antes agravaram o sentido fortemente deficitário da balança comercial do País. Gozando das largas facilidades financeiras e de toda a liberdade para explorar a barateza da nossa mão-de-obra, esta «industrialização» aumentou o grau da nossa dependência dos fornecimentos estrangeiros. O acréscimo das nossas exportações não significou vender aos outros os excedentes da produção nacional e o das importações — que subiram a um nível excepcional — não significou maior aquisição pelo País de mais tecnologia e melhor equipamento industrial.

Nos últimos quatro anos o saldo negativo da nossa balança comercial passou da dezena de milhões de contos para as duas e cerca de três dezenas, e é o grave desta herança deficitária que explica o saldo negativo de mais de 35 milhões de contos com que irá fechar a balança comercial de 1974.

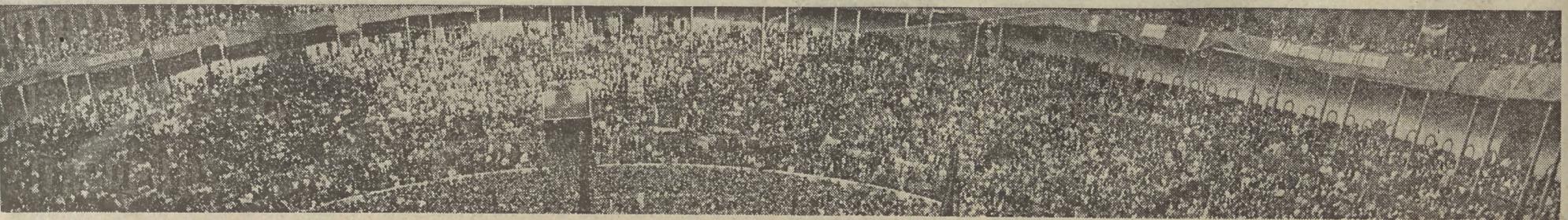
No mecanismo deste agravamento está a criminosa sabotagem económica de alguns destes grandes grupos financeiros multinacionais. Sa a verdade que na montagem de automóveis não há indícios sensíveis desta conspiração contra o regime democrático português, com excepção talvez da Renault — uma «tréga» francesa —, nas electrónicas referidas, que lançaram já no desemprego milhares de operários portugueses, e também nas confecções, essa atitude sabotadora é um facto indomitável.

Este «aparato» de exploração do capital monopolista oferecido aos investidores estrangeiros pelo regime anterior e tão exaltado por políticos como o senhor Xavier Pintado não é actualmente do agrado do grande capital estrangeiro quando lhe é exigida maior retribuição dos trabalhadores portugueses, uma retribuição que é final ainda mais do que modesta.

É por isso que a aplicação prática na economia portuguesa da estratégia antimonopolista implica uma alteração das «regras do jogo» com o capital estrangeiro que, repetimos, pode e deve ainda exercer um papel positivo na nossa economia e obter uma retribuição razoável para os seus investimentos em Portugal, desde que não interfira na vida das instituições democráticas que o nosso povo escolheu para viver.

A estratégia antimonopolista assenta não só na defesa das classes trabalhadoras do nosso país, como na sua participação consciente nas transformações que se impõem. A classe operária portuguesa será capaz de compreender os sacrifícios e dificuldades que cairão sobre ela se a dinâmica antimonopolista seguir abertamente a linha dos seus interesses, que são afinal os interesses da maioria esmagadora do povo português.

Na banca, na indústria e na agricultura, é na órbita dos interesses das amplas massas populares — e não dos grandes financeiros e monopolistas — que se impõe orientar uma política autenticamente democrática.



REFORÇA-SE A AMIZADE ENTRE O PCP E O MPLA

A delegação do MPLA que veio a Portugal para participar na Semana de Solidariedade com os Povos das Colónias visitou on-

do, fundador do MPLA; Costa Andrade, director do Departamento Cultural; José Carlos, membro da Comissão Directiva da Casa de

Comité Central do PCP, composta pelos camaradas Octávio Pato e Joaquim Gomes, membros do Secretariado e da Comissão Polí-

das tradições de fraternal amizade e solidariedade recíproca criadas entre o MPLA e o PCP nos difíceis anos de luta de libertação contra o colonialismo e de luta clandestina contra a ditadura fascista.

A realização deste encontro, que traduz o desejo de reforço dos laços entre o PCP e o MPLA, na nova fase das relações entre o Povo Português e o povo angolano, tem particular significado no momento em que, após o fim da guerra colonial, se coloca como uma perspectiva próxima a libertação e plena independência de Angola.

O PCP, que nas mais difíceis condições lutou sempre contra a guerra colonial e o colonialismo, assegurou aos delegados do MPLA que os comunistas portugueses continuarão, nas novas condições, a dar toda a contribuição que esteja ao seu alcance para que o povo angolano realize plenamente as suas aspirações de libertação nacional.

Foi reafirmada a decisão do PCP e do MPLA de alargarem e intensificarem as suas relações, contribuindo para que uma nova era comece nas relações de amizade fraternal entre o Povo Português e o povo angolano, e para que se estabeleçam no futuro relações de amizade e estreita cooperação entre o Estado português e o Estado angolano, em vias de formação, na base dos princípios da igualdade, do respeito mútuo, da não intervenção nas questões internas, da independência e soberania nacionais.

O encontro decorreu na linha de trabalho do CC; José Diogo, membro do CC e de Aurélio Santos, membros suplentes do CC.



As delegações do PCP e do MPLA no Centro de Trabalho do nosso Partido

tem o Centro de Trabalho do Partido Comunista Português. Paulo Jorge, membro das Relações Exteriores; Ilídio Macha-

Angola; Luandino Vieira, escritor; Arménio Ferreira, médico; foram recebidos e realizaram conversações com uma delegação do

O encontro decorreu na linha de trabalho do CC; José Diogo, membro do CC e de Aurélio Santos, membros suplentes do CC.



A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO NO ALENTEJO E NO ALGARVE -entrevista com a DORAA

Abraçando regiões tão vastas como o Alentejo e o Algarve, com problemas comuns mas também com problemas bastante distintos, a Direcção da Organização Regional do Alentejo e Algarve tem a seu cargo uma importante tarefa a realizar. Apesar dos progressos realizados, muitas são ainda as dificuldades a vencer, os objectivos a conquistar.

«AVANTE!» — A assinatura do novo Contrato Colectivo de Trabalho para o distrito de Beja constitui uma importante vitória dos trabalhadores agrícolas. Qual a situação actual em que se encontram?

DORAA — Como se sabe, o contrato foi conquistado após intensa luta dos trabalhadores e do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja contra os grandes agricultores que pretendiam, como sempre fizeram, reprimilos e explorá-los através do desemprego e de jornadas miseráveis.

A unidade da classe e a organização no seu sindicato é o maior garante de que os interesses dos trabalhadores serão defendidos, pois se é certo que o novo CCI representa uma grande vitória, também é verdade que a luta está ainda longe do fim.

Milhares de trabalhadores continuam desempregados. A luta terá de prosseguir, como o indica a palavra de ordem do sindicato: «enquanto houver um trabalhador ou uma trabalhadora desempregados no distrito, nem um só palmo de terra deve ficar por cultivar.»

A formação de comissões de colocação concelhias representa igualmente uma importante medida. Estas comissões começaram por fazer um estudo das propriedades por cultivar ou mal aproveitadas, apresentando depois aos agrários propostas de colocação de trabalhadores. Quando aqueles não aceitam as decisões da comissão concelhia recorre-se a uma comissão distrital nomeada para a tarefa, que terá a última palavra sobre a questão.

Deste modo foram já colocados muitos trabalhadores, como por exemplo, 35 na Herdade dos Machado; 40 eventuais na Herdade das Tesas e anexos (da Têxtil Manuel Gonçalves); 25 efectivos e muitas dezenas de eventuais na Herdade de Francisco Baraona; 30 eventuais e 10 efectivos na Herdade das Insuas e Galintas (da Agro Industrial de Moura); 60 eventuais na Herdade do Alvarrão (de Fialho Pinto); 115 trabalhadores colocados na Herdade do Aparico (dos Barreiros), etc.

Está a verificar-se uma forte oposição dos agrários, cuja grande maioria não está a cumprir as resoluções da comissão distrital. O caso está entregue ao sindicato, encarando-se mesmo a possibilidade de uma greve geral. As medidas governamentais sobre os incultos têm de ser postas em prática e se os grandes agrários não se dispuserem a cultivar as terras há que solicitar ao Governo que as arrende compulsivamente como está previsto.

Esta oposição dos agrários tem de ser interpretada no seu significado político, pois lançando os trabalhadores no desemprego, provocando a miséria e a fome, eles pretendem provocar um clima de instabilidade e de caos, dividir os trabalhadores e levá-los a revoltarem-se contra o Governo Provisório.

O Algarve despertou para a luta

«AVANTE!» — Após o 25 de Abril iniciou-se também uma fase de intensa actividade no Sul do País entre os trabalhadores agrícolas e pequenos agricultores. Que pode dizer a DORAA a este respeito?

DORAA — Conscientes de que só unidos e organizados podem defender os seus interesses e conquistar melhores condições de vida e de trabalho, os trabalhadores agrícolas de alguns concelhos do Algarve iniciaram a formação do seu sindicato. Através de amplas reuniões, em que discutiram os problemas mais sentidos e as suas reivindicações, várias freguesias e concelhos elegeram já Comissões Pró-Sindicato, tendo sido assinado no concelho de Lagoa, onde a organização está mais avançada, o 1.º Contrato Colectivo de Trabalho.

A exemplo dos trabalhadores agrícolas, também os pequenos agricultores se estão a organizar para a formação de uma liga da classe. Enquanto os latifundiários

foram enriquecendo, os pequenos agricultores viram avolumar-se as suas dificuldades, sendo muitas vezes obrigados a emigrar ou a ir para as zonas industriais, procurando aí ganhar o pão que não ganhavam na sua terra.

Não podendo permanecer indiferentes à constante degradação da sua situação, os pequenos agricultores têm de tomar nas suas mãos a defesa dos seus interesses e direitos. Satisfaz-nos comprovar que é com entusiasmo e força que se trabalha para a formação da Liga, depois de vencidas as primeiras dificuldades.

Esclarecer, informar, mobilizar e organizar tem sido preocupação constante da DORAA. Os resultados obtidos mostram que estamos no caminho certo.

O sector que neste momento se debate com graves problemas de desemprego é o da construção civil dada a situação deficitária de empresas do ramo e também porque muitas paralisaram a sua actividade apesar de terem projectos já aprovados oficialmente.

A realização de várias sessões de esclarecimento sobre a importância de um sindicato forte, da confiança dos trabalhadores, constitui valioso contributo para a luta de uma classe que pelas suas condições específicas (número, dispersão, etc.) tem de vencer sérias dificuldades de organização.

Presentemente, os delegados dos trabalhadores da construção civil estão a preparar as próximas eleições para a nova direcção do seu sindicato, que até à data não era representativo da classe.

Operárias conserveiras exemplo da mulher na luta

A luta das operárias conserveiras contra a vil exploração do patronato, que se recusa a aceitar as suas justas reivindicações (\$60 por hora, três dias de trabalho garantido por semana, 96 horas de subsídio de Natal e o fim do sistema fascista das cadernetas) atingiu o ponto alto no dia 18 do mês passado, quando as operárias de Vila Real de St.º António decidiram entrar em greve, logo seguidas pelas suas companheiras de Tavira, Olhão, Lagoa, Lagos e Portimão alastrando depois por todo o País.

O nosso Partido esteve desde o início ao lado das operárias conserveiras ajudando-as por todas as formas, promovendo amplas recolhas de fundos que lhes permitam fazer face a dias tão difíceis, apelando para a unidade e vigilância, contando com o desenvolvimento dos seus esforços para que a sua luta seja vitoriosa.

Será importante referir que às tentativas do patronato para pôr os homens a fazer o serviço das mulheres ou fazer embarque de mercadorias, responderam os pescadores com a solidariedade à luta das operárias conserveiras e com a formação de piquetes de vigilância permanentes para impedir a saída do material das fábricas.

Mantendo-se unidas em torno do seu Sindicato, as operárias conserveiras sabem que a sua luta sairá vitoriosa. «AVANTE!» — A organização, pedra basilar do trabalho político, origina com frequência problemas de ordem variada, como é o caso, por exemplo, da preparação de quadros. Quais os mais sentidos?

DORAA — No Alentejo, dadas as grandes tradições de luta, a elevada consciência de classe dos trabalhadores agrícolas, as duras condições de vida dos pequenos agricultores que por si só favorecem a sua aliança com os assalariados rurais, bem como a grande influência do Partido, os problemas que as populações estiveram votadas durante longos anos.

O subdesenvolvimento económico dos nossos campos, inerente ao predomínio dos monopólios e à política de exploração capitalista, o elevado índice de analfabetismo (só no distrito de Beja 57,9 por cento), a emigração massiva das principais forças de trabalho (na década de 60/70 o distrito de Beja perdeu cerca de 30,5 por cento da população activa) que se acentuou

nos últimos anos, colocam graves problemas cuja solução está longe de ser fácil. A experiência tem-nos mostrado que a melhor maneira de promover a formação política das massas camponesas é «agarrando» os problemas mais «comezinhos» do dia-a-dia e daí partir para a sua explicação política, para o seu enquadramento numa dada estrutura socioeconómica extremamente importantes as sessões de esclarecimento, pois as populações estão tão sequeiras de conhecimento como a terra por água após uma longa seca.

Os nossos quadros forjaram-se através do trabalho constante nos organismos do Partido, estudando, discutindo colectivamente, participando. O muito que se faz é simultaneamente pouco em comparação com o que é necessário, tantos são os problemas com carácter de urgência.

Recuperar depressa o tempo perdido

Onde a nossa organização apresenta mais deficiências é no que respeita às trabalhadoras, sujeitas desde sempre a uma ideologia burguesa que as isolou da vida social, relegando-as para um plano inferior em relação aos homens. Contudo, o que verificamos constantemente é que de uma maneira geral elas são mais combativas, o que se compreende, pois a exploração a que estão submetidas é extremamente mais dura.

Os problemas que enfrentamos no Algarve são bastante diferentes. Apesar de ser uma província sem tradições de luta, é notável a intensa actividade que se tem vindo a desenvolver, existindo organizações do Partido em todos os concelhos.

Os problemas que se colocam advêm principalmente das próprias condições sociais, da existência de uma maioria populacional de pequenos agricultores e da influência exercida pelo turismo. Também aqui o índice de analfabetismo é elevado (cerca de 47 por cento).

A realização do Congresso Extraordinário do Partido apresentou uma importante ajuda para os nossos quadros, traduzida num grande impulso do trabalho, maior esclarecimento e segurança da como que perder o «medo» em dirigir sessões de esclarecimento.

Influência negativa do turismo, exercida através da difusão de toda uma série de vícios e corrupções próprios das sociedades capitalistas, reflecte-se principalmente no sector de empregados, onde tem sido difícil a mobilização para a luta.

Faltam-nos quadros organizados e estruturas que nos permitam acompanhar melhor o rápido «despertar» político das populações, por um lado e por outro chegar onde o 25 de Abril passou quase despercebido.

Os nossos quadros têm de recuperar o tempo perdido, ganhando numa intensa actividade legal a experiência política que não possuem.

Vigilância popular

arma contra a reacção «AVANTE!» — Sabemos que a reacção não desiste facilmente do lugar privilegiado que sempre possuiu, durante o fascismo. Como tem sido combatida?

DORAA — A sabotagem económica é a principal arma empregue pela reacção. Contra ela opõe-se uma vigilância popular constante, denunciando implacavelmente todas as manobras reaccionárias exigindo medidas cada vez mais fortes. Em todas as sessões que realizamos, uma característica comum — denúncia da reacção, que os trabalhadores fazem questão em apresentar.

No distrito de Beja, a sabotagem económica está bem expressa no estrago da azeitona que tem vindo a ser interessada, dada aos rebanhos ou esmagada por tratores. Mac não só a sabotagem económica procura atacar a democracia que tão duramente conquistámos. Existem herdades enormes, isoladas, com pistas de aterragem, rios confinando com zonas fronteiriças, onde se verificam movimentações desusadas.

A vigilância não pode ser descuidada. Dela depende o futuro do nosso País, o nosso futuro.

CENTRO DO PCP EM SANTA IRIA FRUTO DA VONTADE POPULAR

Será inaugurado, no próximo domingo, às 15 horas, o Centro de Trabalho do nosso Partido, em Santa Iria, com a presença do camarada Alvaro Cunhal.

Realização da profunda vontade popular, o Centro nasceu com a marca das mãos proletárias. Toda a população ajudou, uns com trabalho, outros com dinheiro.

O terreno foi oferecido por

Arnaldo Lourenço, tendo depois sido posto um cartaz a pedir colaboração. No primeiro dia inscreveram-se logo 40 pessoas.

Mas eram precisos vinte e cinco contos para realizar a obra. Arranjaram-se 16 contos de empréstimo, mas as contribuições populares acabaram por somar 100 contos, ultrapassando assim largamente a quantia indispensável. As dívidas contraídas

serão todas saldadas amanhã.

O entusiasmo e alegria que presidiram à construção do Centro eram notórias nas pausas de repouso, em que a população levava comida e bebida aos operários voluntários.

Fruto do trabalho colectivo, o Centro de Santa Iria merece bem os fins a que se destina: uma dedicada e incansável ACTIVIDADE COMUNISTA.

PORTEL

Portel, sede de concelho com sete freguesias, possui também o seu Centro de Trabalho, o primeiro a ser inaugurado naquela vila.

O animado convívio de inauguração, realizado no passado dia 26, contou com a presença de elementos do PS, que, saudando o novo Centro, corresponderam ao apelo para a unidade dos respectivos partidos, a fim de mais eficazmente combatem a reacção fascista.

BALDIOS

Abriu o novo Centro de Trabalho do nosso Partido, em Baldios, concelho de Montemor-o-Novo, em cuja

construção participaram toso local e diversos trabalhadores dos camaradas da comissão.

A visita ao novo Centro é o convite da comissão local aberto a todos os trabalhadores dos Baldios.

A ACTIVIDADE EM MOSCAVIDE

Na freguesia de Moscavide, as células do nosso partido têm desenvolvido um trabalho intenso do qual resulta um reforço da organização e uma adesão crescente das populações. Damos notícia de algumas das iniciativas realizadas na freguesia.

Fábrica Nacional de Munições

No passado dia 6, a célula da Fábrica Nacional de Munições realizou uma sessão de esclarecimento sobre a actividade sindical na qual participaram cerca de 80 trabalhadores. Entre os problemas focados destacaram-se a constituição e papel das comissões de trabalhadores na luta pela melhoria de condições de trabalho e nas relações com trabalhadores de outras empresas. Actualmente, a actividade da comissão de trabalhadores não tem correspondido aos interesses dos trabalhadores.

Focouse o projecto de decreto-lei das associações sindicais denunciando-se o «puralismo sindical» como manobra divisionista, insistindo-se na unidade e unicidade. Foi repudiado o art. 35.º do projecto de decreto-lei que pretende impor um estatuto sindical especial para os trabalhadores da função pública.

Entre as conclusões da reunião, salienta-se a necessidade de incrementar a mobilização dos trabalhadores, levando-os a discutir os seus próprios problemas.

Santo António dos Cavaleiros

No mesmo dia, em Santo António dos Cavaleiros, no edifício da Escola Nova, cerca de 250 pessoas, na sua maioria trabalhadores, assistiram a uma sessão de esclarecimento, orientada pelo camarada Ramiro Morgado, um camarada da UEC e outro camarada da região. Na sessão, na qual se salientou a intervenção dos jovens, focaram-se aspectos da história do PCP, a luta desenvolvida pela classe operária, a vida nos países socialistas, especialmente na União Soviética, a necessidade da vigilância popular face à reacção e ao aventureirismo esquerdista. Foi realçada a necessidade da participação eleitoral e a urgência em tomarem-se sérias medidas económicas para a redução e aniquilamento dos monopólios e latifúndios, condição indispensável para o desenvolvimento da Revolução Democrática em curso.

Sessão com crianças

O núcleo cultural da organização de Moscavide do PCP realizou no passado dia 7 uma sessão de pintura feita por crianças de idade compreendida entre os 3 e os 10 anos, que habitam no bairro da lata da região.

Entre os trabalhos efectuados pelas crianças, surgiram, espontaneamente, manifestações de apoio ao MFA e ao Governo Provisório, ao 25 de Abril e ao nosso partido.

A sessão, que decorreu com natural alegria das crianças, terminou com estas cantando «Grândola Vila Morena» e o «Avante, Camarada!».

NA AMADORA

COMÍCIO DE AMIZADE COM O PARTIDO IRMÃO DA RDA

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português chega ao nosso país, no próximo dia 18, uma delegação do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha (RDA).

Esta delegação, dirigida pelo camarada Hermann Axen, membro do «Bureau» Político e secretário do Comité Central, permanecerá em Portugal até ao dia

22, mantendo contactos com vários sectores da vida portuguesa e conversações com o nosso Partido.

No dia 21 realiza-se um comício de amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Socialista Unificado da Alemanha e o Partido Comunista Português no pavilhão gimnodesportivo da Amadora, pelas 21 e 30, no qual participaram os camaradas Hermann Axen e A. Cunhal.

O QUE É GEORGES COGNIOT O COMUNISMO?

Tradução de Egito Gonçalves

«Comunista, comunismo: estas palavras estão na boca de toda a gente. Uns proclamam-nas com cólera, outros com esperança e entusiasmo. Os primeiros são os adversários do progresso. São os beneficiários (ou os enganados) de um regime que comporta essencialmente, por um lado, massas de operários assalariados sem propriedades, sofrendo o dia-a-dia, e, por outro, ricos proprietários, donos de fábricas e de outros grandes meios de produção, enquanto as camadas sociais intermédias — camponeses, artesãos, intelectuais, etc. — são também elas mesmas cada vez mais esmagadas e escravizadas. Esse sistema social engendrou no decurso da História a miséria, a guerra e o colonialismo.

Aqueles a quem um tal regime aproveita ligam à ideia de comunismo todas as loucuras e todos os horrores imagináveis. Gostariam de poder assustar todos os trabalhadores, todas as pessoas honestas e, à força de calúnias, desviá-los dos comunistas. Essa gente dispõe do rádio e da televisão, da maior parte dos jornais e de casas editoras, de influência preponderante nas Igrejas, na direcção do Ensino e da acção cultural oficial, de enormes meios de propaganda.

No entanto, quem ouve apenas um sino ouve apenas um som. E as pessoas imparciais, aquelas que pretendem ter uma opinião independente, têm vontade de saber dos próprios comunistas qual é o seu objectivo, de saber por que razão os partidários desta grande ideia manifestam tanta segurança e devoção pela luta que travam. O comunismo é uma maneira especial de organizar a economia e a sociedade ou, como se diz, um modo de produção definido. O modo comunista de organizar a produção e a sociedade é a mais moderna, a mais avançada que existe.

Neste livro, Georges Cogniot esclarece os principais aspectos da evolução do mundo moderno, sublinha as forças motoras e responde às grandes interrogações que se podem fazer sobre o comunismo: as suas origens, a sua história, a sua doutrina, a política dos partidos que nele se baseiam, as perspectivas que abre à humanidade. O autor descreve a experiência do movimento operário revolucionário, a prática dos países socialistas, e sobretudo a da União Soviética, que realiza actualmente, pela primeira vez na História, a edificação das bases da sociedade comunista, refutando, de passagem, os argumentos dos teóricos do revisionismo e as posições «esquerdistas».

Colecção SITUACÕES / 50\$00

EDITORIAL INOVA/APARTADO 466/PORTO

REVISTA INTERNACIONAL

PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO

173 1974

- Os Efeitos Económicos do Socialismo
- A Base da Paz e de Segurança dos Povos
- O Direito de se Intitular Vanguarda
- A Integração Económica e o Processo Revolucionário Mundial
- Problemas Metodológicos da Teoria do Socialismo Desenvolvido
- Distinctos do Desenvolvimento Interno Social
- 50 Anos de Socialismo
- Chile: O Caso na Economia
- Chineses Porquê o Golpe de Estado?
- A Vida dos Partidos Comunistas e Operários
- Livros e Revistas

REVISTA TEÓRICA E INFORMATIVA DOS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS

JOSÉ MAGRO NA VOZ DO OPERÁRIO

«OS TRABALHADORES CONTINUAM A PAGAR SOZINHOS O PREÇO DA DEMOCRACIA»

Os trabalhadores continuam a pagar sozinhos o preço da Democracia — frisou o camarada José Magro, membro do Comité Central do PCP, durante o comício efectuado no salão de A Voz do Operário na passada sexta-feira e no qual estiveram presentes mais de mil pessoas.

de Emergência» elaborado por serviços ministeriais, sob a presidência do ministro sem pasta Melo Antunes. Tudo isto é positivo e revela as disposições do Governo Provisório para contrariar os desígnios dos reacçãoários. Mas é preciso que nos apressemos! Que o «Plano de Emergência» seja rapidamente elaborado e aprovado. Que se apresente ambicioso e amplo, eficaz e que aponte como uma arma aos monopólios e latifúndios, origem principal das dificuldades. E que seja depois levado à prática com energia, com audácia, sem hesitações que enfraqueçam.

Na mesa estiveram também Aida Magro, funcionária da DORL, Mariana Rafael, membro do Comité Local de Lisboa, Rui Ramos e António Ferreira, ambos da Comissão Organizadora do 1.º Bairro e as camaradas Fátima e Esmeralda, do Centro de Trabalho da Graça.

LUTAMOS PARA QUE SEJAM DADAS TERRAS AOS PEQUENOS AGRICULTORES

— PALAVRAS DE CARLOS COSTA

CONT. DA PÁG. 1

médicos faltavam professores e escolas, faltava a água e a luz eléctrica. A vida dos pequenos agricultores tornou-se impossível de suportar. Proibidos de criarem as suas associações de classe para lutarem unidos pelos seus interesses, brutalmente reprimidos pelo fascismo sempre que ousavam protestar, que saídas restavam aos camponeses? Uns venderam as suas courelas aos grandes proprietários, que ficaram ainda mais ricos. Outros contrairam empréstimos aos grandes capitalistas a juros elevadíssimos, hipotecando as suas terras ficando, dessa forma de facto, a trabalhar para eles. Outros ainda, abandonaram as suas terras as suas famílias, a sua pátria e

lançaram-se na emigração. Segundo as próprias estatísticas oficiais fascistas, entre os anos 1930 e 1970 cerca de um milhão de pessoas foram obrigadas a abandonar a agricultura. «Mas nós venceremos! — diria ainda o camarada Carlos Costa. — E os camponeses verão então que lhes daremos mais terras que acabaremos com a brutal carga tributária que os sufoca, que lhes asseguraremos créditos a baixo juro, que lhes forneceremos sementes, adubos e máquinas em boas condições, que lhes forneceremos adequada assistência técnica, que lhes garantiremos preços estáveis e compensadores. Mas não esperemos pela nossa vitória para lhes garantir tudo isso. Temos lutado e continuamos a lutar ao lado dos pequenos e médios agricultores para que conquistem tudo isto e quanto antes.»

Conceição Prouça, representando os trabalhadores comunistas da Caixa de Previdência fez uma análise exaustiva sobre o que foi a previdência fascista e o que deve ser uma previdência ao serviço dos trabalhadores. O camarada Ricardo Costa Matos, da célula do PCP da Cooperativa Operária de Gonçalo, referiu a longa tradição antifascistas da sua terra que

a tornou conhecida como aldeia comunista do distrito da Guarda. Salientou que a Cooperativa era a resposta dos trabalhadores à exploração patronal. Encerrou o comício a camarada Margarida Tengarrinha que abordou o problema dos camponeses, denunciando o abandono a que o fascismo votou os homens que trabalhavam a terra.



SESSÕES E COMÍCIOS

- ALCÁÇER DO SAL — Sessão de esclarecimento às 20 e 30. ALGUEIRÃO — Sessão de esclarecimento nos Recreios Desportivos, às 21 e 30. AVELAS DE CIMA — Lugar da Cerca (Anadia) — Sessão de esclarecimento no Salão José do Rosário, às 21. AVINTES — Sessão de esclarecimento no Clube Recreativo Avintense, às 21 e 30. BRÁS-FEMES — Sessão de esclarecimento no Salão dos Bombeiros, às 21. ELVAS — Sessão de esclarecimento no Salão da Sociedade Recreativa Boa Fé, às 20. FANZERES (Gondomar) — Sessão de esclarecimento na Escola do Pego, às 21 e 30. LISBOA (Benfica) — Sessão de esclarecimento com projecção do filme «A Vida na RDA», no Salão de Festas do Bairro da Boavista, às 21 e 30. LISBOA (Poço do Bispo) — Sessão de esclarecimento com projecção de um filme no Centro de Festas Vale Fundado, às 21 e 30. LISBOA — Sessão de esclarecimento na Caixa Económica (Rua da Voz do Operário), às 21. LISBOA — Sessão de esclarecimento na Tuna de Chaves, às 21. LIXA — Sessão de esclarecimento no Salão dos Bombeiros Voluntários da Lixa, às 21 e 30. MATOSINHOS — Sessão de esclarecimento na Escola do Bairro da Cruz de Pau, às 21 e 30. OVAR — Sessão de esclarecimento no Cine-Teatro, às 21 e 30. PÓVOA DE VÁRZIM — Sessão de esclarecimento na Escola de Sininhos, às 21 e 30. SILVA ESCURA — Sessão de esclarecimento no Salão Paroquial, às 21 e 30. VAGOS — Sessão de esclarecimento no Salão Paroquial, às 21. VALBOM — Sessão de esclarecimento nos Dragões Valbomenses, às 21 e 30. VENDA NOVA (Amadora) — Com projecção do filme «Bom-Dia, Bulgária» — na Cel-Cat, para os trabalhadores da Cel-Cat, da Sorrelame e da Cometa.

- ABELHA (Santiago do Cacém) — Sessão de esclarecimento, à noite. ARMAMAR — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30. BARROSAS — Sessão de esclarecimento no Centro de Recreio Popular (FNAT), às 21 e 30. CASA BRANCA (Sourel) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 14 horas. FONTE DO IMPERADOR (Estremoz) — Sessão de esclarecimento, às 20. FORJAES (Espouende) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30. FOROS DE VALE DE FIGUEIRA (Montemor) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 21. FREIXO (Redondo) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 16 horas. GRANJA DO ULMEIRO — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21. LISBOA (Marvila) — Sessão de esclarecimento com projecção de um filme na Sociedade 3 de Agosto, às 21 horas. MACEIRA LIZ — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30. MATOSINHOS — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo da Cruz do Bispo, às 21 e 30. MEALHADA — Sessão de esclarecimento no Teatro Messias, às 21 e 30. PEGO (Abrantes) — Sessão de esclarecimento na Casa do Pego, às 21 e 30. PENAFIEL — Sessão de esclarecimento nos Bombeiros, às 21 e 30. PÓVOA E MEADAS — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 20. PÓVOA DO PINHEIRO (Adémia de Baixo) — Sessão de esclarecimento na Sala Zip-Zip, às 21 e 30. SANTA CRUZ (Almodôvar) — Sessão de esclarecimento, às 18. SANTA SÚSANA (Redondo) — Sessão de esclarecimento no Centro de Trabalho do PCP, às 20. SANTO ANDRÉ (Santiago do Cacém) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, à tarde. S. PEDRO (Reguengos de Monsaraz) — Sessão de esclarecimento, às 21. S. PEDRO DA COVA — Sessão de esclarecimento na Escola da Vila Vista, às 21 e 30. S. ROQUE (Oliveira de Azeméis) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30. SETÚBAL (Bairro Azeitão) — Quinta do Anjo — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 16. SETÚBAL (Gâmbia) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30. VALONGO (Antanhol) — Na Escola Primária, às 21. VIEIRA DO MINHO — Sessão de esclarecimento no Salão de Festas da Casa do Povo, às 21 e 30. VILA NOVA DE FOZ COA — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30. VOUZELA — Sessão de esclarecimento, no Ginásio, às 21 e 30.

- ALPIARCA — Comício no Clube Desportivo «Os Águias», às 18, com Álvaro Cunhal. ALVALADE (Santiago do Cacém) — Sessão de esclarecimento, no cinema, à noite. AREOSA (Porto) — Sessão de esclarecimento no Centro de Trabalho do PCP, às 15 e 30. BAIXA DE PALMELA (Setúbal) — Sessão de esclarecimento na Sociedade Recreativa, às 10 e 30. BENAVILA — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 14. BERINGEL — Sessão de esclarecimento, às 20 e 30. BOMBARRAL — Sessão de esclarecimento no Teatro Eduardo Brás, às 17. CANO — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 20. CARREGAL DO SAL — Sessão de esclarecimento, às 21. CARVIDE — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30. CERCAL DO ALENTEJO — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, à tarde. FOROS DA BRANCA (Couchê) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30. GUIMARÃES — Tarde de convívio no Centro de Trabalho do PCP, às 15. JUGEIRO (Beja) — Sessão de esclarecimento, às 21. MONTE DO TRIGO — Sessão de esclarecimento, às 20. PENHA GARCIA — Sessão de esclarecimento no salão da Junta de Freguesia, às 15. PÓVOA DE LANHOSO — Sessão de esclarecimento na Escola António Lopes, às 21 e 30. ROSÁRIO (Almodôvar) — Sessão de esclarecimento, às 17. SANTA GRAÇA (Almodôvar) — Sessão de esclarecimento, às 21. S. DOMINGOS — Sessão de esclarecimento, à noite. SEIA — Sessão de esclarecimento sobre questões sindicais, no Liceu, às 15. VIANA DO ALENTEJO — Sessão de esclarecimento, às 21. TORRAO (Marco de Canaveses) — Sessão de esclarecimento.

- DIA 16 SELMES (Beja) — Sessão de esclarecimento, às 21. DIA 17 S. ROMÃO (Vila Viçosa) — Sessão de esclarecimento, às 21. DIA 18 PARDAIS (Vila Viçosa) — Sessão de esclarecimento, às 21. CRATO — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 20. CARREGAL DO SAL — Sessão de esclarecimento, às 21. DIA 19 ORDEM (Marinha Grande) — Sessão de esclarecimento na Sociedade de Beneficência 1.º de Janeiro, às 21 e 30. VILA NOVA DE PAIVA — Sessão de esclarecimento, às 21.

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO POR TODO O PAÍS

A actividade do Partido Comunista Português no esclarecimento político das populações tem-se reforçado ultimamente, como o demonstram as numerosas sessões de esclarecimento que por todas as regiões os Centros de Trabalho do nosso Partido promovem e durante as quais são abordados problemas que afectam as massas trabalhadoras, bem como a sua resolução de acordo com o ponto de vista do PCP, e ainda a elucidação de assuntos que por vezes a reacção pretende aproveitar para confundir oportunisticamente as pessoas menos esclarecidas.

MONFORTE DA BEIRA

Por iniciativa do Centro de Trabalho de Castelo Branco realizou-se no sábado passado, em Monforte da Beira, povoação da raia de Espanha, uma sessão de esclarecimento que juntou no salão da Casa do Povo cerca de 300 pessoas.

Depois de uma curta introdução sobre o Programa do PCP e sobre a Proclamação do VII Congresso verificou-se um diálogo que incidiu especialmente sobre os problemas dos habitantes de Monforte da Beira. Sendo na sua maioria rendeiros e pequenos ou médios proprietários agrícolas, a discussão abordou a lei do arrendamento rural, cooperativismo e a necessidade de uma associação de pequenos e médios agricultores. Foram também desfeitas calúnias lançadas pela reacção sobre o nosso Partido no que diz respeito à religião e prestada informação sobre a vida dos povos dos países comunistas. Alguns elementos esquerdistas que tentaram boicotar a sessão foram repudiados pela assistência.

ROSMANINHAL

No dia seguinte, domingo, os camaradas do Centro de Trabalho de Castelo Branco deslocaram-se a Rosmaninhal com o intuito de Idanha-a-Nova, também na raia de Espanha, onde se realizou, igualmente, uma sessão de esclarecimento e na qual estiveram presentes cerca de 80 pessoas. O número reduzido de presenças deve-se à colheita da azeitona que neste momento ocupa grande parte dos trabalhadores.

A sessão começou com a projecção de fotografias da primeira sessão ali realizada. Os problemas abordados foram essencialmente os respeitantes aos assalariados rurais, aos pequenos e médios agricultores e à velhice. No final registaram-se adesões ao nosso Partido.

GUETIM

Largas dezenas de pessoas acorreram a sessão de esclarecimento que a Comissão Concelhia do PCP de Espinho levou a efeito, no sábado passado, na escola primária da freguesia de Guetim e de tal modo a participação da população se manifestou que foi necessário utilizar outras instalações para além das inicialmente previstas.

Sendo abordado o tema das tarefas a cumprir e preconizadas no VII Congresso logo despertou entre os presentes o maior interesse e adesão em serem concretizadas. Outras questões foram levantadas, tendo elas recebido igualmente a concordância de todos os presentes.

VILA DO CONDE

A Comissão Concelhia do PCP desta vila promoveu no passado dia 6, no Cine-Teatro Neiva, uma sessão de esclarecimento em que estiveram presentes mais de 750 pessoas. A sessão foi iniciada pelo camarada Edmundo Santos que depois de uma breve intervenção fez a apresentação dos camaradas Francisco Miguel, do Comité Central, e Joaquim Maia, da Comissão Distrital do Porto.

O camarada Comissário Miguel fez uma exposição sobre as posições do Partido Comunista Português, nomeadamente sobre a agricultura, o momento político actual, as eleições e outros assuntos. Depois de um diálogo aberto com a assistência a sessão

assembleia presente, salientando a sua importância e inerente incidência a questão religiosa, bem como a posição do Partido Comunista Português face à unidade sindical.

QUINTA DO CHEGADINHO

A célula dos moradores desta localidade, em colaboração com o Centro de Trabalho de Almada, promoveu no passado dia 6 uma sessão de esclarecimento no clube do bairro.

Zona periférica da Cova da Piedade, habitada essencialmente por operários e cuja capacidade de organização e determinação na luta são manifestas, verificou-se um grande interesse expresso pelas perguntas feitas que versaram fundamentalmente a finalidade da Assembleia Constituinte e o interesse do recenseamento, a razão por que o Partido não apoiava greves selvagens, a importância e o significado do 28 de Setembro, o motivo do aparecimento de determinados partidos após o 25 de Abril, as intenções do boicote económico, a importância dos comunistas no Governo Provisório e outras questões.

SOBREDA

Por iniciativa da Comissão de Freguesia do Monte de Caparica do PCP realizou-se no dia 3, na Sobreda, uma sessão de esclarecimento em que estiveram presentes várias dezenas de pessoas, na sua maioria operários fabris e da construção civil, juntamente com alguns pequenos agricultores.

Durante a reunião foi apresentada a contribuição do nosso partido ao longo da sua existência às lutas das classes operárias na defesa dos seus interesses. Seguiu-se um animado debate em que as principais perguntas incidiram fundamentalmente sobre o interesse das eleições para a Assembleia Constituinte, as diferenças entre o socialismo apresentado pelo PS e o socialismo que o Partido Comunista aponta como etapa para se atingir a sociedade comunista a vida nos países socialistas, sobretudo na União Soviética.

Em colaboração com o Centro de Trabalho de Almada realizaram-se também sessões de esclarecimento na Costa de Caparica, para os trabalhadores rurais, no dia 5, e para os pescadores, no dia 5, e no Bairro do Matadouro, nos arredores de Almada.

OLIVAIS/ENCARNAÇÃO

Encerrando a Quinzena de Esclarecimento levada a efeito pelo Centro de Trabalho do PCP em Olivais-Encarnação realizou-se no sábado passado, no cinema do bairro da Encarnação, uma reunião ampla durante a qual intervieram os camaradas J. Campi, no Vasconcelos e Fernando Miguel Bernardes.

Animaram a sessão grupos de artistas das várias colectividades de recreio do bairro e ainda a banda de música da SFUCO.

VENDAS NOVAS

Decorreu com grande interesse a sessão de esclarecimento, realizada segunda-feira passada no cine-teatro de Vendas Novas, com a participação de mais de um milhão de pessoas. Abriu a sessão, o camarada António Caetano, da Comissão Administrativa de Vendas Novas, seguindo-se-lhe no uso da palavra os camaradas, Fernando Iglesiás, Filipe Jorge, do MJT, e, por último, Dinis Miranda, do CC do Partido Comunista Português, que denunciou as manobras da reacção e apelou para as classes trabalhadoras, no sentido de reforçarem a sua unidade. Também os «pequenos e médios empresários agrícolas foram lembrados como uma das classes que também sofreram duramente sob o fascismo.

No período de perguntas e respostas, foi posto o caso do funcionário Dorez da Casa do Povo, que não está a portar-se correctamente com as pessoas que ali acorrem em busca de assistência médica, pois sabe-se que os doentes chegam a estar à porta do posto da Casa do Povo desde as 6 horas da manhã, à espera de uma consulta, muitas vezes até à tarde.

ALCÁÇER DO SAL

O Centro de Trabalho desta localidade levou a efeito, de 25 a 30 do mês passado comícios de esclarecimento nos seguintes lugares: Vale do Guisado, Santa Catarina, Monte VII e Albergaria. Entretanto, está em organização no Centro de Trabalho a criação de uma biblioteca para o que se espera a colaboração de todos os camaradas.

ALQUEVA

No final da primeira sessão de esclarecimento efectuada pelo nosso Partido naquela aldeia um elemento estranho tentou lançar a confusão, desmentindo afirmações feitas anteriormente mas toda a assistência se revoltou, por verificar as mentiras que aquele forasteiro proferia. Deste modo, o desconhecido viu-se obrigado a abandonar a sala, expulso pelos presentes só assim se salvando da indignação popular.

AMEIRA

Um colóquio animado surgiu durante a sessão de esclarecimento promovida pelo nosso Partido naquela localidade. Para desfazer certas confusões resultantes da emissão, em língua portuguesa de uma estação de rádio inglesa foi aconselhado aos presentes a audição das emissões do PCP no Rádio Clube Português.

Entretanto todo o povo trabalhador destas duas últimas localidades se encontra indignado, classificando como manobra da reacção o facto de os impressos elucidativos sobre a maneira como seriam constituídas as comissões de recenseamento e que davam como prazo limite para qualquer reclamação junto do Governo Civil os três primeiros dias deste mês apenas terem sido entregues na tarde do último dia, isto é, sem qualquer hipótese de reclamação no caso de a mesma se verificar.

VEIROS

Terra onde a reacção, constituída pelas grandes agrárias, não desarma, realizou-se no passado dia 29 uma sessão de esclarecimento promovida pela Comissão Concelhia de Estremoz do PCP. Foram oradores os camaradas Artur de Jesus, Fernando Carmosino, Francisco Bastos e Aníbal Alves, que abordaram diversos temas tais como reforma agrária, problemas do ensino e sindicatos. Foi realçado em seguida o trabalho do nosso Partido junto dos trabalhadores rurais e das pedreiras no concelho de Estremoz. No final e após um debate com bastantes intervenções, filiaram-se no Partido numerosos trabalhadores.

Durante a sessão foi ainda eleita a Comissão de Freguesia do PCP, composta pelos camaradas José António Barroso Ribeiro, Manuel João Perleques, José Henrique Ramundo e Joaquim António Pereira. Ficou também decidido que aos sábados e domingos seria feita a venda do «AVANTE!» e do «CAMPOS» em toda a freguesia.

SANTIAGO DE RIO DE MOINHOS

Nas instalações da Casa do Povo efectuou-se no sábado passado uma sessão de esclarecimento em que foram oradores os camaradas Pedro Barradas, Álvaro Casegas e António Murteira. A sessão

«Os portugueses não se dividem em católicos e ateus»

Depois de se referir ao projecto de lei do arrendamento rural e ao caso dos baldios roubados ao Povo, o camarada Carlos Costa, referindo-se a outra das calúnias anti-comunistas, afirmou que «os portugueses não se dividem em católicos e ateus. Dividem-se em exploradores e explorados, em democratas e reacçãoários». E convidou os católicos que estejam dispostos a lutar com firmeza por uma sociedade democrática a que se juntem aos comunistas na luta pela causa «mais justa que a Humanidade já conheceu. E podeis estar certos de que dos comunistas, ateus ou católicos não receberemos nunca a mínima ofensa aos vossos sentimentos religiosos».

REGUA

Com a presença da engenheira Virginia Moura e Margarida Tengarrinha, do Comité Central, efectuou-se no sábado passado uma sessão de esclarecimento na Régua em que estiveram presentes mais de 700 pessoas. Durante a sessão foi sublinhada a orientação do nosso partido para assuntos específicos da região, nomeadamente no que diz respeito à criação de um sindicato dos assalariados agrícolas e na associação dos pequenos e médios vinicultores.

De acordo com a grande participação da assistência foram colocadas e esclarecidas questões como unidade, sã e em amento, monopólios «lock-out» e outras.

A assistência foi informada que, relativamente à questão de Murça, já tomou posse a nova Comissão Administrativa, composta por verdadeiros democratas, o que representa um passo vitorioso na democratização da vida do distrito, só possível devido à firme e unida posição assumida pelas restantes Comissões Administrativas e pelos Partidos da coligação.

Foi destacada depois a necessidade de se realizar o saneamento de legonários e memento da ex-ANP, principal mente das juntas de freguesia, sem o que a seriedade do recenseamento e das eleições para a Assembleia Constituinte está muito comprometida. Aliás um democrata presente revelou que no concelho de Mesão Frio os presidentes das Juntas reitivamente fascistas afirmam que votarão em vez do seu «rebanho».

Por último foi salientada a afirmação do embaixador do nosso país na União Soviética no que diz respeito à URSS estar disposta a comprar vinhos portugueses, o que poderá beneficiar a região da Régua.

OUTRAS SESSÕES

Realizaram-se também sessões de esclarecimento em Monsaraz, concelho de Reguengos, em Santa e Vera Cruz estas últimas respectivamente, freguesias de Portel e de Mourão.

Nas freguesias destes três concelhos há centenas de trabalhadores agrícolas sem emprego e outros tantos na iminência de ficarem paralisados logo que termine a apanha da azeitona.

Este e outros temas de interesse para as classes trabalhadoras foram exaustivamente tratados pelos camaradas das comissões concelhias e distrital nas referidas sessões, no final das quais se registaram dezenas de adesões ao nosso partido.

ÁLVARO CUNHAL DISCURSOS Maio-Agosto de 1974 Preço 20500 Pedidos a EDITORIAL AVANTE Av. Santos Dumont, 57-2.º — LISBOA

NOVOS CENTROS DE TRABALHO

Na últimas semanas, foram inaugurados mais os seguintes Centros de Trabalho do Partido Comunista Português:

ABRIGADA — Alenquer; **ALENOUER** — Largo Espírito Santo, 6 — Telef. 72473; **ALGUEIRÃO** — MEM MARTINS — Estrada de Mem Martins, 245, B; **ALVALADE (SAO DO)** — Rua Duque da Terceira; **ALVOR** — Rua do Alto de S. João; **ANSIAO** — Rua Dr. Adriano Rego, 13-A; **BELMONTE** — Largo António José de Almeida; **CABEÇA GORDA (BEJA)** — Largo da Casa do Povo; **CACÉM** — Rua Elias Garcia, 60; **CANAL-CAVEIRA (GRANDOLA)**; **CANTANHEDE** — Rua Dr. António José de Almeida, 43; **CHAMUSCA** — Largo Vasco da Gama, 11; **DELAES (Famalicão)** — Av. Albino Marques; **ERMESINDE** — Rua da Índia, 216; **ESTARREJA** — (Por cima do café Venezuela); **FOROS DA BRANCA** (Coruche);

FUNDAO — Rua da Quinta, 42; **GRANJA DO ULMEIRO (Soure)** — Rua do Comércio; **LOULE** — CENTRO — Rua Serpa Pinto, 53, r/c. Dt.; **LOUSA** — Praça Cândido dos Reis; **MACEDO DE CAVALEROS** — Largo Pinto de Azevedo, 44; **MÁLVEIRA** — Largo da Feira; **MARCO DE CANAVESES** — Sapataria Marco; **MOURA** — Rua Conselheiro Augusto de Castro, 14-16; **OEMIRA** — Travessa 1.º de Maio, 6A; **OLIVEIRA DE AZEMéis** — Rua Dr. Basílio Lopes, 102, Sala 3; **PAMPILHOSA** — Av. da República; **POVOA DE SANTO ADRIÃO** — Rua Gago Coutinho, 87-B; **REGUA** — Largo do Cruzeiro; **ROSSIO AO SUL DO TEJO** — Rua João Augusto da Silva Martins, 97; **SAGRES** — a/c de José António Pereira da Silva; **S. JOAO DA MADEIRA** — Rua Visconde (Estrada Nacional); **S. MAMEDE DE INFESTA (Matosinhos)** — Largo da Ermida; **S. MANÇOS** — (EVORA) — Rua da Igreja, 15; **SANTA MARINHA DO ZEZERE (Douro)**; **TORRALVO** — Alentejo; **TRAMAGAL**; **TUBARAL (Alvega)**; **TUNES (Gare)**; **VALADO DE FRADES** — Travessa da Paz, 13;

VALE DE FIGUEIRA (Santa rém); **VILA MOREIRA**.

EM LISBOA: ARROIOS — Rua Joaquim Bonifácio, 8, 4.º F; **GRAÇA** — Largo da Graça 104, 1.º.

NO PORTO: BONFIM — Rua D. João IV, 888; **PARANHOS** — Rua do Lindo Vale.

Além destes, abriram, mais recentemente, os seguintes Centros de Trabalho:

PONTA DELGADA — Rua da Misericórdia, 26, 2.º; **CAMARATE** — Rua Guilherme Gomes Fernandes, 11; **SANTA VITÓRIA DO AMEIXIAL (Estremoz)**; **ERVIDEL** — Rua 25 de Abril; **VILA REAL DE S. ANTONIO** (nova morada) — Rua 1.º de Maio, 42; **VILA DE FRADES** — Rua de Lisboa; **VIDIGUEIRA** — Largo Violante, 6; **BARRAÇÃO e CASEBRES** (Alcácer do Sal); **ENTRONCAMENTO** — Rua 5.6 Lote 5 (zona verde); **TORRALVO ALENTEJO** (Alcácer do Sal) — Rua de Beja.

Os Centros de Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso serão inaugurados amanhã às 16 horas e depois de amanhã às 20 e 30, respectivamente.



Nos últimos dias visitaram a redacção do «Avante!», respectivamente, o ministro plenipotenciário da Bulgária, Budin Keremidarov (à esquerda), exercendo as funções de Encarregado de Negócios no nosso País; o Encarregado de Negócios da Hungria, Lajos Schiff (ao centro), que era acompanhado pelo adido cultural Attila Gecse; e o embaixador da Roménia, Marin Hiscu. A visita destes camaradas constituiu um reforço da amizade que liga o Povo Português aos povos daqueles países socialistas, tendo sido acolhidos com franca alegria pelos trabalhadores do «Avante!»

MIRANDELA

O POVO RESPONDE UM GRITO DE ALERTA ÀS PROVOCACOES REACCIONARIAS

Aproveitando a despolitização das populações, que em algumas regiões do País o fascismo e os grandes proprietários procuraram sempre amarrar a um regime de exploração sem lhes permitirem outros horizontes, a reacção não desarma e utiliza todos os pro-

cessos para manter uma posição de domínio sem que os seus interesses sejam prejudicados.

Denunciando algumas destas manobras, a Organização Conceitual de Mirandela, do PCP, num comunicado agora dado a público, refere que a reacção, vestida com pele de cordeiro, continua activa e actua por todos os meios ao seu alcance, esclarecendo depois que todas as actividades pseudodemocráticas praticadas na região por indivíduos sem escrúpulos (quase todos pertencentes aos quadros da ex-Leição Portuguesa e ex-ANP) e que agora se avoraram em democratas, visam essencialmente pregar pelas aldeias o terror e o ódio contra o Partido Comunista, numa forma que por vezes chega a ser ridícula e, em algumas zonas, servem-se do desconhecimento do povo para fazerem campanhas anti-comunistas em moldes superiores aos usados pela extinta PIDE. No entanto, e apesar da despolitização dos habitantes, já foram corridos de várias aldeias.

Entretanto, o mesmo comunicado alerta a população para a forma desonesta como é feito o aliciamiento partidário, levado a cabo por elementos do Centro Democrático Social (CDS).
E acrescenta: «Alguns aproveitam os lugares públicos que ocupam para recolherem bilhetes de identidade, fazendo inscrições e ludibriando as pessoas desprevenidas dos seus verdadeiros objectivos. Chegam mesmo a abandonar o local de trabalho para se dedicarem a actividades antidemocráticas, desvirtuando e comprometendo o Programa do Movimento das Forças Armadas.»

Os problemas na firma M. & Rebelo, em Avis, agilizam-se a cada dia que passa, tudo indicando que se trata de mais um caso de sabotagem económica que o patronato pretende levar a cabo.

Contudo, os 300 operários da firma, na sua maioria mulheres, não estão dispostos a assistir impassíveis às manobras reaccionárias, mas antes decididos a denunciarem-nas implacavelmente e a lutar não só pelos seus interesses como também pelos do País, cuja indústria de lacticínios é já bastante débil.

Assim, em reunião de trabalhadores realizada na referida fábrica a 30 de Novembro, deliberou-se apresentar ao governador civil de Portalegre uma proposta, numa tentativa de solução da grave crise que afecta a fábrica, que transcrevemos.

1.º — Solicitamos a venda livre de leite de vaca no Distrito de Portalegre e demais Distritos onde existam Cooperativas ou Federações.

2.º — Solicitamos às Entidades Oficiais que interiram junto do patrão para pagar pontualmente o leite aos produtores. (Nesta altura desde Julho que os produtores não recebem qualquer pagamento.)

3.º — Não aceitaremos qualquer redução de trabalho em nenhum sector da fábrica conforme pretende a Entidade Patronal.

4.º — Solicitamos às entidades oficiais que procedam a um inquérito junto do Administrador da Firma Martins & Rebelo, pessoa com 75 anos de idade que não está à altura de desempenhar tal função e estará certamente comprometido com o antigo regime fascista pois só depois do 25 de Abril os lacticínios se tornaram uma actividade ruinosa.

5.º — Solicitamos um inquérito

junto dos serviços centrais em Lisboa pois o mau funcionamento e má estruturação dos mesmos (contabilidade, secção de compras, computador, serviços gerais, etc. etc.), vêm a prejudicar de maneira muito significativa o funcionamento em todos os sectores.

Exemplo: Uma camioneta permanece nas oficinas há 5 meses à espera que Lisboa mande as peças necessárias para o seu conserto.

Exemplo: Nos pagamentos à Leitura, de Julho feitos em Outubro apareceram cerca de 100 000\$00, pagos indevidamente.

6.º — Existem várias empresas de lacticínios no País mais pequenas que esta que estão a produzir normalmente, aqui costumamos a passar largos para uma jalência talvez permediada.

7.º — A entidade patronal, antes do 25 de Abril comprava todo o leite que podia para evitar a concorrência, de tal maneira que não tinha condições para elaborar tais quantidades. Daí resultou que se fabricava queijo com a intenção de no outro dia tirar fora pois as câmaras de cura não suportavam tal quantitativo. As quantidades de queijo estragaram-se em números avultados que serão necessários às entidades oficiais se por elas solicitada.

8.º — O mau ambiente existente dentro da fábrica não é fruto das pessoas serem revolucionárias, mas é originado pela constante negação de todas as reivindicações apresentadas até hoje à entidade patronal pelos trabalhadores.

Exemplo: Como não nos foi deferido o pedido do fim-de-semana ao sábado ao meio-dia nós tomámos a liberdade de fazer-lo e assim o patrão passou e descontar dois dias de trabalho por mês e a aclear o serviço às sextas e sábados de manhã, de maneira a não prejudicar a laboração normal da fábrica.

9.º — A entidade patronal instituiu-se média empresa quando é a maior no ramo de lacticínios dentro do nosso País e no caso concreto do contrato colectivo de trabalho dos motoristas e a única empresa no Distrito de Portalegre que ainda não segue a risco o referido contrato. No que se refere a pagamentos, são normalmente feitos com vários dias de atraso e às vezes meses. Exemplo: de horas e refeitórios de motoristas.

10.º — Em 1972 gastou-se em carros de aluguer cerca de mil e duzentos contos, sucedendo que a empresa que alugou os carros renovou a frota e a firma gastou o dinheiro e ficou com os carros velhos. Gasta-se à volta de cinquenta contos por mês com o aluguer de um autocarro da Setubalense, no transporte do pessoal, transporte esse que podia ser feito por autocarro próprio que seria pago pelos alugueres de pouco mais de um ano.

11.º — A frota de carros de transporte de leite está em bastante mau estado, pois só em reparações gastou-se em 1973 três mil contos. Em campanha, os carros ficam todos os dias na estrada avariados chegando o leite aqui à fábrica em más condições e às vezes já estragado. A entidade patronal recusa-se constantemente a adquirir carros novos, pois o seu espírito conservador deve levar a firma à ruína. Pelas razões já apontadas, tudo nos leva a crer que o patrão premedita uma jalência, estando a contribuir para uma sabotagem económica que muito afectará a débil indústria de lacticínios em Portugal. Nós, trabalhadores, alertamos as entidades deste País para verificarem o visto às anomalias que estão sucedendo todos os dias na firma Martins & Rebelo.

Dado que a situação é grave, solicitamos, através da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Concelho de Avis, a Sua Ex.ª Senhor Governador Civil de Portalegre que termine o máximo interesse e urgência na sua deslocação aqui à fábrica em Avis, para que se possa inteirar das realidades que neste momento afectam algumas centenas de trabalhadores e que poderão vir a causar graves problemas a nível distrital.

Os trabalhadores da Firma Martins & Rebelo em Avis



HA SETE ANOS, PELO OUTONO

Inova
uma presença de qualidade
a anunciar a nova época

SETEMBRO / OUTUBRO

O Que É o Comunismo?

Georges Cogniot

Neste livro o Autor fala das origens do comunismo, da sua história, da sua doutrina e das perspectivas que abre à humanidade.

A Palavra

Irving Wallace

O mais fabuloso romance deste autor; mais de 9 meses na lista de bestsellers do New York Times.

O Governador e Outros Contos Soviéticos

Inclui, além da famosa novela «O Governador», de Leónidas Andreiev, «Djamili», a mais bela história de amor, no dizer de Aragon.

Diálogo com os Católicos (ou talvez não)

Mário Sacramento

Um diálogo entre católicos e marxistas portugueses.

Alguns Aspectos do Problema Habitacional

Arquitecto. Lobo Vital

IRA-O Exército Secreto da Irlanda

J. Bowyer Bell

NOVEMBRO

Pequeno Dicionário do Marxismo

Pierre Massot

O essencial do marxismo/Um utilíssimo índice de autores e assuntos.

Vidas Proibidas

Michel Borwicz

O autor revela neste livro alguns destinos trágicos sob a ocupação nazi.

Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal-Século XIX e XX

Seleção, prefácio e notas de Manuel Villaverde Cabral

O Último Dia da Pide 26 de Abril no Porto

Fotos de António Amorim/Prefácio de Raul Castro

Ensaio de Domingo — II

Mário Sacramento

DEZEMBRO

A Cartuxa de Parma

Stendhal

Uma bela tradução de Casais Monteiro.

Convite para a URSS

Óscar Lopes

Uma reedição ansiosamente aguardada.

A Mãe

Máximo Gorki

Realizada por Egito Gonçalves, a mais completa tradução portuguesa.

Os Acidentes Terapêuticos

Pierre Bourget

Uma obra indispensável em todos os lares.

Escrita da Terra e Outros Epitáfios

Eugénio de Andrade

Com desenhos de Angelo de Sousa

Um belíssimo inventário de amor e alguns retratos de resistentes.

Agonia e Morte de Lenine

Máximo Gorki/Gerard Walter

Páginas comovedoras sobre o maior revolucionário de todos os tempos.

Padre Américo/Páginas Escolhidas e Documentário Fotográfico

O pensamento e passos da vida do criador da Casa do Gaio.

O Mecanismo Romântico da Fragmentação

Nuno Júdice

Prémio de Poesia Pablo Neruda.

Casais Trocados

John Updike

Um romance terrível sobre a vida conjugal nos Estados Unidos. Um dos maiores bestsellers de sempre.

Tempo e Poesia

Eduardo Lourenço

Ensaio

Aquele Inverno em Veneza

Daphne du Maurier

Um romance perturbador; recentemente, um extraordinário êxito no cinema.

Camilo e os Médicos

Maximiano Lemos

Uma obra apaixonante sobre o maior romancista português.

Dicionário de Jogos

Publicado sob a direcção de René Alleau

Obra luxuosa de 600 páginas e centenas de ilustrações. Uma preciosa prenda de Natal.

TRABALHADORES REJEITAM PROPOSTA DE CO-GESTÃO

Reafirmando o desejo de continuarem a ter a iniciativa da informação da sua luta a fim de que não haja botapões, mal-entendidos ou deturpações, os trabalhadores da «Tinturaria Portuguesa» tornaram público um comunicado onde dão conta dos últimos acontecimentos verificados no decorrer da luta que travam com a entidade patronal.

Referindo que no dia 27 do mês passado se realizou uma conferência na Quartel-Mestre General com a presença do brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, quatro elementos da Comissão Representativa dos Trabalhadores representantes do Sindicato dos Motoristas do Sindicato dos Caixeiros e Armazenistas, do Sindicato dos Químicos e do Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuários do Sul e ainda com a presença do representante da entidade patronal, Raul Kirk Bugaglio, recordam que este último voltou a apresentar a proposta já feita no Ministério do Trabalho em 9 de Novembro, que constava de um aumento de ordenado da ordem dos 10 por cento a partir de Janeiro próximo.

Como tivesse sido recusada, renovou a sua proposta no sentido de os trabalhadores com vencimentos de 3300\$00 a 3900\$00 passarem para quatro contos; os de 3900\$00 passarem para 4400\$00. No entanto estes vencimentos só seriam vencidos a partir de Janeiro.

Face a esta situação, o plenário dos trabalhadores aprovou uma contraproposta salarial que foi apresentada à entidade patronal e cuja resposta aguardam.

Durante a referida reunião, a entidade patronal propôs igualmente a participação dos trabalhadores na administração da firma (co-gestão), o que foi rejeitado pelos mesmos, pois têm a consciência de que a participarem na administração apenas teriam a ilusão de estarem controlando a firma e a sua administração, situação esta que se manterá enquanto houver patrões e empregados.

Além disso, os trabalhadores da Tinturaria Portuguesa reivindicaram o direito de a sua Comissão fiscalizar em qualquer momento a escrita da empresa e outros elementos que permitam analisar a situação da firma e o modo como se está a processar a sua gestão.

O plenário dos trabalhadores decidiu igualmente não permitir que trabalhem na empresa familiares ou pessoas ligadas à entidade patronal e impedir à mesma a cobertura, pela empresa, de despesas destinadas exclusivamente aos patrões.

Por último, e depois de salientar alguns factos graves ocorridos recentemente, o comunicado informa que os vencimentos do mês de Novembro foram integralmente satisfeitos, tendo os patrões pago os salários até à data da sua declaração de «lock-out» (18/11/74) e os trabalhadores pago o restante através da sua própria gestão, iniciada logo após a declaração de encerramento da firma.

ALPIARÇA

A DELEGAÇÃO SINDICAL APELA PARA A UNIDADE

Desmascarando alguns trabalhadores que, fugindo à responsabilidade que a actual situação política exige, se colocam ao lado da reacção, lançando boatos caluniosos e o próprio Sindicato, a Delegação de Alpiarça do Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém apela para a unidade de todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, para que não suceda o que se tem verificado, não respeitante a trabalhadores que para além de não se unirem às restantes companheiras de trabalho para obterem as reivindicações exigidas ao patronato tentam desprestigiar o Sindicato e a sua comissão perante os inimigos da classe.

No comunicado que dá conta das anomalias verificadas ultimamente, a delegação de Alpiarça refere que ainda há pouco tempo foi aprovado em assembleia apañar em conjunto a azeitona que foi dada pelos lavradores. Contudo, houve um grupo que nunca se dispôs a trabalhar ao lado das suas companheiras,

mantendo-se em atitudes que em nada defendem os trabalhadores, atitude esta que a delegação de Alpiarça e todos os outros trabalhadores condenam.

Alcácer do Sal

Fomentado por uma burguesia agrário-latifundiária, que arrogantemente continua detentora do poder, o desemprego alastra de forma alarmante no Vale do Sado.

Entretanto, encontram-se votadas ao abandono áreas florestais constituídas principalmente por montados de sobre e pertencentes às famílias Barreira, Leitão Silva e Casa Gil (Herdeiros), detentoras, entre outras, das herdades Batão, Vale de Achique, Fais, Courela do Pomar e Pontes.

Por outro lado, na aldeia de Rio de Matinhos grassa o desemprego e a fome, que poderiam ser atenuados pelo emprego de cerca de 100 pessoas que se encontram de braços cruzados. Esta situação, aliás, foi constatada pela visita de um técnico agrícola que o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Setúbal solicitou.

O Sindicato apela para uma eficaz acção do Instituto de Reorganização Agrária recordando que o País não se pode dar ao luxo de manter situações como esta.

Novos livros Estampa

- REFORMA OU REVOLUÇÃO**
Ross Luxemburg
Coleção Clássica de Bolso, n.º 9
Preço 40\$00
- DO SOCIALISMO UTOPICO AO SOCIALISMO CIENTIFICO**
Friedrich Engels
Coleção Teoria, n.º 6
Preço 30\$00
- OS PRIMEIROS FILÓSOFOS II**
George Thomsom
Coleção Teoria, n.º 4
Preço 70\$00
- CONTRIBUIÇÃO PARA A CRITICA DA ECONOMIA POLITICA**
Karl Marx
Coleção Teoria, n.º 8
Preço 80\$00
- MÉLMOTH III e IV**
Charles Maturin
Coleção Biblioteca Clássica, n.º 1
Preço 60\$00
- EDITORIAL ESTAMPA**
Rua da Escola do Exército, 9, r/c, dto.
Telefone 555663 Lisboa 1

Editorial Inova/Porto

Distribuição: EXPRESSO-Bloco Editorial de Distribuições, SARL / Av. Camilo Castelo Branco / Apart. 21 / Burraca-Amadora

Ler e divulgar o «Avante!» é ajudar o Partido

NO MUNDO DO TRABALHO

LUTEMOS CONTRA OS DESPEDIMENTOS...

Catorze chefes de família, trabalhadores da SINARBEL (Sociedade Industrial de Artigos de Beleza, Lda.), em Lumiar, em Lisboa, seriamente ameaçados de cair no desemprego, sem ordenados nem indemnizações, conseguiram, recentemente, evitar os despedimentos e receber os salários em atraso.

Com a intervenção do Sindicato e da Secretaria de Estado do Trabalho, cujo apoio técnico foi solicitado pelos próprios trabalhadores, a administração da empresa concordou em não despedir ninguém sem justa causa e, em caso de falência, um dos administradores tomou a responsabilidade de transferir para outra firma, ou firmas, de que seja sócio ou proprietário, os trabalhadores da SINARBEL, garantindo-lhes o pagamento dos salários e indemnizações que a eventual encerramento venha a motivar.

...E CONTRA OS DESPEDIMENTOS POR MOTIVOS POLÍTICOS...

A luta dos trabalhadores não foi alheia à boa solução deste caso, como o não foi na firma José Francisco Justino (Herdários) Lda., («Galuchos»), de São João das Lampas, em Sintra, onde foram readmitidos três trabalhadores.

A empresa alegava «motivos justificados» para os despedimentos. Mas, segundo fonte sindical, pelo menos num dos casos, o do trabalhador Joaquim Ferreira da Costa, que interviu num comício do nosso Partido, em Sintra, o «motivo justificado» está à vista... Como os outros, este trabalhador foi também readmitido, com o pagamento dos salários desde a data dos despedimentos e com a mesma categoria profissional que tinha nessa altura. Mas que este, e infelizmente outros casos, sirvam de exemplo! Não podemos permitir que um trabalhador seja despedido por defender uma determinada linha política ou estar filiado num partido democrático. Não podemos voltar aos tempos do fascismo!

No caso da «Galuchos», muito pesou, também, a intervenção sindical, bem como o apoio técnico da Secretaria de Estado do Trabalho e da Inspeção Superior da mesma pasta, cujo responsável, dr. Joaquim Correia, esteve presente na reunião a que se chegou a acordo com a empresa.

Os trabalhadores despedidos regressaram ao trabalho no dia 9 do corrente.

Entretanto, a firma Dimas de Melo Pereira, Industriais de Relógios, S.A.R.L. de Lisboa, decidiu dissolver a secção de vendas, alegando problemas económicos. Para não readmitir os trabalhadores despedidos valeu-se de «razões puramente financeiras». Não é isso, porém, o que um grupo de trabalhadores afirma. A empresa não se encontra de modo nenhum em dificuldades económicas. O capital e o balanço geral das vendas indicam, precisamente, o contrário. Mas à luta dos trabalhadores contra os despedimentos abusivos e pelo direito ao trabalho continua a ser considerada por algumas entidades patronais como acto político, aproveitando-se disso para fazer despedimentos colectivos. Mas contra essas posições, os trabalhadores saberão fazer valer os seus direitos.

Apioemos os nossos camaradas na luta pelo direito ao trabalho e à garantia de emprego, não de bons resultados.

NOVA TABELA SALARIAL PARA A MADEIRA

Os operários da Indústria de construção civil da Madeira dispõem de novos salários, com efeitos a partir de 1 de Novembro. As negociações, através das quais o Sindicato pretendia a equiparação ao Continente, tinham deparado com a intransigência patronal. Pedida a intervenção da Secretaria de Estado do Trabalho, a nova tabela salarial foi aprovada na sequência dos trabalhos de uma comissão técnica constituída por representantes daquela Secretaria de Estado, do Grémio e do Sindicato. Apreciados os pontos constantes de um caderno reivindicativo apresentado pelos trabalhadores, sem deixar de ter em conta as realidades económicas da Madeira, foi acordada a seguinte tabela salarial: 1.ª - Oficial, 6500\$00; 2.ª - Oficial, 5900\$00; Semente, com 18 anos ou mais, 4300\$00; Auxiliar e Aprendiz de 16/17 anos, 3000\$00; Auxiliar e Aprendiz de 14/15 anos, 2000\$00.

STELBER PORTUGUESA

Propriedade de uma empresa americana, a Stelber Portuguesa é uma fábrica de bicicletas, em Agedua, que emprega cerca de 600 operários.

Recentemente, a administração informou o pessoal de que era obrigada a reduzir as despesas por ordem da empresa-mãe, localizada nos Estados Unidos, e que, para evitar despedimentos a empresa se propunha reduzir as horas de trabalho diário, o que traria, consequentemente, uma redução de salários.

Reagindo contra uma proposta que os colocaria numa situação difícil, dado que não é possível sustentar a família com os ordenados que passariam a receber, os operários apelam para que não se permita a injustiça social que consiste em fazer os trabalhadores pagarem os problemas que não lhes dizem respeito.

Ao mesmo tempo exigem à empresa que não haja um único despedimento sem justa causa, pelo que se veriam obrigados a formar uma frente unida para impedir qualquer arbitrariedade da entidade patronal.

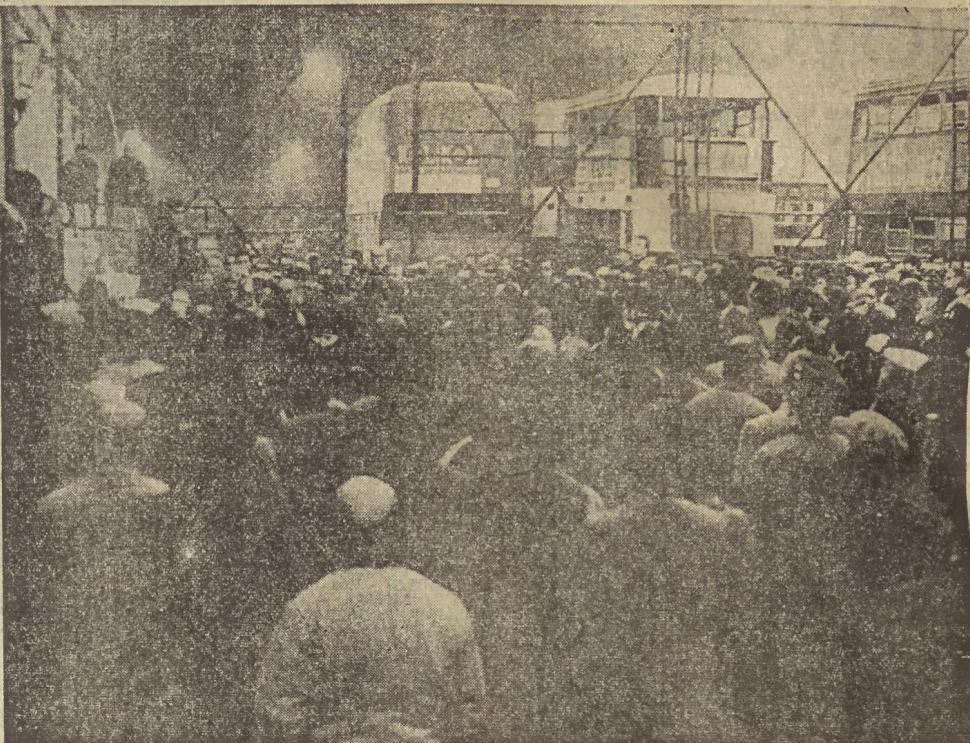
CONTRA OS ENCERRAMENTOS

Os 82 trabalhadores da Europeia, Agência de Viagens de Lisboa, continuam a desenvolver grande actividade para evitar que a firma seja encerrada, por um dos sócios querer vender a sua quota e se ter recusado a avaliar algumas letras.

Euqunto se movimentam no sentido de arranjar um financiamento, os trabalhadores que tomaram a seu cargo toda a laboração da empresa, já conseguiram, sem auxílio, firmar contratos para viagens de 5000 americanos ao nosso país e, com o mesmo objectivo, mantêm contactos com agências lusogalvas e holandesas.

Recusando fantasias «autogestionárias», os trabalhadores da Europeia tentam conseguir um importante empréstimo bancário e, entretanto, mantêm a laboração em bom nível de rendimento.

Com o apoio dos serviços competentes da Secretaria de Estado do Trabalho, o assunto encaminha-se para uma breve solução, que mantenha a empresa aberta, pois nada indica que a sua exploração não dê bons resultados.



A assembleia dos trabalhadores da Carris

O SANEAMENTO NA CARRIS EM FOCO

Mais de mil trabalhadores da Companhia Carris de Lisboa, no passado dia 9, reunidos na Estação das Amoreiras, discutiram, vivamente, o processo de saneamento que está a decorrer em relação a quadros técnicos da Carris.

Os trabalhadores, encontravam-se eleitos pela Comissão de Saneamento e o diretor da Carris de Pessal, o economista Gilberto Lindim Ramos.

A batalha pelo saneamento constitui, em todas as frentes, uma salvaguarda da democratização da vida nacional. Compreendendo-o os trabalhadores, em diversas empresas, imediatamente após o 25 de Abril, empunharam-se na tarefa de sanear os elementos, em geral das administrações, que colaboraram intensamente com a ditadura fascista e as forças repressivas. Também nesta tarefa se lançaram os trabalhadores da Carris, empresa cujas sucessivas administrações exploraram os seus empregados, na repressão que sobre eles

exerciam, na complicidade com o regime e com a PIDE-DGS, com a qual mantinham relações estreitas. Durante o fascismo, muitos foram os trabalhadores da companhia lançados do desemprego por suspeitas de ordem política munitas foram, igualmente, os detidos pela PIDE-DGS, perdendo por essa razão o direito ao trabalho constantemente violado. Da que foi a repressão abafada sobre esta classe profissional, recordam-se muitos trabalhadores.

De 1970 a 1971, só para lembrarmos os tempos mais recentes, a Administração reformou mais de dois mil trabalhadores e demitiu vários. Só nesse período foram presos mais de vinte. As mulheres sem outro sustento iam para a porta das estações de mão estendida, isto não se devia, já para não falar na exploração sofrida por nós e pelo público. O saneamento não é ajuste de contas porque ficávamos a dever-lhes muito. Mas é um mínimo de justiça. Não queremos cá fascistas e desta posição ninguém se move.

Assim se exprime a vontade unânime de todos os trabalhadores. Este também, o objetivo da Comissão de Saneamento constituída em Assembleia Geral por elemento representativa

problema, é contribuir para a divisão e para o adiamento de soluções. O conceito de «justa causa» sobre o qual se têm de legalmente basear as comissões deste tipo, é o definido na legislação fascista, o que só joga contra os interesses dos trabalhadores. Se para os serviços públicos, este facto foi corrigido com a saída de uma lei, após o 25 de Abril, que vinha regulamentar o saneamento, para as empresas não públicas, esta lei não existe apesar da Imprensa ter anunciado em 26 de Junho, uma publicação breve.

Não se compreende o atraso inexplicável no adiamento de uma legislação sobre saneamento, relativamente a empresas não públicas. Mas insistimos, em salientar que essa não é falta da comissão de saneamento, eleita livremente pelos trabalhadores e com sua representação. A comissão de saneamento utiliza os instrumentos legais de que dispõe.

Um outro trabalhador disse-nos a este respeito:

— Eu não estou de acordo com os camaradas que se voltam contra a comissão. A gente devia aqui uns danos indemnização e ficávamos todos contentes. Os tipos a sanear, que a sabem toda, recorriam aos tribunais que, também, diga-se de passagem, não foram completamente sanados. Ganhavam. Tínhamos de pagar a indemnização e até o caso ser resolvido continuavam como até agora a receber os ordenados. O que é preciso é perder, o medo de falar e de assinar os testemunhos com acusações. Eles sempre nos lixaram a vida. Mas muitos dos camaradas têm medo de falar. A comissão queixa-se, e com razão, que os trabalhadores não procuram a expor factos para

permitir um saneamento com justa causa.

As palavras deste trabalhador seriam confirmadas no decorrer da própria reunião. Dos trabalhadores, um dos quais já reformado, publicamente expuseram acusações fundamentadas que até o momento tinham silenciado.

Com o objetivo de dar oportunidade a que cada trabalhador vença o medo injustificado que o impede de colaborar activamente no processo de saneamento, decidimos, na reunião, prolongar o período de recepção de queixas. Os trabalhadores da Carris, que tantos exemplos de decisão e coragem deram nos duros tempos do fascismo, não deixarão agora de participar numa tarefa que corresponde às suas mais legítimas aspirações e interesses.

Qualquer que seja o resultado deste adiamento, a conclusão a manter é, no entanto, só uma: os trabalhadores não consentam nas indemnizações, mesmo que estas não atinjam treze mil contos e fiquem por metade desse valor. Pelo que se trata não de acusar a comissão de saneamento que actua no domínio que lhe é próprio mas de encontrar caminhos pelos quais possam ser defendidos os interesses dos trabalhadores. Estes interesses, são os do País.

Num momento de grave situação económica da fmeira, conceder a fascistas milhares de contos é mais do que escandaloso.

São estas as razões que os trabalhadores não deixarão de manifestar junto das estruturas que devem solucionar o problema e que se encontram, também empenhadas na democratização do País. E esta democratização, não é demais insistir, passa pela batalha do saneamento

RENDEIROS RECLAMAM JUSTIÇA

«Estas terras foram desbravadas com o suor dos nossos avós que as arrendaram. Os nossos pais continuaram a amanhá-las. Nós não conhecemos outra vida. Há três anos que ao proprietário lhe deu a sanha destruidora. Começou a expulsar-nos da terra, a destruir as benfiteiras. Mais de 50 pequenos rendeiros viram-se sem nada. Sempre que lhe dá na gana o proprietário lança-nos na miséria. Após o 25 de Abril, mais 10 rendeiros foram despedidos.»

teriormente a sofriram numa revolta silenciada, neste momento sabem que lhes é reconhecida a liberdade de pugnar pelos seus direitos. Em documento entregue ao Governo Provisório, os rendeiros denunciam as formas de «tratamento» a que os submeteu o senhor da terra:

— o arranque das videiras e árvores de fruto há muito plantadas pelos agricultores após prévio acordo do senhorio;

— a imposição do pagamento de renda com um ano de antecedência;

— a não entrega do recibo como contrapartida da realização do pagamento da renda; esta omissão permite ao senhorio despedir os rendeiros em qualquer momento e em alguns casos o despejo tem-se verificado, pouco depois do pagamento da última renda;

— o aumento de renda sem prévio aviso ao cultivador. Frequentes vezes o rendimento toma conhecimento do aumento da renda no momento em que vai efectuar o pagamento. Este aumento é de tal maneira exorbitante que normalmente é incomportável para a sua débil economia;

— ameaças directas e indirectas de despedimento;

— etc., etc.

— Mas não ficam por aqui as injustiças que o senhorio pensa que suportamos. Após o 25 de Abril, para nos obrigar a desistir das terras que amanhámos, o senhorio aumentou as rendas para o dobro e, algumas vezes, até para o triplo. Os que pagavam 30 alqueires de trigo (a 37500 o alqueire), agora no fim da última campanha foram obrigados a pagar 67 alqueires de trigo (a 45500 o alqueire). De modo que a renda convertida em dinheiro subiu de 1010\$00 para 3005\$00. Os que pagavam 15 alqueires, pagam agora 60; o que em dinheiro quer dizer que se pagavam 555\$00 e agora desembolsam 2700\$00. Há um rendeiro que de 1480\$00 passou a pagar 5400\$00. Pode-se perguntar como é que a gente vai nesta conversa? O diabo é que não há contratos escritos não há obrigação de pagar a renda em dinheiro. Só com a lei nova de arrendamento rural se pode resolver a questão mas para isso é preciso que a obrigatoriedade seja para todas as courelas, mesmo as de 5 hectares que são as nossas, de pequenos rendeiros, os que mais sacrificados somos e, mais dificuldades temos.

Após uma reunião efectuada no passado dia 7 e segundo decisão dos rendeiros na presentes, iniciou-se a movimentação dos rendeiros junto dos organismos competentes. A este respeito, declaramos:

— Confiamos no MFA e no Governo Provisório. Temos a certeza de que a lei de arrendamento rural não vai deixar de fora os pequenos. Isso seria uma desgraça. Pedimos também à Secretaria de Estado da Agricultura uma vis-

toria oficial à escrita da Quinta e uma visita às terras. A razão está do nosso lado. E agora que podemos esperar justiça, não desistimos.

A firmeza manifestada por estes pequenos rendeiros é um exemplo a seguir por quantos, por esse País fora,

continuam a ser atingidos pelas prepotências dos senhores da terra cujo domínio e feroz exploração o fascismo protegeu, cujo domínio e exploração não podem ser consentidas sob risco de perda de autenticidade da continuação do processo democrático.

IMPORTANTE PASSO EM FRENTE DOS PESCADORES DE SESIMBRA

Com a participação de vários milhares de trabalhadores do mar, realizou-se em Sesimbra a assembleia geral para a aprovação dos estatutos da Comissão Pró-Sindicato. A parte central da sala de reuniões da Casa dos Pescadores encontrava-se completamente cheia, e as bancadas, ainda em construção, peçadas de gente de Sesimbra, na maioria familiares dos pescadores, que assistiam a esse acontecimento importante na vida da localidade.

Quando os componentes da mesa entraram na sala, a multidão levantou-se, aplaudindo, vitoreando o MFA e o Governo Provisório. Contavam-se, entre eles o ministro do Trabalho, capitão de Costa Martins, o secretário de Estado do Trabalho, dr. Carlos Carvalhas, o dr. Mário Ruivo, secretário de Estado das Pescas,

CONTRATO COLECTIVO NA INDÚSTRIA DE CARNES

Foi assinado um importante contrato colectivo regulamentando as relações de trabalho dos profissionais de escritório, telefonistas, porteiros, contínuos, cobradores e similares do sector de actividade da indústria de carnes, aplicável a todo o território nacional.

Este contrato estabelece várias regalias, do ponto de vista socioeconómico, para os trabalhadores da indústria de carnes, nomeadamente instituindo o subsídio de férias e o de Natal, a fixação de diuturnidades, as indemnizações por despedimento sem justa causa, um dia de descanso complementar, a remuneração favorável do trabalho extraordinário.

Os trabalhadores da indústria de carnes veem assim chegada ao fim mais uma etapa da sua luta por melhores condições de vida; longa etapa, aliás, uma vez que o início da negociação do contrato ora firmado remonta já a Abril de 1973.

o presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Sesimbra e o governador civil de Setúbal.

Depois de várias intervenções sobre os problemas e as perspectivas locais, falaram representantes dos pescadores, que a assistência seguiu com interesse solidário, exprimindo-se entusiasticamente essa solidariedade quando um pescador de Setúbal salientou as dificuldades que naquela cidade a classe encontrava para se organizar. A assembleia decidiu que Sesimbra fosse colaborar com a sua experiência junto dos camaradas pescadores de Setúbal.

O secretário de Estado do Trabalho referiu-se, na sua intervenção, escutada com interesse, às tarefas do Povo Português e dos trabalhadores, no momento actual — a democratização, o desenvolvimento económico, o salientando que não era altura para que as pessoas especulassem sobre a forma de Governo que iremos ter daqui a meses, mas que se impõe a luta pela consolidação da democracia; disse ainda que o poder político, finalmente separado do poder económico desde 28 de Setembro, indicava aos trabalhadores que a sua unidade na luta contra o poder exorbitante dos monopólios era muito importante — como importante fora o passo ali dado na unidade e organização dos trabalhadores.

O dr. Mário Ruivo, depois de

traçar uma panorâmica das dificuldades da pesca do nosso país, com a falta de armazéns frigoríficos que impõe o recurso à irrorção do pescado, falou sobre as grandes possibilidades que se abriam aos trabalhadores para se organizarem e desse modo lutar por um Portugal melhor. O 25 de Abril — disse — foi a machadada que quebrou os rins ao fascismo, culminando a longa luta dos militantes da clandestinidade. Apelo para que se honrassem as mulheres dos pescadores, companheiras das horas amargas dos trabalhadores do mar. Essa homenagem, profundamente sentida pela assistência, que a aplaudiu, finalizou a intervenção do secretário de Estado.

Encerrando a assembleia, falou o capitão Costa Martins. O ministro do Trabalho salientou a atenção e o interesse com que o Governo Provisório segue a organização dos trabalhadores em sindicatos para que melhor possam intervir e contribuir para um futuro melhor, e que esse futuro depende do trabalho de todos. Aludiu também à necessidade de rectificar os circuitos do mercado, acabando com a situação injusta dos preços que afectam os pescadores e todo o povo português.

A assembleia findou com o maior entusiasmo, sendo intermináveis os aplausos e as manifestações de alegria por mais esta vitória da unidade dos trabalhadores.



A VOZ DO PCP

Todas as segundas-feiras às 22 horas no Rádio Clube Português O PCP FALA PARA TI

Os trabalhadores não consentem em indemnizações

No entanto, apesar deste acordo, foi patente na reunião do dia 9 a dificuldade de diálogo entre a Comissão de Saneamento e os trabalhadores. De lamentar, aliás, que evadidos por um clima de emulação, muitos dos trabalhadores tenham abandonado a reunião a meio. Não é abandonando a discussão, aliando-se dos problemas que os trabalhadores resolvem as questões. Esta atitude não é coerente com o passado de luta no interior da companhia nem com as responsabilidades que cada cidadão, cada trabalhador enfrenta neste momento da vida do País.

Na realidade, o processo de saneamento dos quadros técnicos da Carris em causa não oferece qualquer dúvida de legitimidade. Nove dos elementos a sanear são-lhe com justa causa pois as acusações que pesam sobre eles estão soberanamente provadas. A questão levantada relativamente a muitos dos trabalhadores tem a ver com o facto de os testemunhos dos trabalhadores sobre a actividade destes quadros serem escassos, do que resultam acusações de índole a por lei de ficarem em posição de saneamento sem justa causa.

Esta conclusão da Comissão de Saneamento provocou a justa indignação dos trabalhadores. Saneamento sem justa causa significa que estes indivíduos, que foram instrumentos de repressão, são beneficiários de uma indemnização cujo total quase atinge 13 mil contos! Dados os chorudos ordenados que recebiam e a antiguidade na repressão, Jean Vian François receberia 3 082 854\$00; Mário Correia 2 881 440\$00; Matos Ferreira 3 094 888\$00; Pacheco Nobre 2 842 000\$00.

— Nós a sacrificarmos pelo País que precisa de dinheiro — declaramos um condutor de autocarro, presente na reunião e eles levaram esta indemnização não pode admitir-se. A empresa está deficitária. Não é por culpa dos trabalhadores mas das administrações fascistas. O Governo é que vai cobrir o défice que deve ser, este ano, de 145 000 contos. Embarcar em grandes indemnizações prejudiciais aos nós e ao País. Por isso não consentimos.

As responsabilidades não cabem à comissão de saneamento

A decisão dos trabalhadores é a única possível. Só que as responsabilidades impostas pela lei não podem ser impugnadas à comissão de saneamento. Fazê-lo é analisar erradamente o

EMPRESA DE FREAMUNDE ONDE SÃO LETRA MORTA OS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Não cumprimento das tabelas salariais, ameaças de encerramento da fábrica e a ausência de um mínimo de

EMPRESA DE FREAMUNDE ONDE SÃO LETRA MORTA OS DIREITOS DOS TRABALHADORES

condições de trabalho, constituem alguns dos graves problemas que caem neste momento sobre os trabalhadores da firma ALBINO MATOS FERREIRA & BARROS, de Freamunde, Paços de Ferreira.

VITÓRIA DAS OPERÁRIAS DA SOCOTIL

Terminou em grande vitória a luta desenvolvida pelas operárias da Socotil, em Ovar. Unidas em torno do seu Sindicato, forçaram a administração da empresa a repor as regalias que pretendia roubar-lhes e a readmitir, sem perda de direitos, as duas operárias despedidas sem justa causa, tendo a indemnização por estas recebida, aquando do despedimento, revertido a favor delas como indemnização pelos prejuízos materiais e económicos que a falta de trabalho lhes trouxe.

A vitória das operárias da Socotil é um exemplo de que, quando uma luta é bem conduzida, quando os trabalhadores estão unidos e organizados, são uma força invencível. É também um exemplo de que a mulher, tal como o homem, tem um importante papel a desempenhar na sociedade e que é, acima de tudo, um trabalhador mais da revolução.

Num comunicado em que expõem ao ministro do Trabalho os graves problemas que neste momento os afectam, assim como a dezenas de famílias, e depois de analisarem a situação, os trabalhadores, conforme as suas próprias palavras, verificam que o patrão pretende lançar-nos contra o regime democrático tão brilhantemente conquistado em 25 de Abril pelas Forças Armadas, em estreita aliança com as massas populares.

Confiantes de que num futuro que desejam próximo, serão resolvidos os seus problemas, os trabalhadores afirmam que tudo farão para não entrarem em greve.

Eis os gritantes problemas que neste momento mais afligem os trabalhadores e para os quais foram lançados pelo patrão: não são cumpridas as tabelas salariais acordadas entre o Sindicato e o Grémio e que entraram em vigor em 1 de Maio de 1974; o patrão ameaça que se se vir obrigado a pagar as tabelas salariais em vigor, fecha a fábrica; gozará 18 dias de férias sem receber nem um centavo de subsídio, a que tinham e têm direito; não podem ser sócios do Sindicato e quando apresentarem as propostas ao patrão para assinar, este recusa-se a fazê-lo; a par disto, não têm o mínimo de condições de trabalho, nem higiene e segurança.

OS CONTRATOS COLECTIVOS DOS TRABALHADORES RURAIS SÃO IMPORTANTES VITÓRIAS DOS OPERÁRIOS PORTUGUESES

Hoje, à luz da liberdade democrática que tão arduamente conquistámos, o CCT para os trabalhadores agrícolas tornou-se uma realidade em diversos concelhos de Alentejo.

Desde 1958 que o proletariado agrícola alentejano (e de outras zonas do Sul) tem vindo a reivindicar um contrato colectivo de trabalho que lhes garanta melhores condições de vida: trabalho assegurado, melhores salários, jornada de 8 horas, abono de família e outras regalias.

Apesar da violenta repressão fascista que em 1964 se abateu sobre o Alentejo atingindo duramente as organizações do Partido, nunca o fascismo conseguiu quebrar a combatividade dos trabalhadores agrícolas, que com altos e baixos prosseguiram na luta pelas suas justas reivindicações.

Assim os CCT recentemente acordados em alguns concelhos alentejanos constituem

importantes vitórias do proletariado rural, sendo de destacar algumas cláusulas mais significativas das vitórias alcançadas.

Concelho Fronteira

O período normal de trabalho, que durante longos anos foi de sol a sol, passará a ser de 45 horas semanais, sendo o trabalho extraordinário pago com um aumento correspondente a 50% do salário normal.

No que se refere à garantia de trabalho, as entidades patronais garantirão trabalho a todos os homens e mulheres admitidos como efectivos durante a duração do CCT, ficando proibido qualquer tipo de trabalho de empreitada, com excepção da apanha da azeitona, desde que não exista desemprego na freguesia ou concelho ou traga perigo de o produto se estragar ou perder.

Os chamados Ranchos de Fora foram também beneficiados, pois se o patronato os contratar, durante a vigência da Convenção não o poderão fazer em condições inferiores às estipuladas no CCT.

Os trabalhadores permanentes não poderão ser despedidos sem justa causa e no caso dos eventuais terá de haver um aviso prévio de três dias, devendo o despedimento efectuar-se ao sábado, sempre que o local de trabalho se situe a uma distância superior a 3 km da povoação e o grupo de trabalhadores seja

superior a cinco as entidades patronais são obrigadas a assegurar-lhes o transporte.

Freguesia de São Mamede da Ventosa

Dada a diminuta área abrangida por este CCT foi estipulado que o mesmo cessará, logo que seja estabelecido diploma legal, ou negociado contrato de trabalho para trabalhadores rurais extensivo a limites geográficos em que a freguesia se insira.

O direito ao trabalho foi salvaguardado através da cláusula que estipula que os trabalhadores de qualquer empresa individual ou colectiva não poderão fazer horas extraordinárias, sempre que o total das mesmas por empresa justifique a admissão de um trabalhador e traga de sempre na zona.

Concelho de Ponte de Sor

A garantia de trabalho tem sido um dos mais importantes objetivos das lutas dos trabalhadores rurais. Para a concretização da presente garantia, estipula o CCT assinado neste Concelho a formação de uma comissão composta por dois representantes das entidades patronais e dois representantes da Comissão Sindical concelhia, representando-se a inclusão de um representante do Ministério do Trabalho nos casos em litígio. Esta comissão debruçar-se-á também,

para a isso for solicitada, sobre a natureza ou necessidade dos trabalhos a efectuar.

De lamentar que esta garantia, no referente às mulheres, diga apenas respeito às cabeças de casal. A luta contra esta injustificável discriminação terá de continuar incessantemente até à sua abolição completa.

Os CCT

Contratos semelhantes aos já referidos foram assinados nos concelhos de Gavião, Avis, Arronches, Elvas, Monforte e Portalegre e na freguesia de Seda (Alter do Chão).

As remunerações estipuladas são sensivelmente iguais em todos os CCT, sendo a média de:

Tractoristas 190500
Indiferenciados
Homens 160500
Indiferenciados
Mulheres 120500

Entretanto, de vários pontos chegamos a informação de que as entidades patronais não estão a cumprir o CCT e que os trabalhadores estão a responder com algumas paralisações.

É necessário que os trabalhadores estejam vigilantes. É necessário denunciar todas as infracções e reforçar a unidade dos trabalhadores em torno do seu sindicato, pois só assim serão defendidos os direitos tão duramente conquistados.



Os protestos das conserveiras (como a manifestação que a gravura documenta, realizada em Portimão) foram ouvidos

MELHORES SALÁRIOS E GARANTIA DE EMPREGO PARA AS TRABALHADORAS CONSERVEIRAS DE TODO O PAÍS

CONT. DA PÁG. 1

de trabalho com um aviso prévio de 6 dias úteis.

A portaria reforça o papel dos sindicatos. As entidades patronais são obrigadas a enviar-lhes as listas do pessoal até 31 de Janeiro do próximo ano. A partir dessa data, qualquer alteração nos referidos quadros terá de ser comunicada aos sindicatos competentes no prazo de dez dias.

Todos os trabalhadores abrangidos têm direito a um período de férias anuais e a um subsídio correspondente, para além do salário normal a que não perderão o direito. O subsídio terá de ser pago antes de iniciado o período de férias.

As diferenças de salários devidas aos trabalhadores, por força da retroactividade a partir de 1 de Novembro, serão pagas juntamente com os salários de Dezembro em curso.

Estabelecendo um mínimo de regalias, que obrigaram os tra-

balhadores e os dirigentes sindicais a tantos meses de preocupações e lutas constantes, a nova regulamentação de trabalho tem de ser defendida pelos operários e operárias conservadoras, como um direito que merecidamente conquistaram e que não lhes pode ser retirado. Para isso devem contar com o apoio dos sindicatos, do Ministério e da Secretaria de Estado do Trabalho.

A importância da indústria conserveira para a economia nacional não foi esquecida na nova regulamentação de trabalho. São previstas várias medidas de dinamização e apoio imediato, nomeadamente no que se refere à exportação e ao reforço da capacidade de armazenagem da matéria-prima. Até 20 de Março do ano que vem deverá estar concluído um estudo para a reabilitação e aumento da produtividade da indústria conserveira.

Este estudo, para a realização do qual as Secretarias de Estado do Trabalho e das Pescas nomearão um grupo de trabalho, servirá também de base para um novo Contrato Colectivo do sector, cujas negociações deverão iniciar-se em 1 de Abril de 1975.

Esse estudo, para a realização do qual as Secretarias de Estado do Trabalho e das Pescas nomearão um grupo de trabalho, servirá também de base para um novo Contrato Colectivo do sector, cujas negociações deverão iniciar-se em 1 de Abril de 1975.

Profissionais de Armazém e abrange a área da Grande Lisboa. O seu período de vigência vai de 16 de Novembro do ano corrente até 15 de Outubro de 1975. A nova tabela salarial produz efeitos a partir de 1 de Outubro findo.

Os despedimentos sem justa causa ficam proibidos mesmo durante o período experimental. Quando for alegada justa causa a entidade patronal é obrigada a instaurar o respectivo processo disciplinar dentro de 15 dias após a verificação dos factos que lhes deram origem. Fica também vedado ao patronato o despedimento sem justa causa de qualquer trabalhadora durante o período de gravidez e até um ano após o parto.

«Durante o período de gravidez e até 3 meses após o parto, as mulheres que desempenham tarefas incompatíveis com o seu estado, designadamente as de grande esforço físico, trepidação, contactos com substâncias tóxicas ou posições incómodas e transportes inadequados deverão ser imediatamente transferidos para trabalhos compatíveis, sem prejuízo da retribuição correspondente à sua categoria» — refere, a dado passo, a cláusula 38.ª sobre as condições particulares do trabalho feminino, estabelecendo, «por ocasião do parto, uma licença de 60 dias e um complemento do subsídio a que a trabalhadora tiver direito na respectiva instituição de previdência, de modo que a soma seja igual à retribuição normal».

Os menores não serão obrigados à prestação de trabalho antes das 7 e depois das 20 horas. Para os trabalhadores que não tenham ainda 16 anos o período de férias anuais não poderá ser inferior a 21 dias seguidos. Sem qualquer desconto nos ordenados, os menores de 18 anos que frequentem qualquer estabelecimento de ensino deixarão os locais de trabalho meia hora antes de terminar o seu período de actividade diária.

O Contrato, extenso e minucioso, define as categorias profissionais abrangidas, as relações nominais, os quadros de pessoal, as promoções obrigatórias, as retribuições mínimas de trabalho, as diuturnidades, o descanso semanal, os feriados e o horário de trabalho.

A tabela salarial, dividida em dois grupos, vai de 2000\$00 (praticante do 1.º ano — I Grupo) até 9500\$00 para categorias superiores a chefe de vendas (7750\$00). No II Grupo, os ordenados vão de 2200\$00 até 10 500\$00 para as mesmas categorias profissionais. A definição dos grupos depende do volume da contri-

bução industrial paga pelas empresas.

Para dar parecer sobre todas as questões de trabalho, incluindo os conflitos, foi criada uma comissão paritária de dois representantes sindicais e dois do patronato.

Entre os deveres das entidades patronais para com os trabalhadores destaca-se a do cumprimento rigoroso das disposições do Contrato, que além das regalias já mencionadas, inclui o direito a férias pagas a 100 por cento, e um subsídio de Natal correspondente à totalidade do ordenado mensal.

As Comissões Sindicais Operárias das empresas, quinqueto: Fátima, Leões, Sacor, Artigido, Companhia Nacional de Pneus, Valentim A. Nascimento, Dossa e Silva e Monteiro Ribas, perante as tentativas de elementos da Comissão Directiva e funcionários do Sindicato no sentido de dificultarem e deturparem a sua acção e os seus objectivos, procuram, através de um comunicado — que lamentamos não possa ser publicado no seu lugar próprio, o Sindicato do Operário — esclarecer toda a classe sobre a sua actividade económica de que devem ser os próprios operários químicos a julgar e a corrigir os nossos actos em função dos reais interesses da classe.

Pela sua importância, transcrevemos o documento:

A nossa actividade: o contrato tipo

Senão o Sindicato o conjunto de trabalhadores organizados para a defesa dos seus interesses de classe, e sendo a CSO um instrumento fundamental na organização dos operários químicos e sua ligação com o Sindicato, verificamos que, da parte da Comissão Directiva, não se desenvolveram esforços para reunir e ligar as CSO das diferentes empresas, não se iniciou a participação das CSO na actividade e condução do Sindicato.

Por este motivo, resolvemos iniciar reuniões abertas a todas as CSO interessadas, no âmbito do Sindicato, tendo dado conhecimento desta iniciativa à Comissão Directiva e propondo a presença de elementos desta, naquelas reuniões, o que nunca se verificou.

Destas reuniões, e em consequência de debates e lutas realizadas, foi divulgado o texto de análise crítica ao Projecto de Contrato-Tipo, com contribuição de algumas C. S. O., para o seu aperfeiçoamento, e para uma mais ampla discussão no seio da classe.

Este texto foi igualmente enviado à Comissão Directiva. Posteriormente, participámos em duas reuniões gerais das C. S. O. da região do Porto, em que, pelo patetice a adesão da maior parte dos camaradas presentes ao texto de análise que anteriormente havíamos divulgado.

Finalmente, conscientes de que o CONTRATO-TIPO COLECTIVO SERÁ EXPRESSÃO REAL DAS ASPIRAÇÕES DA CLASSE E UM INSTRUMENTO EFECTIVO PARA A MELHORIA DAS NOSSAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO, procuramos cumprir e aperfeiçoar o projecto inicial na base das críticas formuladas.

Os acontecimentos da Assembleia Geral de 24/11/74

Nesta assembleia geral divulgámos um comunicado explicando as razões da apresentação da classe da nova proposta do Contrato-Tipo, e informando da nossa actividade.

E que aconteceu? A Comissão Directiva criou um clima de dúvida e agitação, impedindo sistematicamente a intervenção de todos os operários que previa não apoiar as posições que ela (Comissão Directiva) defendia.

Do mesmo modo impediu a discussão e análise comparada do projecto apresentado por ela (Comissão Directiva), e da nova proposta de Contrato-Tipo, ten-

REGALIAS PARA OS CAIXEIROS

CONT. DA PAG.

Profissionais de Armazém e abrange a área da Grande Lisboa. O seu período de vigência vai de 16 de Novembro do ano corrente até 15 de Outubro de 1975. A nova tabela salarial produz efeitos a partir de 1 de Outubro findo.

Os despedimentos sem justa causa ficam proibidos mesmo durante o período experimental. Quando for alegada justa causa a entidade patronal é obrigada a instaurar o respectivo processo disciplinar dentro de 15 dias após a verificação dos factos que lhes deram origem. Fica também vedado ao patronato o despedimento sem justa causa de qualquer trabalhadora durante o período de gravidez e até um ano após o parto.

«Durante o período de gravidez e até 3 meses após o parto, as mulheres que desempenham tarefas incompatíveis com o seu estado, designadamente as de grande esforço físico, trepidação, contactos com substâncias tóxicas ou posições incómodas e transportes inadequados deverão ser imediatamente transferidos para trabalhos compatíveis, sem prejuízo da retribuição correspondente à sua categoria» — refere, a dado passo, a cláusula 38.ª sobre as condições particulares do trabalho feminino, estabelecendo, «por ocasião do parto, uma licença de 60 dias e um complemento do subsídio a que a trabalhadora tiver direito na respectiva instituição de previdência, de modo que a soma seja igual à retribuição normal».

Os menores não serão obrigados à prestação de trabalho antes das 7 e depois das 20 horas. Para os trabalhadores que não tenham ainda 16 anos o período de férias anuais não poderá ser inferior a 21 dias seguidos. Sem qualquer desconto nos ordenados, os menores de 18 anos que frequentem qualquer estabelecimento de ensino deixarão os locais de trabalho meia hora antes de terminar o seu período de actividade diária.

O Contrato, extenso e minucioso, define as categorias profissionais abrangidas, as relações nominais, os quadros de pessoal, as promoções obrigatórias, as retribuições mínimas de trabalho, as diuturnidades, o descanso semanal, os feriados e o horário de trabalho.

A tabela salarial, dividida em dois grupos, vai de 2000\$00 (praticante do 1.º ano — I Grupo) até 9500\$00 para categorias superiores a chefe de vendas (7750\$00). No II Grupo, os ordenados vão de 2200\$00 até 10 500\$00 para as mesmas categorias profissionais. A definição dos grupos depende do volume da contri-

bução industrial paga pelas empresas.

Para dar parecer sobre todas as questões de trabalho, incluindo os conflitos, foi criada uma comissão paritária de dois representantes sindicais e dois do patronato.

Entre os deveres das entidades patronais para com os trabalhadores destaca-se a do cumprimento rigoroso das disposições do Contrato, que além das regalias já mencionadas, inclui o direito a férias pagas a 100 por cento, e um subsídio de Natal correspondente à totalidade do ordenado mensal.

VITÓRIA DOS CAIXEIROS DO PORTO

As Comissões Sindicais Operárias das empresas, quinqueto: Fátima, Leões, Sacor, Artigido, Companhia Nacional de Pneus, Valentim A. Nascimento, Dossa e Silva e Monteiro Ribas, perante as tentativas de elementos da Comissão Directiva e funcionários do Sindicato no sentido de dificultarem e deturparem a sua acção e os seus objectivos, procuram, através de um comunicado — que lamentamos não possa ser publicado no seu lugar próprio, o Sindicato do Operário — esclarecer toda a classe sobre a sua actividade económica de que devem ser os próprios operários químicos a julgar e a corrigir os nossos actos em função dos reais interesses da classe.

Pela sua importância, transcrevemos o documento:

A nossa actividade: o contrato tipo

Senão o Sindicato o conjunto de trabalhadores organizados para a defesa dos seus interesses de classe, e sendo a CSO um instrumento fundamental na organização dos operários químicos e sua ligação com o Sindicato, verificamos que, da parte da Comissão Directiva, não se desenvolveram esforços para reunir e ligar as CSO das diferentes empresas, não se iniciou a participação das CSO na actividade e condução do Sindicato.

Por este motivo, resolvemos iniciar reuniões abertas a todas as CSO interessadas, no âmbito do Sindicato, tendo dado conhecimento desta iniciativa à Comissão Directiva e propondo a presença de elementos desta, naquelas reuniões, o que nunca se verificou.

PELA UNIDADE DOS OPERÁRIOS QUÍMICOS POR UM SINDICATO AO SERVIÇO DA CLASSE

do-se realizado a votação dos dois projectos sem que a Assembleia fosse primeiramente informada do conteúdo da nossa proposta, para que, democraticamente, se pudesse pronunciar;

— Porquê a «aprovação» de aumento de cotas sem que previamente fosse dada uma informação detida das despesas e do SINDICATO QUE SOMOS TODOS NOS, sem que os associados presentes tivessem sequer tempo para se pronunciar sobre esse aumento.

— Porquê a votação do seu projecto tempo para se pronunciar sobre o projecto de irradiação de todos os membros das CSO cujos nomes constavam da lista de uma reunião das CSOS, acta essa que havíamos entregue ao Sindicato para que tivesse conhecimento da nossa actividade e das nossas propostas.

Curiosamente, foi o próprio presidente da Comissão Directiva do Sindicato dos Químicos, Fernando Pinto, que obteve o local para essa reunião, que foi uma das salas da União dos Sindicatos do Porto.

Essa proposta de irradiação não permitiu sequer a defesa dos atingidos, nem que a classe e os camaradas das empresas onde eles trabalhavam se pronunciassem!

Em frente pela democratização do nosso sindicato

Esta assembleia geral foi uma prova evidente e convincente para a classe de que a Comissão Directiva não quer e tem

receto de participação dos operários químicos na condução dos destinos do seu Sindicato. E se pode ter receto disso quem não pretenda servir os interesses da classe, mas sim interesses de grupo. Para isso recorreu a todas as manobras, desde a ameaça e a intimidação até ao insulto, à falta de argumentos que convencessem.

Mas esta assembleia também foi demonstrativa, pela presença de largas centenas de camaradas que se opunham às posições defendidas pela Comissão Directiva, de que a classe vai tomando consciência que o Sindicato tem de ser de todos e para todos.

As reacções dos operários químicos, especialmente nas empresas onde trabalham camaradas que a Comissão Directiva se arroga de forma autoritária e antidemocrática irradiar, protestando em assembleias de fábricas e por abaixo-assinados contra a farsa do aumento de cotas e das restantes decisões da assembleia continuando a sua confiança nos CSOs signatários e declarando sem efeito os pseudo-irradiamentos, são clara demonstração do que afirmamos.

Aos que pretendem afastar-nos da actividade do Sindicato, responderemos continuando a utilizar e esclarecer os operários que o nosso projecto de irradiação e democratização do nosso Sindicato.

Aos que pretendem impor decisões cozinhadas nas costas da classe, responderemos continuando a debater e tomar posição sobre todos os problemas da classe com os nossos camaradas de trabalho, com todos os operários químicos.

A LISTA DE UNIDADE VENCEU AS ELEIÇÕES NOS TÊXTEIS DO PORTO

Realizaram-se as primeiras eleições democráticas para os corpos gerentes do Sindicato Têxteis do Porto, que ocorreram com uma intensa participação da classe. Suiu vencedora a Lista A.

Esta lista é integrada por trabalhadores que têm dado activa colaboração à realização das tarefas do sindicato, à resolução dos sucessivos problemas que a classe tem de enfrentar. E igualmente a directa continuadora dos operários que, antes do 25 de Abril, há longos anos vinham lutando pela dignificação e normalização da vida do sindicato, integrados na então chamada «Lista B», impregnada pela administração fascista.

Os objectivos que se propõem defender, e que resultam da experiência que como militantes sindicais e trabalhadores têm colhido, são os seguintes: diminuição dos legos salariais e da categoria; protecção especial de emprego para os dirigentes e delegados sindicais; audição obrigatória do Sindicato e dos delegados sindicais na empresa nos processos de despedimento com justa causa; aumento substancial das indemnizações nos despedimentos sem justa causa tendo em vista o seu impedimento; 44 horas de trabalho semanal; 13.º mês; 30 dias de férias com subsídio a 100 por cento; aumento da retribuição de

trabalho e limitação das circunstâncias da sua utilização; protecção especial do trabalho das mulheres dos menores, havendo no primeiro caso aumento dos períodos de dispensa paga na gravidez e regime especial de faltas e tempos livres para aleitação; diminuição dos limites de idade para a reforma; aumento das pensões de reforma e invalidez; em caso de acidente de trabalho ou de doença profissional, pagamento pela entidade patronal da diferença entre o salário total e o subsídio recebido pelo trabalhador; criação e efectivo cumprimento de melhores condições de higiene e segurança no trabalho; condições mais favoráveis de trabalho para os trabalhadores estudantes.

A lista é constituída por: Manuel António Teixeira de Freitas, Eduardo Pereira Salvador, Pereira Dias, António Fernandes Duro, Clemente dos Santos Monteiro, Maria Mamede Lima Santos, Alexandre Barbosa Sá Lopes, António Soares Oliveira, Augusto Silva Guerra, Leal Cândida Gomes Silva Castro, João Manuel Silva Fonseca, João Manuel Silva Fonseca, Luís Filipe Silva Almeida, Marcelino Pereira Gomes, Valdemar Pereira da Silva Torres, Angela Maria Braga Barbosa da Silva, O tacleiro Martins de Lima, e António Augusto da Encarnação Rodrigues.

OPERÁRIOS DA SACOR NO PORTO REJEITAM AS DISCRIMINAÇÕES

— E preciso não esquecer que isto é uma forma de nos discriminarem em relação aos outros. Basta lembrar que os estrangeiros aqui a trabalhar têm ajudas de custo de 450 escudos e nós de 160, para não falarmos dos ordenados de doze, treze, catorze e quinze contos mensais que os estrangeiros recebem. Agora parece que nos vão aumentar as ajudas de custo mais dez escudos.

Cada trabalhador que nos rodeava desejou expor os pontos que considerava importantes neste conflito que dia a dia se avoluma, face à insistência dos trabalhadores em quererem fazer valer os seus direitos.

Enquanto o trabalhador nos fala e demonstra que a força das suas palavras representa a força da união dos seus camaradas, ouvem-se gritos de protesto contra o director da Sacor que, por não conseguir aguentar o diálogo dos trabalhadores que tem ao seu serviço, lhes volta as costas.

— Ouvimos: — A Technic é que é responsável pela admissão do pessoal estrangeiro. Ela é que é responsável pela parte técnica aqui nas obras. Havemos de conseguir outras maneiras de lutar contra esta segregação e não podemos permitir que no final das admissões estejam aqui a trabalhar 328 portugueses e 435 estrangeiros, como eles pretendem. Isso não pode acontecer, até porque o dinheiro que sai do País pode muito bem aqui ficar, porque os portugueses querem dar o melhor do seu trabalho para o País.

Ouvimos também palavras de ordem de regresso ao trabalho, imediatamente seguidas por todo o pessoal. Ouvimos trabalhadores de punhos erguidos, afirmarem: «Havemos de conseguir outras formas de luta»; «Ao trabalho»; «São comerciantes de carne humana ao serviço do patronato».

Os trabalhadores portugueses ao serviço nas obras de ampliação da refinaria Sacor mostraram a sua firme decisão de continuar a luta contra todo o tipo de exploração que aqui denunciámos. Lembraram ainda:

— Tentaremos melhores formas de acção. A menos que a Sacor já esteja esquecida da nossa força. Lembremos a grande firma alemã, a tal DSD, que foi corria da pelos trabalhadores.

A nossa despedida os trabalhadores da Sacor saudaram o «Avante!». E reafirmaram que manterão à cabeça das suas reivindicações o seguinte ponto:

— Todos os trabalhadores dispensados pela Ponticelli antes do fim dos contratos e antes de serem cumpridas as prorrogações previstas nos mesmos, serão transferidos para a oficina mecânica da Sacor com o devido direito ao trabalho, até ao esgotamento das prorrogações dos contratos.

Denunciando a ofensiva da reacção de que tem sido alvo, a direcção do Sindicato dos Motoristas do Distrito de Lisboa informa que se efectua hoje, pelas 21 e 30, na Voz do Operário, uma assembleia geral, cuja ordem de trabalhos aborda os seguintes pontos: informações; actualização de ficheiros e numerários; e discussão e apreciação sobre as acusações feitas pela intitulado «comissão de saneamento».

Com efeito, uma intitulado «comissão de saneamento» tentará marcar uma assembleia geral uns dias antes do mesmo tempo que será distribuído um comunicado, assinado por Agostinho Correia (indivíduo que pertenceu à extinta ANP com o número de inscrição 16/69699, tendo atrasado alguns motoristas consigo, alguns dos quais sem consentimento), que acusa os actuais membros da direcção de serem ditadores e de que a sua eleição se efectuou a margem dos processos democráticos.

— Temos sido explorados de todas as formas e enganados de todas as maneiras. Inclusive agora, que tanta falta faz o trabalho para a construção do País em vez de colocarem em primeiro lugar os trabalhadores portugueses isso não acontece. Aumentam os trabalhadores estrangeiros aqui na refinaria a preços muito mais elevados que os nossos salários, como se os estrangeiros precisassem mais que nós. Nós não temos nada contra os colegas estrangeiros, apenas acontece que nos prometam prioridade ao trabalhador português que não admitiriam mais pessoal estrangeiro. O conflito reside nisto.

Um outro colega continua: — Foi nos pedido pela Sacor, mais directamente pelo eng. Rodolfo de Almeida, para arranjarmos uma lista de soldados tubistas e montadores portugueses e qualificados para serem admitidos. Na primeira semana, conseguimos arranjar uma lista de 50 operários nas condições pedidas mas nunca foram admitidos. E todos os dias entram mais estrangeiros, mesmo depois de termos acordado verbalmente, que isso não tornaria a acontecer. São perto de 70 os que entraram depois da primeira lista que apresentámos. O que está à vista é que estamos a ser constantemente enganados, inclusive quando apresentámos uma segunda lista. Foi como que um balde de água fria. Atiraram logo à nossa cara com os problemas contratuais entre a Sacor e a Technip que teriam de depender uns milhares de contos etc., etc.

Temos grande discriminação nos salários

As palavras do nosso interlocutor interrompidas por um seu camarada que faz questão em frisar:

MOTORISTAS REÚNEM-SE EM ASSEMBLEIA

Denunciando a ofensiva da reacção de que tem sido alvo, a direcção do Sindicato dos Motoristas do Distrito de Lisboa informa que se efectua hoje, pelas 21 e 30, na Voz do Operário, uma assembleia geral, cuja ordem de trabalhos aborda os seguintes pontos: informações; actualização de ficheiros e numerários; e discussão e apreciação sobre as acusações feitas pela intitulado «comissão de saneamento».

Com efeito, uma intitulado «comissão de saneamento» tentará marcar uma assembleia geral uns dias antes do mesmo tempo que será distribuído um comunicado, assinado por Agostinho Correia (indivíduo que pertenceu à extinta ANP com o número de inscrição 16/69699, tendo atrasado alguns motoristas consigo, alguns dos quais sem consentimento), que acusa os actuais membros da direcção de serem ditadores e de que a sua eleição se efectuou a margem dos processos democráticos.

Temos grande discriminação nos salários

As palavras do nosso interlocutor interrompidas por um seu camarada que faz questão em frisar:

LÊ • ASSINA • DIVULGA

UMA VOZ DEMOCRÁTICA

A OPINIÃO

REDAÇÃO: R. SERPA PINTO, 162 - PORTO - TELEF. 487959

Portugal e a União Soviética assinaram um acordo de navegação aérea que inclui o estabelecimento de uma linha entre Lisboa e Moscovo. Para que a iniciativa se concretize rapidamente, serão assinados, em breve, acordos comerciais entre a TAP e a Aeroflot.

Um seminário de Lisboa, intitulado «Pé de Cabra», insiste em utilizar o falso humorismo como instrumento ao serviço de fins reacçãoários. A capa do último número constitui um exemplo dos métodos e artifícios a que recorrem certos elementos envolvidos em campanhas anticomunistas.

A Secretaria de Estado da Agricultura divulgou um comunicado em que relembra a necessidade de uma ampla discussão pública em torno do diploma que visa a restituir os baldios a norte do Tejo ao seu anterior estatuto, de modo a dar participação às populações interessadas na administração desses terrenos colectivos. A mesma Secretaria vai promover uma campanha de «dinamização agrícola» de âmbito nacional.

A Organização Mundial de Saúde declarou Portugal livre de cólera. De Maio a Novembro foram esmagados 2241 casos de cólera no País. Apenas 38 foram mortais, mas o noticiário alarmista da Imprensa Internacional contribuiu para que dezenas de milhares de turistas desistissem de visitar Portugal no último Verão.

Os portugueses residentes no estrangeiro cuja situação militar é irregular poderão vir ao País entre 15 de Dezembro e 31 de Janeiro, mas não poderão exceder esse prazo de permanência sob pena de não poderem, depois, abandonar o território nacional. A decisão foi tomada pelo Conselho dos Chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas.

Até 31 de Dezembro encontra-se aberta a inscrição para a obtenção de sementes de trigo seleccionadas. Os interessados deverão apresentar os seus pedidos por intermédio dos Serviços Regionais do Instituto dos Cereais.

Por despacho do secretário de Estado da Segurança Social foi exonerado o presidente da direcção da Federação das Caixas de Previdência, Guilherme da Praça Teixeira Ribeiro. Foram extintos três lugares de vice-presidente da mesma Federação e exonerados os seus ocupantes.

Por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa haverá, até ao dia 23, na Baixa de Lisboa, concertos por bandas civis e militares. Exibir-se-ão também conjuntos corais.

Segundo declarações feitas em Nova York pelo ministro da Coordenação Interterritorial, o apoio económico-financeiro de Portugal às antigas colónias ascenderá até ao fim do ano a seis milhões de contos.

A intervenção do Estado na Torralta concretizou-se com a nomeação de um conselho de administração para a empresa AC-Arquitectura e Construção, intimamente ligada àquele Grupo.

A revista estudantil «A Pirâmide» foi acusada por alunos do Colégio São João de Brito de propagar ideias reacçãoárias e de insultar o camarada Samora Machel, presidente da Frelimo.

O Congresso das Autarquias Locais realizar-se-á a 17 e 18 de Maio do próximo ano. Um dos objectivos da iniciativa é «recriar a forte tradição municipalista deliberadamente interrompida pelo regime fascista».

Os corpos gerentes da Associação de Amizade Portugal-Cuba tomaram posse na última sexta-feira. Da direcção, presidida por Manuel João da Palma Carlos, fazem parte Alexandre Cabral, Urbano Tavares Rodrigues, Arménio Ferreira, Rogério Paulo, Maria Teixeira e Gaspar Teixeira.

O Conselho dos Estados-Maiores das Forças Armadas anulou as sanções impostas aos militares que em Dezembro de 1961 serviram no chamado Estado Português da Índia. O decreto realça, em especial, as «qualidades de aprumo moral e de honorabilidade» do general Vassalo e Silva, que foi o último governador-general da Índia.

Nos bancos de Lisboa estão a ser movimentadas grandes importâncias por cidadãos americanos vindos do Brasil.

Na herdade Monte Contador, da família Caldeira e Filhos, em Porto Alto, grandes quantidades de milho e arroz estão em risco de se perder. Os proprietários não procederam à colheita.

A Guarda Fiscal de Matosinhos deteve, a pedido da Judiciária de Lisboa, o industrial de conservas Henrique Rodrigues Serrano.

Será o povo português a decidir, através da votação, até onde deverá ir o processo revolucionário desencadeado pelo Movimento das Forças Armadas, declarou em Coimbra o general Carlos Fábio, chefe do Estado-Maior do Exército.

O Conselho Superior do MFA, em reunião presidida pelo general Costa Gomes, ocupou-se, entre outros assuntos, da situação de indivíduos ligados ao regime deposto, que estão detidos.

Lisboa poderá apreciar o novo cinema cubano, considerado um dos melhores do Mundo, a partir de 12 de Janeiro, dia em que será inaugurada a Semana do Cinema Cubano. O Ballet Nacional Cubano apresentará-se, também, em Lisboa, no próximo mês.

O Conselho Geral do Fundo de Fomento da Habitação foi extinto, passando as suas atribuições a ser provisoriamente de competência do secretário de Estado da Habitação e Urbanismo.

Uma missão soviética, composta por representantes da grande empresa Sojuzplodimport, visitou Portugal, mantendo contactos com exportadores de diversos sectores.

Por despacho do secretário de Estado da Indústria e Energia foi ordenado um inquérito à situação da Metalúrgica Duarte Ferreira. Os intervenientes nomeados deverão propor ao Governo as medidas adequadas.

Durante a última reunião do Comité de Ministros do Conselho da Europa foram discutidas as relações do nosso país com o Conselho da Europa e a possibilidade do futuro ingresso de Portugal como membro daquela organização.

Os hospitais centrais e distritais pertencentes a instituições de utilidade pública — é o caso das Misericórdias — passam a ser administrados por comissões nomeadas pelo secretário de Estado da Saúde.

Um decreto do Ministério dos Assuntos Sociais definiu os princípios a que deve obedecer o saneamento das Casas do Povo.

O presidente do MPLA, camarada Agostinho Neto, encontrou-se em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, com Jonas Savimbi, presidente da UNITA.

O MPLA inaugurou uma delegação em Nova Lisboa. Discursando num comício a que assistiram milhares de pessoas vindas de todo o distrito do Huambo, Lúcio Lara afirmou que «chegou a hora de todo o povo construir uma Angola grande».

Durante uma conferência de Imprensa efectuada na sede do MPLA, em Luanda, Lúcio Lara apresentou aos jornalistas um agente provocador estrangeiro, ao qual fora apreendido um mapa que previa a secessão de Angola.

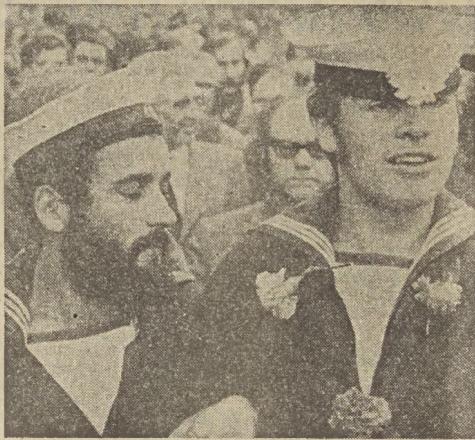
O almirante Vítor Crespo, alto-comissário em Moçambique, declarou durante uma conferência de Imprensa que, actualmente, existe um clima de calma em Moçambique. Salientou que muitas das 15 000 pessoas que deixaram o país após a intenção de 7 de Setembro já regressaram.

Por decreto do Conselho de Ministros foram anistadas as transgressões às leis do trânsito e dos transportes rodoviários.

A direcção do Instituto Superior Económico e Social de Évora suspendeu, por tempo indeterminado, as actividades daquele estabelecimento de ensino. Motivo: os estudantes recusaram «bater-se» à «avaliação de conhecimentos programada por uma comissão paritária de professores e alunos».

O juiz José Maria Gonçalves Pereira foi exonerado do cargo de presidente do Tribunal Colectivo de Géneros Alimentícios.

informação



Um projecto de reconstrução nacional

O número 6 do Boletim Informativo do Movimento das Forças Armadas, editado pela Comissão Coordenadora do Programa do MFA, publica um editorial intitulado «Um projecto de reconstrução nacional». Os parágrafos que transcrevemos a seguir são desse importante documento:

«Da definição de um quadro institucional justo e realista depende, afinal, muito do futuro do País. E o reconhecimento de tal facto implica também um acréscimo de responsabilidade da parte de todos os que detêm poder neste País, responsabilidade que terá de ser ultrapassada, também aqui, pelo firmar da aliança entre o MFA e as forças democráticas progressistas através de uma cooperação activa, frutífera e patriótica.

«Se o quadro institucional em que nos iremos inscrever é fundamental para a definição correcta de um projecto nacional — o que somos, o que queremos ser e o como caminhar também se definem aí — haverá que estabelecer o paralelismo necessário (em termos de complementaridade) com o articular de programas, no campo político, económico, cultural, educacional e social que terão de ser as linhas motoras das actuações governamentais nos diversos sectores que a reconstrução nacional tem de atingir.

«Tal articular de programas (tal projecto nacional) implicará, de imediato, a cooperação patriótica de todas as forças democráticas deste País — MFA, partidos progressistas, massas trabalhadoras — no formular das directrizes e na sua aplicação.

«Necessidade imperiosa, necessidade histórica, a reconstrução nacional (o desenvolvimento, a democratização, a descolonização) terá de ser obra de todo um povo, mobilizado para as tarefas essenciais do presente e do futuro. As forças políticas verdadeiramente democráticas, em aliança estreita com as Forças Armadas, caberá a histórica missão de definir e realizar as transformações estruturais e as reformas necessárias à construção de uma nova sociedade democrática adaptada às condições específicas do País.

«O futuro da democracia neste País passa, hoje e amanhã, pela capacidade das forças políticas progressistas e do MFA em solidificarem a sua aliança, através da urgente formulação desse Projecto Nacional, para cuja execução há que, sem delongas, mobilizar colectivamente o nosso povo.»

O Projecto de Reconstrução Nacional defendido no editorial do Boletim do MFA confirma a firme disposição do Movimento de concretizar os objectivos fundamentais do seu Programa. O processo de democratização em curso é inseparável de grandes transformações das estruturas económicas que são uma herança do fascismo. E essas transformações correspondem aos anseios mais profundos do Povo e do MFA. É reconfortante verificar que os homens que tiveram uma participação tão decisiva no 25 de Abril não só preconizam o reforço da aliança entre o Povo e as Forças Armadas, como reconhecem a necessidade da cooperação de todas as forças democráticas, «MFA, partidos progressistas, massas trabalhadoras», na formulação das directrizes e na aplicação de programas articulados que visem a uma real reconstrução nacional.

«O futuro da democracia neste País passa, hoje e amanhã, pela capacidade das forças políticas progressistas e do MFA em solidificarem a sua aliança, através da urgente formulação desse Projecto Nacional, para cuja execução há que, sem delongas, mobilizar colectivamente o nosso povo.»

O Projecto de Reconstrução Nacional defendido no editorial do Boletim do MFA confirma a firme disposição do Movimento de concretizar os objectivos fundamentais do seu Programa. O processo de democratização em curso é inseparável de grandes transformações das estruturas económicas que são uma herança do fascismo. E essas transformações correspondem aos anseios mais profundos do Povo e do MFA. É reconfortante verificar que os homens que tiveram uma participação tão decisiva no 25 de Abril não só preconizam o reforço da aliança entre o Povo e as Forças Armadas, como reconhecem a necessidade da cooperação de todas as forças democráticas, «MFA, partidos progressistas, massas trabalhadoras», na formulação das directrizes e na aplicação de programas articulados que visem a uma real reconstrução nacional.

No Brasil a TAP não foi saneada

Os democratas portugueses residentes no Brasil continuam preocupados com os inexplicáveis atrasos no saneamento de elementos que desempenham naquele país altas funções em organismos ou empresas oficiais com sede em Lisboa. O caso mais chocante é o da TAP. O director para os serviços da companhia, em toda a América do Sul, é o sr. Joaquim de Carvalho, indivíduo cujos antecedentes e atitudes posteriores ao 25 de Abril são incompatíveis com o cargo que exerce. Voltado para os seus negócios particulares, utiliza a TAP como instrumento dos mesmos. É accionista do jornal «Diário de Notícias», do Rio, hoje controlado pelo Governo brasileiro, e sócio do semanário «Mundo Português», orientado por Rodrigo Leal Rodrigues, elemento que durante anos manteve as mais íntimas ligações com a exp-DIDE, sendo apontado como o seu representante na América do Sul.

Ultimamente, estabeleceu também sociedade com um aventureiro, Marcos Lázaro, promotor de actividades artísticas de baixo nível. Desde então, os «artistas» dos espectáculos montados por Lázaro viajam nos aviões da TAP com passagens gratuitas. No terreno político, Joaquim de Carvalho manifesta abertamente as suas ideias e está ligado aos elementos fascistas da colónia. E coloca a TAP ao serviço desses cavaleiros. Os democratas portugueses são tratados com a maior frieza pelo sr. Carvalho quando têm qualquer assunto a tratar na companhia. Em contrapartida, personalidades brasileiras que sempre se mostraram solidárias com o fascismo e o colonialismo viajam gratuitamente pela TAP, como aconteceu recentemente nos dias 15 e 22 de Novembro, em voos do «Jumbó» que faz a linha da América do Sul.

O «Avante!» chamou, há semanas, a atenção para as demoras do saneamento na América Latina. No caso do Brasil pode-se afirmar que ainda não começou. Foram apenas substituídos alguns funcionários diplomáticos. O Centro de Turismo continua envolvido em negócios com «A Voz de Portugal». A filial da Caixa Geral de Depósitos faz o mesmo. Quanto à TAP, o panorama é ainda mais sombrio. Mantém no Rio de Janeiro, como director, um aventureiro ligado à pior escória fascista. Os factos que citamos dispõem comentários. Sanear esse indivíduo é uma exigência ditada pelos princípios do Programa do MFA.

Falta de fiscalização na Alfândega

Nas últimas semanas, as descargas feitas no porto de Lisboa, especialmente as que seguem directamente dos barcos para os camiões que as levam para os armazéns dos importadores, não se encontram sujeitas a qualquer tipo de fiscalização. Quando os contentores são descarregados para os camiões, um simples guarda-fiscal poderia acompanhá-los até aos armazéns e assistir à sua abertura e das caixas lencas contidas. Ora, na prática, tudo se passa de maneira diferente. Os guardas limitam-se a assinar os papéis, declarando que acompanham a carga, mas não fazem o que dizem fazer.

Por outro lado, os novos armazéns criados em Camarate, em Sacavém e no Lumiar não dispõem também de qualquer serviço de fiscalização. Recentemente, um funcionário da Alfândega, ao controlar as mercadorias, verificou que faltava metade de uma carga. Sobre-se, depois, que tinha sido entregue ilegalmente ao proprietário, mas saiu sem a autorização dos funcionários responsáveis.

As deficiências que enumeramos acima são graves. Simplificar a burocracia é uma necessidade. Suprimir a fiscalização é um erro. O que se passa com os bagagens dos passageiros vindos de África é revelador dos perigos dos novos métodos de trabalho a que aludimos. Essas bagagens, antes depositadas em Alcântara-Norte, no armazém, seguem agora para as velhas instalações de Standard Elétrica, em Santo Amaro. Não são abertas, não estão submetidas a qualquer fiscalização. As manobras da reacção em Angola e o que se sabe sobre as íntimas ligações existentes entre os colonialistas locais e elementos contra-revolucionários que operam em Portugal valem por uma advertência. A verdade é que nas condições em que os serviços aduaneiros estão funcionando, a reacção pode, sem risco, desembarcar em Lisboa o que quiser, até armamento pesado, sem que a fiscalização (inexistente) saiba. Esta situação, lamentável de todos os pontos de vista, poderia ser facilmente resolvida através de uma reorganização dos serviços de Alfândega e da admissão de mais alguns elementos da Guarda-Fiscal.

Estado decide intervir no sector mineiro

«Os recursos mineiros do País devem constituir uma base sólida em que assente o desenvolvimento da indústria portuguesa, que interessa acelerar neste momento como motor que constitui da economia nacional.» Essas são as palavras de abertura de um despacho da Secretaria de Estado da Indústria e Energia, que encarrega a Direcção-Geral de Minas de apresentar dentro de três meses um Programa de Aproveitamento dos Recursos Mineiros do País.

O despacho sublinha que Portugal é rico em minérios e relembra que a sua exploração «não pode ser deixada ao livre jogo dos interesses privados. A consideração do lucro como critério único de exploração — salienta — leva, muitas vezes, a uma lavra ambiciosa, em que apenas se aproveitam os teores elevados, inutilizando parte importante dos jazigos, ou, pelo contrário, a que se deixem adormecidas reservas importantes, à espera de melhores dias que nunca vêm, ou de acordo com a política de reservas à escala internacional das grandes companhias mineiras».

O programa a ser elaborado deverá conter propostas de medidas que alterem a actividade do sector e permitam o seu saneamento, retirando concessões cuja inactividade não tenha justificação económica. Visará também a criação ou expansão de actividades mineiras que possam ser directamente executadas ou promovidas pelo sector público.

A intervenção do Estado no sector mineiro é, realmente, uma necessidade do processo de democratização e uma consequência natural da aplicação do Programa do MFA. Não pode haver desenvolvimento económico independente sem controlo pelo Estado dos recursos naturais. Num momento em que a acção conjugada dos monopólios agrava a desastrosa situação económica herdada do fascismo e os efeitos dessa conspiração se traduzem no encerramento de fábricas e no despedimento maciço de trabalhadores, o sector mineiro oferece certas condições para que o Estado possa enfrentar com êxito muitas dessas manobras. São numerosas as indústrias que utilizam matérias-primas de origem mineral. Ora o País possui no seu subsolo muitas dessas matérias-primas até agora não aproveitadas ou mal exploradas. Elas são fundamentais para a expansão da siderurgia, dos cimentos, da química pesada, das cerâmicas, do vidro, da construção, dos adubos, da metalurgia e do sector energético em geral.

Há poucos anos, durante o desgoverno de Marcel Caetano, um deputado fascista manifestou, com ares de ingénuo, a sua surpresa pela falta de «vocação» dos portugueses para as actividades mineiras. Na realidade, o quadro português nesse campo era o mesmo que ofereciam e oferecem os demais países subdesenvolvidos, cujos recursos naturais caíram sob o controlo do imperialismo. As nossas minas estão quase todas nas mãos de grandes empresas estrangeiras, que as exploram de acordo com os seus interesses. Somos vítimas de uma política concebida fora do país e que é totalmente incompatível com as exigências da economia nacional. Temos zinco, temos ferro, temos enxofre, temos volfrâmio. Riquezas desaproveitadas. Temos muito cobre no Baixo Alentejo e somos um dos países mais ricos da Europa em urânio, o minério do futuro.



Mas não os exploramos ou permitimos que firmas estrangeiras, ou grupos nacionais a elas associados, os explorem deficientemente. Essas empresas fazem parte de uma rede de monopólios que opera em escala mundial. Os nomes mudam, mas os interesses são os mesmos. As nossas reservas mineiras não devem, como assinala o despacho da Secretaria da Indústria e Energia, ficar adormecidas «à espera de melhores dias».

Durante meio século, os monopólios petrolíferos americanos proclamaram que no Equador não havia petróleo, ou que a sua exploração não era compensadora. Agora, os preços do petróleo subiram vertiginosamente. E a Texaco, a Gulf e outras companhias «descobriram» que o Equador possui fabulosas reservas de petróleo, de extracção barata. É uma lição. Sabemos que há importantes reservas de petróleo na nossa plataforma continental. Mas as companhias que realizaram prospecções mantêm o mais absoluto sigilo sobre os resultados. Durante anos, a Cerro do Pasco, a Kennecott e a Anaconda negaram-se a explorar concessões mineiras que lhes haviam sido oferecidas pelos governos ditatoriais do Peru. Agora o governo revolucionário do Peru anulou essas concessões e descobriu que as reservas de cobre de Michiquillay, de Cerro Verde e Toquepala são das mais ricas do mundo. E outra lição.

A intervenção maciça do Estado no sector mineiro é, repetimos, uma exigência nacional. Será uma poderosa alavanca para um desenvolvimento económico sem vassalagens. Será uma arma importante na luta contra a conspiração dos monopólios.

Os atrasos do saneamento e a eliminação dos livros fascistas

O número de livros escolares que contêm textos fascistas e colonialistas é ainda elevado, como o «Avante!» recordou recentemente. Por se tratar de um problema que exige solução urgente, o Ministério de Educação e Cultura elaborou uma circular que foi enviada a todos os estabelecimentos de ensino. O objectivo era impedir que a partir do actual ano lectivo fossem utilizadas publicações que reflectem a ideologia do regime derrubado em 25 de Abril. Nem sempre, porém, os resultados corresponderam à intenção.

Numa escola secundária do Ribatejo foi designado para fazer uma relação das obras que não mais deveriam ser utilizadas um professor que se negou a cumprir essa tarefa. Perante os seus colegas declarou que era «político», mas acrescentou que tinha medo de recomendar a eliminação de livros fascistas porque «as coisas podem virar». Outro professor, encorajado, assumiu uma posição de aberto desafio à circular do MEC. «É uma ordem fascista — disse — que me faz lembrar a Inquisição.» No final da reunião decidiu-se que ninguém deveria saber o que ali se passara...

Uma realidade: muitos livros fascistas continuam a ser utilizados nas escolas primárias e nos estabelecimentos de ensino secundário. Outra realidade: muitos professores recusam-se a cooperar com o MEC. Não estão interessados no saneamento. Por medo, ou porque são sadistas do fascismo. A juventude estudantil é, evidentemente, a grande vítima desse tipo de comportamento social de mestres que não estão à altura das responsabilidades que lhes cabem. Um professor que tem medo do futuro, que recusa a eliminação de textos fascistas, é um professor sem condições para contribuir para a formação da juventude. Um professor que estabelece comparações entre o saneamento e a Inquisição e define como «fascistas» o primeiro é um professor cuja presença em qualquer escola constitui um desafio ao Programa do Movimento das Forças Armadas. 48 anos de terror fascista não significaram para ele um mal. Tem saudades.

O espírito de vingança é sempre nocivo. Mas a vigilância popular é uma necessidade. Sem ela o processo de democratização não poderá fortalecer-se e avançar.

A Assembleia do MFA garante o cumprimento do programa do Movimento

A coesão indissolúvel das Forças Armadas foi reafirmada durante a primeira sessão da Assembleia do MFA efectuada na segunda-feira, sob a presidência do general Costa Gomes, no Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional. Participaram nos trabalhos cerca de 200 oficiais dos três ramos das Forças Armadas. No final, a Assembleia aprovou por aclamação a seguinte moção:

«Na sua primeira sessão, a Assembleia do MFA foi, pelo Conselho Superior do MFA, posta ao corrente dos problemas principais com que o País se depara e das possíveis medidas para lhes fazer face.

«Nesta reunião foi reafirmada a coesão indissolúvel das Forças Armadas, dispostas a garantir o cumprimento do Programa do MFA.

«O Movimento das Forças Armadas, consciente de que continua interpretando a vontade do povo português, reitera a sua inteira confiança no Conselho Superior do MFA, no sentido de rapidamente serem concretizadas as medidas necessárias ao Programa, nomeadamente aquelas que visem uma estratégia antimonopolista e estejam ao serviço das classes trabalhadoras.»

A Indonésia manifesta-se sobre a descolonização de Timor

O problema da descolonização de Timor está a merecer muita atenção do Governo da Indonésia. O ministro dos Negócios Estrangeiros daquele país, Adam Malik, declarou em Jacarta que somente as duas soluções viáveis: ou Timor se une à Indonésia ou permanece sob «controlo» da administração portuguesa. A terceira opção — a independência — é considerada utópica pelo Governo indonésio. Malik acrescentou, porém, que se a população da parte portuguesa da ilha decidisse, através de um referendo, continuar sob a tutela de Portugal, o resultado seria «uma nova forma de colonialismo».

A descolonização de Timor envolve, realmente, problemas bastante complexos, como o «Avante!» já salientou. A minoria defende a permanência de uma situação colonial, age dessa forma em função de interesses pessoais e é constituída por elementos muito ligados à antiga administração fascista. Outra minoria, que mantém laços estreitos com empresas imperialistas, desenvolve esforços para que a Austrália desempenhe um papel importante nas negociações. Significativamente, um dirigente da chamada Frente de Libertação de Timor deslocou-se a Sidney para pedir o apoio das autoridades australianas para o seu projecto de independência. Na realidade, o debate em torno da descolonização de Timor transparece a falta de unidade das forças políticas que actuam no cenário timorense. Essa situação atrasa o desfecho natural do processo e favorece as manobras dos elementos colonialistas e pró-imperialistas.

Fascistas insultam o povo no Liceu de Tomar

Numa assembleia geral de alunos, professores e funcionários do Liceu Nacional de Tomar, realizada em Novembro, foram feitas provocações que traduzem com muita clareza o estado de espírito e os métodos de acção das forças reacçãoárias num momento em que se esforçam por retomar a ofensiva em todo o País.

Quando se procedia à discussão dos problemas do saneamento no âmbito do liceu, verificou-se que uma grande parte dos presentes era favorável ao afastamento da reitora interina, a professora Costa Rosa, elemento que, antes do 25 de Abril, afirmava publicamente a sua identificação com o regime fascista. Era, aliás, uma destacada dirigente da Mocidade Portuguesa Feminina.

Perturbando os trabalhos, uma aluna do 5.º ano interrompeu o debate e começou a dirigir insultos à assembleia. Soubese depois, pelas suas próprias palavras, que é filha do último governador civil de Leiria, Manuel dos Santos Machado, que foi também presidente da Câmara Municipal de Tomar. «O meu pai — confessou em tom arrogante — foi e é fascista, mas não é vir-casaca.» A grande maioria reagiu com vaia e assobios. Mas na sala havia também muitos fascistas que aplaudiram a jovem reacçãoária. E, por se sentir apoiada, ela decidiu levar a provocação mais longe. «Eu sou fascista — proclamou — porque ser anticomunista é ser fascista à fascista foi todo o povo português.» Muitos professores que, até então, tinham permanecido calados, resolveram também aplaudir, juntando-se à minoria de alunos reacçãoários.

O que aconteceu no Liceu de Tomar tem a força de uma lição. Não foi uma provocação comum. A reacção exibiu o seu verdadeiro rosto, mostrou-se tal como é. Falou pela boca da jovem filha do ex-governador civil de Leiria. Sentindo que a relação de forças não lhe era totalmente desfavorável, essa estudante não só proclamou as suas convicções fascistas como procurou utilizar a situação para uma grosseira provocação anticomunista, extensiva a todo o povo português, às Forças Armadas, a todas as forças democráticas. O seu objectivo imediato era tumultuar um debate sobre o saneamento, impedir que uma professora fascista fosse afastada, conseguir que uma dirigente da ex-MP Feminina continuasse à frente da reitoria do Liceu de Tomar. Mas, ao sentir algum apoio, partiu para a agressão directa, revelando todo o seu dolo à democracia. Foi então que os reacçãoários envergonhados, que os professores que se dizem «políticos» perderam a timidez e se uniram à minoria fascista.

Episódios como o de Tomar valem como resposta dada àqueles que consideram exageradas as preocupações com o saneamento, a todos os que subestimaram o significado da intenção do 25 de Setembro, os democratas ingénuos que sorriam quando lhes falam no perigo da volta do fascismo.

A juventude estudantil portuguesa tem oferecido repetidas provas dos seus sentimentos democráticos, da sua firme disposição de combater o saubonismo fascista. Mas em Portugal há ainda estes tipos fascistas, há professores fascistas leccionando em escolas e liceus. Formam uma quinta coluna da reacção que arranca a máscara quando isso lhe parece conveniente. Estudantes que fazem a apologia do fascismo, cujos insultos ao povo e ao MFA são aplaudidos por professores igualmente fascistas.

O Liceu de Tomar não é certamente um caso único. Mas está a merecer a atenção urgente do MEC.

Estranhas viagens à volta do mundo...

Uma agência de viagens de Lisboa inaugurou uma nova modalidade de «viagens à volta do mundo». Na aparência tudo é legal nesse empreendimento turístico. Mas as viagens são curtas para muitos dos inscritos. Acabam no Rio de Janeiro. Na capital brasileira, certos turistas sentem uma invencível saudade da terra portuguesa e resolvem regressar. Desistem da viagem. Mas antes tratam de negócios. Recebem em cruzeiros o equivalente às prestações já pagas e depositam esse dinheiro num banco local. Só depois regressam a Lisboa.

Não se trata de um caso isolado. Muitas pessoas estão recorrendo a esse expediente fraudulento para transferir dinheiro da Portugal para o Brasil, violando leis em vigor. Manobras como essa são utilizadas principalmente por homens de negócios que têm interesses nos dois países. Antes recorriam a toda a espécie de artifícios para «olar as leis cambiais brasileiras e converter cruzeiros em escudos colocados em Portugal. Queriam investir no Portugal de Salazar e Caetano. Agora mudaram de tática. Preferem concentrar as suas fortunas no Brasil e tratam de retirar de Portugal os escudos que aqui possuem. Para isso contam com a ajuda de amigos e inventaram soluções tão ingénias como a das viagens à volta do mundo interrompidas no Rio. Não lhes agrada a atmosfera democrática que se respira em Portugal.

Tão responsáveis são os que concebem o plano como a agência que o permite, como os «turistas» que se prestam a servir de intermediários. Há mil formas de contrabandear divisas. Esta não será em termos monetários, das mais importantes. Mas é certamente uma das mais sórdidas.

RECENSEAMENTO: TAREFA POPULAR

O povo português está empenhado em fazer do recenseamento uma grande tarefa popular. Esta a conclusão a que podemos, firmemente, chegar neste escasso período de tempo decorrido sobre o início das operações de recenseamento.

Compreendendo, que o prazo estabelecido, de 9 a 29 de Dezembro, é muito curto para um recenseamento sem precedentes no País (passamos de 1,8 milhões de eleitores recenseados, segundo os fraudulentos cadernos eleitorais do regime fascista, para perto de 6 milhões de eleitores, recenseados honestamente), em quase todas as regiões, a população tem afluído às juntas de freguesia e a outros postos de recenseamento. No primeiro dia, 9 de Dezembro, em Lisboa, em várias freguesias esgotaram-se os boletins de recenseamento durante o horário legalmente estabelecido, para os dias úteis, que é das 19 às 23 horas. De salientar que grande parte da população que ocorreu se situava entre os 30 e os 50 anos, ainda que se registasse afluência de jovens, aos quais é reconhecido, pela primeira vez, o direito de voto aos 18 anos.

Entretanto, brigadas de recenseamento, constituídas por membros dos partidos democráticos, desenvolvem uma acção esclarecedora e mobilizadora nas juntas de freguesia, indo de porta em porta, motivando os cidadãos ao cumprimento do seu dever eleitoral, consciencializando-os da importância do voto democrático, levando-os à participação na vida do País que, sua realidade constantemente negada por 48 anos de prática fascista. Nas brigadas de recenseamento, tal como nas bancas de informação que funcionarão em locais movimentados, o nosso partido está presente em força, consciente da responsabilidade que lhe cabe, enquanto partido de vanguarda da classe trabalhadora, no trabalho de fazer participar as mais largas massas populares no processo democrático, do qual o recenseamento constitui uma das etapas fundamentais. Não deixa de ser significativo o facto de comissões unitárias de trabalhadores de inúmeras empresas se dirigirem, todos os dias, aos nossos centros de trabalho, requerendo boletins de recenseamento.

Recenseamento e vigilância popular

O índice de participação popular na tarefa do recenseamento registado até este momento ultrapassa as previsões mais optimistas. Numa primeira fase, de 30 de Novembro a 3 de Dezembro, esta participação manifestou-se através da vigilância exercida pela população relativamente à constituição das comissões de recenseamento. Eis alguns resultados concretos: no distrito do Porto, foram entretidos 728 reclamantes visando a impugnação de 166 indivíduos propostos, tendo sido substituídos 62; no distrito de Lisboa, registaram-se 40 reclamações e foram satisfeitas 38; no distrito de Aveiro, o Governo Civil recebeu 34 reclamações respeitantes a 12 dos 19 concelhos.

Este exemplo de vigilância popular, tanto mais importante quanto o saneamento de algumas câmaras e juntas não se verificou ainda, tem de frutificar e expandir-se. Apesar de a Lei Eleitoral prever pesadas penalidades para todas as infracções relativas ao recenseamento eleitoral, elementos oportunistas e reacţionários não deixaram de tentar viciar o processo. No dia 9, na Freguesia de Santo Ildefonso, no Porto, segundo informação da Imprensa diária, «um indivíduo monopolizou grande quantidade de boletins de informação, que depois vendia a 50 centavos cada um, enquanto no local de recenseamento os boletins se esgotavam». Também no distrito do Porto, segundo informação de um ouvinte para um posto de rádio, numa Junta de Freguesia, recusa-

ram-se a receber, no próprio dia 9, boletins de recenseamento já preenchidos, adiando a sua recepção para dia 11. Estes e outros casos devem ser objecto de informação detalhada prestada ao Governo Civil, com indicação do local, hora, e identificação, se possível, de quantos ensaiam entrar o recenseamento.

AFLUÊNCIA EM MASSA NO PORTO

Desde o início do período de recenseamento que elevado número de cidadãos tem afluído às juntas de freguesia da cidade do Porto esgotando em algumas delas os respectivos boletins.

Esta situação registou-se logo no primeiro dia, em que muitas pessoas em condições de elegibilidade se apresentaram para obter o verbete que permite a inscrição nos cadernos eleitorais.

Depois de uma intensa campanha de esclarecimento levada a cabo pelos partidos democráticos, brigadas destes mesmos partidos colaboraram nas operações de recenseamento, registrando-se uma participação muito activa do PCP.

Segundo informações colhidas junto de membros das comissões de recenseamento, está bastante abaixo das necessidades o número de boletins distribuídos por juntas de freguesias. Por exemplo, a comissão de Cedofeita no dia 9 de 14 mil verbetes para distribuir pelo elevado número de pessoas que ali acorreram a formar longas filas. Neste primeiro dia, logo ao fim da manhã, já se tinham esgotado na maioria das 15 freguesias do distrito 2500 boletins requisitados, pelo que tiveram de pedir outros tantos. Em Bonfim, outro exemplo, esgotou os seus 15 mil boletins.

Entretanto, algumas juntas esgotaram a possibilidade de serem criados novos postos, a fim de facilitarem a entrega de boletins.

Esta informação tem de ser sob pena de cair sob penas rigorosas em todos os sentidos, aplicáveis à denúncia caluniosa, a qual constitui aliás, outra forma subtil de boicote ao bom funcionamento das operações de recenseamento.

Neste domínio, que em todos os que o povo participa, a vigilância popular é um instrumento indispensável. Não há que ter contemplações para com os inimigos do povo e da democracia.

Fazer do recenseamento uma jornada de participação

Por toda a parte, nas cidades, vilas, aldeias e lugares, o recenseamento tem de ser uma tarefa de cada cidadão. Por um lado, o recenseamento é obrigatório e o não cumprimento desta obrigatoriedade é punido por lei com multa de 1000\$00 a 10 000\$00. Por outro lado, o que é bem mais importante, é que cada português compreenda que se trata de participar na escolha das linhas orientadoras da política do País, ou seja, das leis e decretos que, em todos os domínios, vão regular a vida nacional, dependendo desta escolha a satisfação dos interesses e anseios do povo português.

Esta escolha pertence a todos os portugueses na posse dos seus direitos políticos, com mais de 18 anos, homens e mulheres, residentes no Continente e Ilhas Adjacentes, mesmo os analfabetos. Todos os portugueses, na posse dos seus direitos políticos têm, pois, de dirigir-se à sua Junta de Freguesia ou a postos de recenseamento que nela funcionem, até dia 29, durante o horário legalmente estabelecido: das 19 às 23 horas, nos dias úteis; das 9 e 10 às 12 e 20 e das 15 às 20 horas, aos sábados, domingos e feriados.

Tudo o país tem de participar nesta grandiosa tarefa. Os órgãos de Informação têm testemunhado o empenho do Governo Provisório e dos partidos democráticos no recenseamento. Tem manifestado a vontade e o entusiasmo populares neste processo. Nós, comunistas, continuaremos a desempenhar a nossa tarefa, incentivando, mobilizando as mais vastas camadas do povo português para o recenseamento, tudo fazendo para o tornar uma grande jornada de participação popular na vida democrática.

CARTAZES RASGADOS

No parque dos Bombeiros Voluntários de Moscavide a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia daquela localidade realizou na passada sexta-feira uma sessão de esclarecimento em que foram focados os diversos problemas que afectam a população.

Assim, foram dadas informações sobre o interesse da população das perspectivas da utilização dos terrenos da Quinta do Seminário, bem como o esclarecimento sobre a comissão de moradores, recenseamento e autarquias locais.

Foi ainda fixado que existe todo um trabalho de organização a desenvolver desde o contacto com as populações até à formação de comissões e grupos de trabalho em torno dos problemas mais concretos.

Por último foi salientada a campanha reaccionária desenvolvida na freguesia a tal ponto que certos elementos nem os cartazes sobre o recenseamento deixaram nas paredes.



O PROBLEMA DOS TRANSPORTES

NÃO BASTAM OS PLANOS DE EFICIÊNCIA

Com o objectivo de dar início a um processo informativo sistemático sobre o planeamento de transportes da região de Lisboa, o secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, eng. Ferreira Lima, reuniu-se, no passado dia 5 com os órgãos de Informação, aos quais foram apresentados o Plano de Transportes da Região de Lisboa (PTRL) e o Programa de Acções a Curto Prazo (PACT). É objectivo desta Secretaria desenvolver uma política de transportes em meio urbano, cujos princípios orientadores são a prioridade aos transportes colectivos, o aumento progressivo de intervenção do Estado na gestão das empresas concessionárias ou incremento da política de investimento tendente a maximizar a capacidade de transporte existente e início efectivo de uma política de transportes e urbanismo.

O PTRL e o PACT inserem-se já neste esquema de actuação, cujos resultados não podem revelar-se de imediato, dada a situação perfeitamente catastrófica que neste, como nos demais domínios, nos foi legada pelo regime fascista.

Presentes na reunião com os órgãos de Informação encontravam-se, igualmente, representantes da Câmara Municipal, Metropolitano Carris, Grémio dos Transportes Automóveis, Sociedade Estoril, Administração Geral do Porto de Lisboa, Direcções-Gerais dos Transportes e Viação, CP, PSP e Junta Autónoma das Estradas. Todos estes organismos colaboraram através de grupos de trabalho, no Plano de Transportes da Região de Lisboa, o qual será concretizado, fundamentalmente em duas etapas: de 1975 a 1976 e até 1979.

Entre as medidas a serem concretizadas na nova política de transportes, destaca-se o projecto de um plano nacional de transportes escolares, o qual, segundo informou, no passado dia 8, o secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, deverá ser anunciado ainda este ano. A sua concretização responderá às necessidades e aspirações de vastas camadas da população portuguesa.

urgente uma política tarifária no interesse dos trabalhadores

A actuação prevista no PTRL-PACT tem em vista a resolução de problemas urgentes do sistema de transportes no sentido de efectiva melhoria e eficiência. Porém, os trabalhadores, a população portuguesa laboriosa não anseia apenas, por transportes eficientes. É ainda indispensável que essa melhoria de facto não seja custeada pelos próprios trabalhadores. É por de mais evidente que o conjunto das empresas de transportes está numa situação deficitária e a resolução deste

problema constitui um grave encargo para o Governo.

Mas este encargo só cabe, todo inteiro, ao Governo se este não puser em marcha outras opções que só podem inserir-se no cumprimento do princípio do Programa do MFA reforçado, no último fim-de-semana, na assembleia dos seus delegados. Referimono à estratégia antimonopolista, da qual depende a concretização desse outro princípio do Programa: lançar os fundamentos de uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português em particular das camadas de população mais desfavorecidas. Não o marcham, neste sentido, o aumento das tarifas de carros de aluguer, considerado, legitimamente, pelo Sindicato dos Motoristas de Lisboa «altamente lesivo» aos interesses dos trabalhadores. E muito menos vão neste sentido as tarifas que passa-

rão a ser praticadas a partir de 1975, no Metropolitano e na Carris, em Lisboa e nos Serviços de Transportes Colectivos no Porto.

É urgente que aqui como em todos os campos, se comece a assistir a uma política económica ao serviço dos interesses dos trabalhadores. Esta política económica só pode ser efectuada em termos globais. Como era declarado no editorial do último número do «Avante!», e em meios medidas, nem panos quentes, nem a política de bombeiro com que o Governo corre a apagar deflácões de empresas e outras panaceias podem trazer outro resultado que não seja o agravamento da situação. Só medidas sérias e severas de carácter antimonopolista e antifundamentalista podem assegurar o saneamento da situação económica, condição indispensável para o desenvolvimento do processo democrático.

OS PEQUENOS COMERCIANTES E OS SEUS PROBLEMAS.

«Os pequenos comerciantes não são responsáveis pelo aumento do custo de vida mas sim tão vítimas desta como o resto da população.» Foi com estas palavras que um elemento do PMV abriu uma sessão de esclarecimento com pequenos comerciantes, promovida pelo Movimento Democrático de Mulheres Portuguesas e a comissão administrativa da freguesia de S. Domingos de Benfca, em que estiveram presentes quatro delegados do Ministério da Economia.

Esta iniciativa vem no seguimento de outras realizadas em Benfca e Belas que se enquadram numa campanha de promoção da discussão dos problemas da classe, procurando o caminho mais correcto para a solução dos mesmos.

Como focaram os elementos do Ministério da Economia, é importante o esclarecimento da classe sobre as suas possibilidades de defesa, suas obrigações e direitos, nesta nova situação em que vivemos, em que pela primeira vez a voz da classe se pode fazer ouvir sem restrições de qualquer espécie.

As questões levantadas no

decorrer das reuniões, as dúvidas surgidas, nomeadamente no que respeita aos preços dos produtos, as contribuições, a fiscalização, bem como prejuízos que poderiam facilmente evitar-se vieram mostrar a necessidade e urgência do esclarecimento dos pequenos comerciantes, vítimas da exploração dos grandes produtores e intermediários, possuidores da máquina comercial do País e em muitos casos interessados em travar o processo de democratização em curso.

A união dos pequenos comerciantes com os trabalhadores é condição indispensável para podermos cortar o passo à reacção, frisou-se. Também a participação da classe, nas decisões do Estado no que lhes diz directamente respeito, foi assinalada por um participante da reunião que chamou a atenção para o facto de a última tabela de preços ter sido elaborada sem que os principais interessados tivessem sido consultados.

No decorrer do animado debate falou-se sobre o aspecto higiénico sanitário e da importância que este tem para a defesa da saúde do consu-

midor e dos próprios retalhistas como consumidores que são.

Quer no trabalho quer na vida quotidiana, o importante é reforçar e defender a unidade, conjugando esforços na consolidação da democracia em Portugal, salientou o presidente da Junta de Freguesia ao encerrar a sessão.

Uma iniciativa positiva, um exemplo a seguir.

SANEAMENTO DA DIRECTORA EXIGIDO NA ESCOLA DE PENICHE

As comissões Pró-Associação dos Alunos Nocturnos e Diurnos da Escola Industrial e Comercial de Peniche, em comunicado dirigido aos alunos e população, exigem o saneamento imediato da directora Deolinda Ribeiro. Baseiam esta exigência no clima ditatorial que a directora impõe às suas aulas e no seu passado de compromisso com o regime fascista. Deolinda Ribeiro, afirma-se naquele comunicado, participou na «campanha marcelista e chegou ao cúmulo de, no dia 23 de Outubro de 1969, ter intervindo, publicamente, no Cine-Teatro Pinheiro Chagas, arrogando-se ao direito de falar em nome das mulheres portuguesas».

Alunos representados pelas

comissões Pró-Associação, representantes dos professores e dos funcionários da Escola reuniram-se no dia 11 na Escola, com o objectivo de constituírem uma comissão de gestão provisória até às eleições definitivas.

PARTIDO SOCIALISTA

Na Reitoria da Universidade de Lisboa começam amanhã e prolongam-se até domingo os trabalhos do Congresso do Partido Socialista.

LUÍSA BASTO

canta
AVANTE
e
HINO DA JUVENTUDE DEMOCRÁTICA
DISCO ESTÉREO DE 45 r. p. m.
preço 50\$00
DISTRIBUIÇÃO PARA CENTROS DE TRABALHO DO PCP
EDITORIAL AVANTE
Av. Santos Dumont, 57-2.º — Tel. 77 98 25 — 76 97 25
LISBOA

CANTO LIVRE ANGOLANO

Promovida pelo Comité 4 de Fevereiro, do MPLA, e pela Casa de Angola, realiza-se, no domingo, às 21 horas, no Pavilhão dos Desportos, uma sessão de canto livre angolano, com a participação, entre outros, de Rui Mingas, Lili Tshumba, Ouro Negro e vários conjuntos africanos, bem como Adriano Correia de Oliveira, José Jorge Letria, Carlos Paredes, Fernando Alvim, Luísa Basto e José Barata Moura.

novidades
EUROPA - AMERICA

PARA UMA DECISÃO CONSCIENTE, UMA INFORMAÇÃO CRITERIOSA

OS GRANDES SOCIALISTAS E A EDUCAÇÃO
— DE PLATÃO A LENINE
Maurice Dommanget
(col. «Biblioteca Universitária» 180\$)

A DIALÉCTICA
Paul Foulquié
(col. «Sabers» 50\$)

OS JOVENS E A AUTORIDADE
Léon Michaux
(col. «Sabers» 55\$)

A DEPORTAÇÃO
(«Obras diversas» 195\$)

Peça na sua livraria ou directamente a
publicações europa-américa
Apartado 8 — Mem Martins

UM DOS VÍRUS DA ECONOMIA NACIONAL

Alguns de nós sabemos que uma das portas de saída para a crise económica nacional é a exportação, mas exportar mercadorias e numerário, simultaneamente, é que não será uma ajuda, mas sim um «abrir de covas» na débil economia nacional.

Suporhamos que uma firma exportadora de vinhos (não nos esqueçamos que presentemente estamos bem ricos de vinho), formada por um capital social de 90 000 contos, dos quais 49% são americanos e 51% portugueses, factura 400 000 contos para a sua associada norte-americana.

Dos lucros dos 400 000 contos, 49% ficam nos Estados Unidos. A juntar a estes, 49% de lucros temos mais 25% que ficam nos Estados Unidos para realizar a publicidade, pois até é para lá que vai toda a produção e não seria lógico estar-se a exportar para os Estados Unidos toda a produção e fazer-se a propagação em Portugal.

Só que é triste é que em Portugal ficam uns magros 26%, que ao fim e ao cabo são traduzíveis em despesas (ordenados, propagação interna, transportes, etc.).

Será de concluir que nesta situação, nós exportamos o rico e os seus lucros. Mas será de dizer, ao menos vale-nos os 26%, porque mais vale pouco que nada?

Tudo isto poderia ser no campo das suposições, o pior é que acontece na realidade. Uma realidade chamada J. M. de Perseca, Internacional de Vinhos, Lda., situada em Azeitão, perto de Setúbal.

SEMANA DE SOLIDARIEDADE COM OS POVOS DAS COLÓNIAS

Encerrou-se no passado dia 10, com a presença de delegações dos movimentos de libertação, a Semana de Solidariedade com os Povos das Colónias, promovida pelo CIDAC, Centro de Informação e Documentação Anticolonial. Dois marcos históricos na luta dos movimentos de libertação delimitaram as realizações da semana: a 1 de Dezembro, data de início, passava o dia que o MPLA fixou como «dia do pioneiro heróico» em homenagem a Augusto Ngungu-la, militante daquele movimento, de 12 anos de idade, morto sem prestar declarações, em virtude das torturas a que foi sujeito pelas forças coloniais portuguesas; o dia 10 é a data em que o MPLA comemora o 18.º aniversário da sua fundação.

A semana constituiu uma ocasião de amplo debate sobre o problema colonial e as forças imperialistas que se opõem à sua resolução, e foi,

simultaneamente, uma manifestação da aliança revolucionária com os oprimidos.

Colaboraram nesta iniciativa a Casa de Angola, a Casa de Mocambique, o Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde e Guiné, Associação Pró-Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe, Casa dos Timores e as Associações de Amizade Portugal-Mocambique e Portugal-S. Tomé. Diversos colóquios efectuados em Lisboa, Setúbal, Barreiro, Cacém e outras localidades, muitos deles realizados em empresas, exposições sobre colonialismo, lançamento de livros da autoria de Agostinho Neto, Luandino Vieira e Mário de Andrade, pela Livraria Sá da Costa, e outras iniciativas, decorreram durante esta semana de solidariedade, em cujos resultados podemos inserir o fortalecimento da amizade e cooperação entre os povos das colónias e o povo português.

- Durante a última reunião da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo, realizada em Berlim, foi oficialmente anunciado o fim do embargo às vendas de petróleo a Portugal.
- O México vai dispensar a Cuba, através de um acordo comercial, o tratamento da «nação mais favorecida». Para dar concretização a esse acordo, uma delegação de 70 empresários mexicanos, representando 130 grandes empresas, acaba de visitar Havana.
- Em comunicado distribuído em Lima, o Partido Comunista Peruano atribui o atentado contra o primeiro-ministro Mercado Jarrin a agentes pagos, treinados e armados pela CIA. «Os autores desse atentado — sublinha a nota — só podem pertencer aos sectores mais reacçãoários e pró-fascistas do serviço do imperialismo norte-americano.»
- A Federação Sindical Mundial dirigiu um apelo a todas as centrais sindicais para que adoptem uma estratégia comum, a fim de poderem neutralizar e derrotar as manobras das empresas multinacionais.
- O programa do novo governo italiano, presidido por Aldo Moro, foi aprovado pelo Senado.
- O Exército argentino reafirmou a sua fidelidade à Constituição, acentuando que está disposto a garantir a realização das eleições gerais marcadas para 1977.
- O abuso de bebidas alcoólicas foi a causa da morte de 4500 franceses no ano de 1972.
- A empresa alemã Opel, controlada pela firma americana General Motors, interromperá a produção em duas das suas fábricas devido à diminuição das vendas.
- As colunas de patriotas khmers que combatem nos arredores de Phnom Penh apertaram nos últimos dias o cerco à capital do Camboja.
- Segundo o jornal «Le Monde», a Polícia brasileira prendeu na semana passada a economista Maria da Conceição Tavares, ex-funcionária da CEPAL, organismo da ONU, consagrado ao estudo dos problemas do desenvolvimento na América Latina. Maria da Conceição Tavares, que é portuguesa, goza de grande prestígio em toda a América Latina, sendo considerada uma das maiores economistas do Continente.
- Mais de 10 milhões de pessoas ficaram sem leite em Nova York, devido a uma greve dos distribuidores.
- O camarada Manuel Sanhueza, dirigente da Juventude Comunista chilena, foi assassinado pelas forças de repressão do regime fascista de Pinochet. Sanhueza foi o principal responsável pela organização do trabalho voluntário durante o governo da Unidade Popular.
- O governo do Dohomá decidiu proceder à nacionalização imediata do património de cinco grandes empresas petrolíferas: a Shell, a British Petroleum, a Texaco, a Mobil e a DEPP.
- Na Dinamarca haverá eleições gerais no dia 9 de Janeiro.
- A Comissão Europeia — órgão executivo da Comunidade Económica Europeia — está a estudar a documentação de 9500 empresas multinacionais que operam nos países do Mercado Comum. A iniciativa seguiu-se à criação pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas de uma comissão que investigará as actividades das multinacionais em todo o Mundo.
- A missão de nave espacial soviética Soyuz-16 terminou, com êxito total. Os cosmonautas Filipchenko e Rukavishnikov permaneceram seis dias a bordo, tempo previsto para a duração do voo. A aterragem da Soyuz foi perfeita.
- Uma equipa de esquiadoras soviéticas atravessará, em 1975, o continente Antártico, desde a estação de Vostok, mantida pela URSS, à de Amundsen-Scott, instalada pelos EUA.
- O total de trabalhadores desempregados na República Federal da Alemanha aumentou para 800 000.
- Uma missão sueca visitou a Guiné-Bissau e discutiu com dirigentes do PAIGC e membros do Governo daquela República africana as formas de cooperação mais adequadas para dar continuidade à ajuda fraternal que a Suécia vem prestando ao país.
- O Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau criou, no Ministério das Comunicações e Transportes o Subcomissariado dos Correios e Telecomunicações. O cargo será desempenhado pelo camarada Fernando Ferreira Fortes, que passou longos anos nas masmorras da PIDE e que, em 25 de Abril, se encontrava num campo de concentração em Angola.
- Um tribunal israelita condenou a 12 anos de prisão o arcebispo católico de Jerusalém, Hilarion Capucci, sob a acusação de complicidade com a resistência palestina.
- A Convenção Nacional dos Trabalhadores Uruguaios decretou uma greve de 24 horas para o dia 18 do corrente. Entretanto, a escalada repressiva prossegue: vinte e cinco professores e funcionários da Universidade de Montevideo foram presos.
- O ministro da Agricultura do Peru, general Enrique Gallegos, revelou que no Departamento de Cajamarca, no Norte do país, foram cometidos actos de sabotagem contra a Reforma Agrária.
- A República Socialista de Cuba e as Bahamas estabeleceram relações diplomáticas.
- Segundo as agências noticiosas, o Governo da Argentina iniciou, em breve, negociações tendo em vista a nacionalização.
- O volume do intercâmbio comercial entre os Estados Unidos das empresas multinacionais Siemens e Standard Electrica, e a República Popular da China atingirá, este ano, o equivalente a 24 milhões de contos.
- O primeiro encontro entre o presidente Gerald Ford, dos Estados Unidos, e o primeiro-ministro Pierre Trudeau, do Canadá, não atenuou as divergências crescentes entre os dois países. O Canadá recusa-se a mudar a sua política de redução das quantidades de petróleo fornecidas aos EUA.
- A Grã-Bretanha voltou a comer pão, após uma semana de greve dos padeiros.
- Os países árabes produtores de petróleo estarão dispostos, segundo informam as agências noticiosas, a financiar a compra de 5 milhões de toneladas de cereais destinados a combater a fome no Mundo.
- Na Rodésia foi fundado um novo partido reacçãoário: o Partido Conservador Unido.
- O comunicado conjunto divulgado em Berlim, após a visita à República Democrática Alemã do camarada Samora Machel, presidente da Frelimo, assinala que ambas as partes tomaram decisões concretas, visando desenvolver as relações e contribuir para o estabelecimento de uma colaboração estreita e fecunda, no plano estatal, entre a RDA e Moçambique independente, nos campos político, económico, técnico-científico, cultural e outros.
- Em Porto Rico, a repressão aumenta. Segundo declarações de partidos e forças que lutam pela independência, milhares de trabalhadores foram presos e os Estados Unidos tentam transferir para a ilha 11 000 homens das suas forças estacionadas na República Federal da Alemanha, a fim de reforçar a Guarda Nacional.
- Em Espanha, mais de 30 000 trabalhadores estão em greve ou são vítimas de «lock out» empresariais. Em Pamplona a Polícia efectuou 60 prisões e destruiu barricadas montadas pelos trabalhadores.
- O Senado americano aprovou a nomeação de Nelson Rockefeller para o cargo de vice-presidente da República.
- O cardeal sul-coreano Kim Su Whan criticou duramente a política repressiva do governo da Coreia do Sul.
- O cunhado de Salvador Allende, Gaston Pascal Lyon, foi preso pela polícia militar chilena.
- O arcebispo Makarios, ex-presidente da República de Chipre, regressou àquela ilha no dia 8.

informação

A OTAN vai gastar cem milhões de contos em armamentos

O «Eurogrupo» da OTAN decidiu, em Bruxelas, aumentar substancialmente as suas contribuições militares para a Organização, da qual fazem parte dez países europeus.

O relatório discutido pelos ministros dos Estrangeiros e pelos embaixadores do «Eurogrupo» apresenta um panorama pessimista relativamente ao nível dos armamentos e ao grau de preparação das forças militares da chamada Aliança Atlântica. Segundo esse documento, a posição futura da OTAN poderá piorar de «modo decisivo», se não forem tomadas medidas adequadas. Dentro desse espírito, o ministro da Defesa da República Federal da Alemanha chegou a afirmar que a situação deve ser encarada como tendo atingido quase o estado de emergência.

O secretário da Defesa americano James Schlesinger — que é um partidário da escalada armamentista nos Estados Unidos — exprimiu-se de maneira muito semelhante, formulando, além disso, as habituais críticas contra os países do Pacto de Varsóvia.

As reuniões da OTAN costumam ser monotonamente semelhantes. A fraqueza militar da organização é quase sempre o tema preferido pelos ministros e embaixadores do «Eurogrupo». Mas os próprios debates e as resoluções aprovadas desmentem esses queixumes.

Durante horas, os representantes das grandes potências ocidentais discutiram as vantagens da coordenação dos seus programas de armamentos voltados para a produção dos mais modernos e mortíferos engenhos bélicos. Por outro lado, os ministros divulgaram um plano, que custará quase uma centena de milhões de contos, destinado a melhorar a capacidade combativa das respectivas forças armadas.

Assim, no próximo ano, a OTAN disporá de mais 1700 tanques e carros blindados, 240 aviões, 10 contratorpedeiros, 1135 armas antitanques, 2 submarinos e 1400 mísseis de vários modelos. Para fazer face às colossais despesas desse programa, os países do «Eurogrupo» aumentaram os seus orçamentos militares este ano, de 2 para 4 bilhões de dólares (com milhões de contos). Oficialmente, porém, o aumento é atribuído à inflação. Que saibamos, a inflação não foi de 100% em nenhum país europeu. Os números falam por si. E pulverizam todas as críticas feitas aos países do Pacto de Varsóvia. Não é difícil tirar conclusões e apontar quem deseja a paz e o desarmamento e quem gasta milhões — em prejuízo do bem-estar dos povos — ao serviço de uma política que só pode contribuir para adiar um entendimento global sobre o problema crucial da segurança europeia.

Brezhnev em França — vitória de uma política justa

O balanço da visita à França do camarada Leonid Brezhnev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, foi considerado muito positivo pelos governos dos dois países. O comunicado conjunto divulgado no final confirma que foram alcançados resultados importantes, que interessam não apenas à URSS e à França mas a todas as forças que no mundo lutam pela paz e pelo progresso.

Ambas as partes declaram-se favoráveis a um desarmamento geral e completo, sob um «controlo» internacional eficaz, e afirmam o seu desejo de ver convocada uma conferência mundial para debater o problema. No tocante ao Médio Oriente, consideram que os direitos do povo palestino «deverão encontrar a sua consagração numa base da aplicação das resoluções pertinentes das Nações Unidas e no respeito do direito a uma existência independente de todos os Estados da região». Os dois países — salienta-se — continuam a considerar que uma solução de paz justa e duradoura não será concebível sem a retirada das tropas israelitas de todos os territórios ocupados em 1967. O comunicado declara, relativamente ao Sudeste Asiático, que a França e a URSS se pronunciam pela rigorosa observância, por todos os signatários, do acordo de Paris sobre a cessação da guerra e o restabelecimento da paz no Vietnam e afirma que no Camboja, os problemas pendentes devam ser resolvidos «pelo próprio povo cambojano, sem ingerência estrangeira».

O encontro de Paris permitiu, também, que o camarada Brezhnev e o presidente Giscard d'Estaing discutissem importantes questões relacionadas com a cooperação entre os dois países nos terrenos económico, cultural e político.

A visita do camarada Brezhnev a Paris não teve a rodeia a atmosfera de sensacionalismo que, na Europa Ocidental, costuma caracterizar outros encontros de cúpula. Mas a simples leitura do comunicado conjunto demonstra que a reunião foi muito proveitosa. Não é de estranhar que a União Soviética tenha reafirmado as suas posições sobre os problemas do Médio Oriente e do Sudeste Asiático e tenha defendido, uma vez mais, uma política de desarmamento geral e controlado. Mas é muito significativo que o Governo como o francês, representado por um político tão conservador como o presidente Giscard d'Estaing, tenha assumido a mesma atitude de firmeza em relação à defesa dos legítimos direitos do povo palestino e às ingerências estrangeiras no Camboja, manifestando-se também a favor de um desarmamento universal. A União Soviética não fez concessões. Nunca procede deste modo. Defendeu, através do camarada Brezhnev, as suas posições, que são justas. E o comunicado conjunto traduz com fidelidade essas posições. O facto de a França as ter subscrito em relação a problemas essenciais comprova a correção da política da coexistência pacífica.

Por outro lado, no terreno económico foi assinado um acordo muito importante, que visa a ampliar para o dobro o actual volume do intercâmbio comercial entre os dois países, que atinge, actualmente, cerca de 30 milhões de contos anuais. Vão longe os tempos do «boicote» dos países capitalistas à URSS. Hoje, todos eles, a principiar pelos Estados Unidos, baluarte do imperialismo, compreendem que nenhum dos grandes problemas mundiais poderá ser resolvido sem a participação da URSS. E a União Soviética não se desvia da linha traçada pelo seu partido marxista-leninista. Não faz concessões.

O fim da monarquia na Grécia

O povo grego disse NÃO à monarquia. Convocado a manifestar-se sobre o regime, pronunciou-se por esmagadora maioria a favor da proclamação da República. O resultado do plebiscito confirmou aquilo que todos sabiam: os gregos nunca suportaram a monarquia, a dinastia estrangeira, o rei Constantino e tudo o que simbolizava. Mais de 69 por cento do eleitorado votou pela República.

Cerca de cem mil pessoas festejaram, nas ruas de Atenas, o fim do antigo regime, enquanto em coro «A Alema Mourreu», uma canção popular alusiva à ex-rei rainha mãe, Frederika, personalidade que sempre se destacou pelos seus sentimentos fascistas e pela sua interferência nos negócios do Estado em apoio das forças políticas mais reacçãoárias.

O novo Parlamento grego, eleito em Novembro, deverá agora escolher o futuro presidente da República.

O resultado do plebiscito grego não foi uma surpresa. A monarquia era um regime profundamente antipopular. Era um regime, além do mais, estrangeiro. O fundador da dinastia deposta, o príncipe dinamarquês Jorge de Glücksburg, fora colocado no trono por imposição das grandes potências europeias. Os seus sucessores foram sempre detestados pelo povo. O último, Constantino, foi um dócil instrumento da direita até ser afastado pela Junta Militar de Papadópulos. Mas mesmo no seu exílio milionário pactuou com a ditadura.

Na medida em que assinalou o fim de uma instituição antinacional e antipopular, o resultado do plebiscito foi saudado como uma vitória do povo grego, como uma vitória de todas as forças progressistas. Mas o problema da democracia na Grécia continua por resolver. A ditadura, derrubada durante a crise de Chipre, cedeu agora o lugar a um regime formalmente democrático, mas que é controlado por partidos, grupos e elementos que são a expressão dos interesses de forças reacçãoárias que exercem uma verdadeira ditadura económica sobre a nação. Para homens como o primeiro-ministro Constantino Karamanlis, os negócios de bilionários aventureiros como Onassis e Marnoch contam muito mais do que as justas reivindicações das massas gregas. O Governo de Atenas está ao serviço dos interesses de uma insignificante minoria de privilegiados. Unido, o povo acabou com a monarquia. Reforçando a sua unidade, terá de lutar agora, dentro das instituições republicanas, por uma autêntica democracia.

A Declaração de Ayacucho derrota do imperialismo

Para comemorar o 150.º aniversário da batalha de Ayacucho, que pôs fim ao domínio colonial da Espanha na América do Sul, efectuou-se, em Lima, no Peru, uma conferência cimeira, na qual participaram os oito países que em 1824 contribuíram para a formação do Exército Libertador. O documento divulgado no final de reunião, a Declaração de Ayacucho, foi assinado por quatro chefes de Estado — Peru, Venezuela, Bolívia e Panamá — e por representantes da Argentina, Colômbia, Equador e Chile. Esse texto reafirma o direito dos povos latino-americanos a explorarem em benefício próprio os seus recursos naturais, condena a «forçada dependência económica da América Latina de nações mais poderosas» e rejeita «todas as formas de colonialismo», pedindo, ainda, a suspensão das compras de armamento por todos os países latinos do continente.

Somente um país, cujos filhos não lutaram em Ayacucho, recebeu um convite especial para se fazer representar nas comemorações: a República Socialista de Cuba. Esse facto serviu de pretexto ao general Augusto Pinochet

para não comparecer. Tinha motivos para recear a hostilidade do povo peruano. O ministro dos Negócios Estrangeiros de Cuba, Raul Roa, atacou, aliás, duramente, a ditadura chilena e o seu chefe no importante discurso que pronunciou.

Ayacucho é uma palavra carregada de significado para todos os povos latino-americanos, oprimidos pelo imperialismo. Foi em Ayacucho que, pela primeira e última vez, tropas de oito países se uniram para enfrentar um inimigo comum: o império espanhol. Essa vitória da unidade, que tornou possível uma grande vitória militar, não foi esquecida. Ficou como um símbolo daquilo que, unidos, podem realizar os povos da América Latina. Por isso mesmo, os Estados Unidos desenvolveram grandes esforços para impedir a realização da Conferência Cimeira de Lima. Atiraram, em parte, o seu objectivo, pois apenas estiveram presentes quatro chefes de Estado. Mas não puderam impedir que o Governo peruano sintetizasse na Declaração de Ayacucho algumas das reivindicações permanentes e legítimas dos países latino-americanos. E porque essas reivindicações são de povos e não de governos transitórios, os próprios representantes de ditaduras fascistas, como a da Bolívia e a do Chile, e de regimes conservadores, como o da Colômbia e o da Venezuela, viram-se obrigados a assinar uma Declaração que constitui, no essencial, um desafio ao imperialismo americano.

As contradições e incidentes registados em Lima não diminuem, assim, o significado das comemorações de Ayacucho. O Sesquicentário da histórica batalha coincidiu com uma vitória política do Peru, com um avanço da Revolução Peruana. Como salientou o camarada Fidel Castro dias antes, em Havana, ao saudar uma delegação de altos comandos das Forças Armadas Peruanas, Ayacucho adquire uma significação especial, porque no mesmo lugar onde se travou essa batalha existe hoje um povo que tal como o de Cuba não se deixa dominar pelo imperialismo. «Nos primeiros tempos da Revolução — acentuou — dizíamos: Cuba, território livre da América. Hoje, podemos dizer, também: Nós te saudamos, Peru irmão, território livre da América!»

Vaga de repressão no Paraguai

A ditadura paraguaiá desencadeou nas últimas semanas uma violenta repressão. O pretexto para a actual vaga de terror policial foi uma suposta tentativa de golpe de Estado que teria por fim derrubar o general Alfredo Stroessner.

A polícia prendeu muitos estudantes, assassinou um militante de um pequeno grupo esquerdista e acusou o Partido Comunista de mobilizar as massas contra o regime (o que, aliás, é verdade). Mas não conseguiu apresentar provas da existência da conspiração. Na realidade, ninguém estava preparando o assassinio de Stroessner. A escalada repressiva dirigiu-se principalmente contra os camponeses. Nas regiões de Caazapa e Villa Rica, dezenas de assalariados agrícolas e pequenos proprietários foram presos e acusados de desenvolver «actividades subversivas».

Os camponeses presos e torturados na sinistra Comisaría Tercera, de Asunción, são pacíficos membros das Ligas Agrárias Cristãs, organizações que desde 1960 exigem uma reforma agrária



que ponha termo ao monopólio da terra num país cinco vezes maior do que Portugal, no qual 500 latifundiários são donos da quase totalidade das áreas cultivadas.

Stroessner, que está no Poder como ditador há 20 anos, e já preparou o filho para lhe suceder na Presidência, inventa periodicamente conjuras para mais facilmente abater os que o combatem. O Paraguai vive em regime de estado de sítio permanente, apesar de a Constituição proclamar que «é e será sempre livre e independente». Até há poucos anos era uma colónia dos Estados Unidos. Agora é, também, uma colónia do Brasil. Mais de 100 000 colonos brasileiros instalaram-se nas províncias da fronteira e a lavoura e o comércio do café são controlados por grandes empresários do Brasil. Por outro lado, Stroessner assinou com o Governo brasileiro acordos para a exploração «conjunta» do potencial hidro-eléctrico das quedas de Itaipu, onde vai ser construída uma das maiores barragens do Mundo. Esses acordos foram denunciados pelas forças democráticas paraguaias como um acto de capitulação e de traição nacional.

Quanto à repressão de que são vítimas os camponeses, acaba de ser definida em Paris pelos padres Alessandri e Bellini — que residiram no Paraguai durante três anos — como mais um dos muitos crimes de Stroessner. O Paraguai é, como salientaram, um país esmagado por uma ditadura feroz. Um país que consegue metade do orçamento ao Exército e apenas 2% à agricultura. Um país que Nixon gostava de apontar como exemplo do tipo de sociedade latino-americana «estável».

A repressão no Brasil

Em São Paulo, o famoso chefe do «Esquadrão da Morte», Sérgio Paranhos Fleury, voltou a ser protagonista de um novo escândalo. Desta vez um escândalo judicial. Em resposta ao pedido de um juiz que ordenar a detenção de Fleury, outro juiz, da instância superior, pronunciou-se contra a medida, alegando que se tratava de um cidadão com «bons antecedentes» e que prestava «relevantes serviços» à colectividade. Fleury continua em liberdade e no exercício das suas funções de delegado-chefe do Departamento de Ordem Política e Social, um dos mais temidos sectores da polícia política brasileira.

Factos como esse chamam a atenção para a complexidade do processo político brasileiro, dissipando as ilusões de que o resultado das eleições legislativas poderá levar rapidamente a uma «abertura democrática». A repressão constitui no Brasil um Estado dentro do próprio Estado e conta com toda a espécie de complicidades, tanto no seio do Governo como no próprio Poder Judicial. Este ano, o Código Penal foi alterado expressamente para que Sérgio Fleury, então detido, em regime de «prisão especial», enquanto aguardava julgamento, saísse em liberdade. Para anular a prisão preventiva foi inventada a fórmula dos «bons antecedentes». Fleury voltou ao DOPS e o seu primeiro «serviço» consistiu no interrogatório sádico da professora Maria Nilda Maccellani, a maior educadora brasileira e destacada líder católica.

Para as instâncias superiores da Justiça brasileira os relevantes serviços do sanguinário delegado são os seus crimes como chefe do DOPS e o seu maior título de glória o assassinio de Carlos Marighella. Como chefe do «Esquadrão da Morte» — criado pelo ex-governador de São Paulo, Abreu Sodré, e pelo seu secretário de Justiça — Fleury assassinou dezenas de marginais envolvidos no tráfico de drogas. Além de torturador cruel de presos políticos, é também um toxicómano e o dirigente, ele próprio, de uma rede de venda de estupefacientes, motivo pelo qual fundou o «Esquadrão» para liquidar os concorrentes. Por esse motivo tem de responder a mais de uma

dezena de processos. O Governo do marechal Geisel, contudo, preferiu modificar os códigos a levar esse criminoso ao banco dos réus. É o herói da repressão, o ídolo dos fascistas brasileiros.

Os fantasmas de Willy Brandt

O ex-chanceler da República Federal da Alemanha, Willy Brandt, voltou a falar sobre Portugal. Da revista francesa «Le Nouvel Observateur», transcrevemos as declarações que fez há dias durante uma visita a Paris: «Alguns dos meus amigos americanos afirmam que Portugal tem grandes probabilidades de cair nas mãos dos comunistas, tal como a Espanha e a Itália. É uma visão absurda: os socialistas obterão muito mais votos do que os comunistas nas próximas eleições... De qualquer maneira, Moscovo não deseja que o P. C. tenha uma posição demasiado evidente em Lisboa: Brezhnev pretende, essencialmente, respeitar as zonas de influência dos Estados Unidos.»

É a segunda vez em poucas semanas que Willy Brandt aborda temas relacionados com a política portuguesa de forma leviana, emitindo opiniões e tecendo comentários em estilo de «intriça política». Agora, como antes, duas preocupações parecem dominar o seu espírito: saber o que os americanos pensam a respeito do processo de democratização português e adivinhar o papel e a força do nosso Partido. Desta vez, porém, foi mais longe. Não se contentou, como em Novembro, em revelar os segredos que ouviu em Washington sobre supostas intenções do Governo americano e os «limites» fixados pelo imperialismo ao povo português no seu esforço de construção de uma sociedade democrática e progressista. Não lhe bastou também inventar-se no terreno do boato para caluniar o nosso Partido. Em Paris, Willy Brandt falou, como um oráculo grego. Previu mais votos do que os comunistas. E, para tranquilizar completamente os seus amigos americanos voltou a caluniar o PCP e a União Soviética, calculando simultaneamente todo o povo português.

As opiniões de Willy Brandt são realmente muito pessoais mas a sua curiosidade sobre o nosso Partido começa a ser doentia. Portugal não é colónia dos Estados Unidos e o Mundo só está dividido em «zonas de influência» na imaginação daqueles que pensam como o ex-chanceler de Bonna.

Quanto às eleições, as profecias do ex-burgomestre de Berlim são simplesmente ridículas. Mas nem por isso deixam de reflectir um comportamento censurável, como forma de intervenção ostensiva no processo eleitoral português.

Os EUA pretendem expulsar um milhão de trabalhadores mexicanos

O Governo norte-americano estaria preparando a expulsão, dos Estados Unidos, de um milhão de trabalhadores mexicanos que entraram clandestinamente no país. A denúncia consta de uma carta enviada ao presidente do México, Luís Echeverría, pelo presidente da Comissão Norte-Americana para uma Sociedade Aberta, W. Higgs. O documento esclarece que o Governo de Washington já elaborou a lista dos elementos que serão expulsos, e que figuram nela os emigrantes que recebem melhores salários e de mais elevada qualificação técnica.

Durante anos, os EUA não levantaram obstáculos à entrada da emigração clandestina mexicana. As autoridades fechavam os olhos porque as fábricas e os campos da Califórnia, do Arizona, do Novo México e do Texas precisavam de uma força de trabalho barata. Agora, como o desemprego aumenta, o Governo de Gerald Ford torna-se subitamente «legalista». Com a expulsão desses trabalhadores — se for levada a cabo —, o México perderá cerca de 960 milhões de dólares por ano, isto é, cerca de 24 milhões de contos, total das economias que enviam às famílias. Isso verificar-se-á num momento em que o equilíbrio da balança de pagamentos do México é muito precário devido ao enorme «défice» da balança comercial. Por outro lado, a absorção pela economia mexicana dos trabalhadores expulsos seria, a curto prazo, impossível, pois o número de desempregados no país é muito elevado. A provável iniciativa dos EUA é interpretada sobretudo como resposta à política exterior de relativa independência do presidente Echeverría, que desagrada aos grandes monopólios americanos e à Casa Branca.

Os trabalhadores eventuais mexicanos foram sempre alvo de medidas discriminatórias nos EUA, onde são tratados ainda pior do que os negros. O mesmo acontece em relação aos chamados «chicanos», aproximadamente 5 milhões de cidadãos norte-americanos que descendem dos antigos habitantes dos actuais Estados da fronteira que foram anexados pelos Estados Unidos após as guerras de conquista de 1845 e 1848.

Declarações de Pedro Pires sobre o futuro de Cabo Verde

«A nossa posição é cada vez mais forte em Cabo Verde e não recemos a reacção», declarou à sua chegada a Bissau o comandante Pedro Pires, membro do Comité Executivo de Luta do PAIGC e presidente da Comissão Nacional de Cabo Verde do referido Partido.

Pedro Pires informou a direcção do PAIGC das suas recentes conversações em Lisboa com o Governo Português sobre a situação em Cabo Verde. O ex-comissário-adjunto das Forças Armadas da República da Guiné-Bissau, que já regressou à Cidade da Praia, declarou a Rádio Libertação, em Bissau, que a troca de impressões em Lisboa tinha incidido sobre problemas relacionados com o acesso à independência do arquipélago. Declarou que o PAIGC considera necessária a rápida substituição do governador de Cabo Verde por um alto-comissário, bem como a formação de um Governo de Transição, «porque estruturas que serviram para colonizar não podem servir para descolonizar». Acentuou também que o futuro Governo de Transição preparará e criará as condições indispensáveis para a eleição de uma Assembleia Nacional à qual caberia elaborar e promulgar a Constituição de Cabo Verde. O Governo de Transição seria formado por quatro secretários de Estado, dos quais dois designados pelo PAIGC.

ONU favorável à nacionalização de empresas estrangeiras

A Comissão Económica e Financeira das Nações Unidas aprovou no dia 6 uma carta económica com 36 artigos que reconhece o direito que assiste a todos os Estados soberanos de escolherem o seu próprio sistema político e de nacionalizarem empresas estrangeiras de acordo com os seus interesses nacionais.

O documento em questão suscitou acalorados debates e foram necessárias 50 votações para que o texto proposto pelo México com o apoio do Grupo dos 77, isto é, dos chamados países não alinhados — fosse aprovado. Votaram a favor 115 países contra 6: os Estados Unidos, a República Federal Alemã, a Grã-Bretanha, a Bélgica, a Dinamarca e o Luxemburgo. Houve dez abstenções: Austrália, Canadá, França, Islândia, Israel, Itália, Japão, Holanda, Noruega e Espanha.

A análise da votação é esclarecedora. Todos os países que se opuseram à Carta de Direitos e Deveres Económicos fazem parte do reduzido número de Estados que praticam uma política imperialista. Em todos eles há empresas monopolistas com grandes interesses económicos em nações do Terceiro Mundo. Todos eles acumulam grandes lucros à custa da exploração do trabalho de povos do Terceiro Mundo, à custa do assalto à riqueza alheia. O mesmo se poderia dizer a respeito dos 10 — com excepção da Espanha e da Irlanda — que



se abstiveram. Na ONU, como fora dela, a solidariedade dos oprimidos contra os opressores é sempre uma realidade. Mas o mundo, embora lentamente, está mudando. Apoiadas pelos países do bloco socialista, as nações que continuam a ser vítimas da exploração imperialista esforçam-se por exercer direitos sem os quais a soberania é uma mera ficção. O direito de cada país a nacionalizar empresas estrangeiras que se comportam de forma a lesar interesses nacionais, ou simplesmente a assumir o seu «controlo» em obediência à vontade popular, é um direito inalienável. O seu reconhecimento pelas Nações Unidas é um facto positivo.

A MEDICINA NA UNIÃO SOVIÉTICA

Apresentamos um resumo geral sobre a medicina na URSS, propomos transmitir entre nós uma parcela daquilo que, durante 10 anos de estudo e trabalho em estabelecimentos de ensino e saúde na União Soviética, fomos colhendo e assimilando sobre as verdadeiras realidades da assistência social e saúde pública daquele imenso País.

Como é sabido, durante 48 anos de fascismo em Portugal todas as conquistas e progressos no campo da medicina socialista soviética (como outros campos também) foram constantemente deturpadas ou apenas omitidas num acto de premeditado obscurantismo reaccionário.

Precisamente com o derrubamento do fascismo e com o impulso que estamos a viver para a instauração dum regime democrático, o conhecimento das conquistas e realidades médicas da União Soviética parece-nos neste momento de fundamental importância para a nossa terra.

Vejamos em primeiro lugar alguns números e dados essenciais sobre que elaboraremos posteriores considerações e que poderão servir de base concreta para este colóquio.

Desde o triunfo da Revolução de Outubro de 1917 na Rússia que V. I. Lenine assinou um decreto fundamental que reflectia as bases de toda a estruturação da saúde pública na actual URSS. Esses pontos nucleares são:

- 1) O desenvolvimento da assistência médica gratuita a toda a população, seja ela da cidade ou dos ma; recónditos lugares rurais;
- 2) Orientação sobretudo no sentido duma assistência profiláctica que se pode resumir, no fundo, num conjunto de medidas económico-sociais e médicas para prevenir as doenças e eliminar as causas que as produzem;
- 3) Protecção da saúde pelo Estado (o meio mais eficaz duma profilaxia verdadeira);
- 4) Unificação e unidade da medicina soviética;
- 5) Ligação estreita da ciência e da prática;
- 6) Desenvolvimento planificado do serviço de saúde.

Assentando nestas bases a União Soviética, com uma vastíssima população de 250 milhões de habitantes, com um território 243 vezes superior ao de Portugal, sofrendo a tremenda destruição de duas grandes guerras mundiais, guerra civil, intervenção estrangeira e um forte bloqueio económico e diplomático, consegue, neste momento, apresentar um sistema de organização médica, assistência social e de saúde que não pode deixar de despertar em nós profunda admiração.

As conquistas alcançadas pelo sistema socioeconómico soviético são bem elucidativas. Com uma educação médica gratuita, uma rede de 90 Institutos de Medicina, um ensino em que a teoria está intimamente ligada à prática, a URSS possui hoje 30 por cento dos médicos de todo o mundo ou seja 11 médico para 330 habitantes; e com as 700 escolas especializadas para auxiliares médicos conseguiu atingir presentemente a média de 78 para mil habitantes. Antes da Revolução o número era de 1 médico para 5665 habitantes.

A assistência médica é sectorial tanto na cidade como no campo, embora com ligeiras

diferenças. As unidades básicas da assistência são as policlínicas, o hospital e o dispensário. As policlínicas, onde são tratados 80 por cento dos casos, funcionam das 8 horas às 19. Fora deste horário, existe o posto de primeiros socorros.

Número de policlínicas: antes da Revolução existiam 6000; em 1974, 30 000.

Os casos de urgências são assistidos prontamente pelos serviços de assistência médica imediata equipados com elevado material técnico, 300 médicos e 1000 auxiliares. Os hospitais, complexos, com as mais variadas especialidades, possuem presentemente 2 680 000 camas e antes da Revolução tinham apenas 208 000. Além disso, nas empresas e fábricas funciona também um sistema «fechado» de policlínicas e hospitais. Há aí 1200 serviços médicos, 10 000 postos de socorro imediato dirigidos por médicos; e 20 000 postos de socorro dirigidos por auxiliares médicos e serviço de dispensário para controle sistemático da saúde de todo o operário.

A assistência rural com 100 000 estabelecimentos de profilaxia e assistência é feita por sectores e possui uma rede de 3 níveis de assistência, consoante a densidade populacional:

- 1 — a) hospital rural a 57 km da localidade mais próxima, com 25-50 camas, 4 médicos e 26 auxiliares, para 300-800 habitantes;
- b) posto de socorros e policlínica com auxiliares médicos e parteiras.
- 2 — hospital de distrito, com 75-150 camas e um número superior de especialistas

(27), em contacto com os médicos do hospital rural. 3 — hospital regional situado nas regiões chave da República. É o centro de elaboração dos métodos e organização do funcionamento dos serviços de saúde rural. Possui 200-300 camas e toda a qualidade de especialistas. O Estado soviético gasta 7,5 de rublos com a saúde pública (38 rublos por habitante).

Na protecção à maternidade a lei soviética permite: 1) 56 dias de licença paga, sem perda das férias anuais de trabalho, além de outros 56 dias depois do parto. Estes 56 dias são elevados para 70 se o parto for anormal ou gemelar. Há ainda uma licença complementar de 1 ano, sem perda do emprego nem da reforma, mas não remunerada. O princípio de assistência é aqui também sectorial. Antes da Revolução quase não existiam obstetras ginecologistas. Agora há 38 500.

Uma das tarefas mais urgentes desde o triunfo da Revolução de Outubro foi a protecção à saúde das crianças. A mortalidade infantil era antes de 1917 de 269 por mil crianças. Agora é de 25 por mil.

Antes não se podia falar de estabelecimentos de puericultura. Agora estas atingem o número de 75 100, em que são assistidos 9 milhões de crianças. Contam-se hoje cerca de 400 000 camas infantis, contra 0 antes da Revolução. O número de pediatras, que era também nulo, alcança agora a taxa de 868 '1 pediatra para 800 crianças). A partir de 1930 são formados pediatras em faculdades de pedi-

tria em centros médicos de educação superior (Institutos).

Nas creches, que assistem a 1,2 milhões de crianças por ano, e nos jardins de infância, que assistem a 8 milhões de crianças, há uma aprendizagem pré-escolar oficial em que os pais pagam apenas 10-20 por cento das despesas totais.

Nos estabelecimentos infantis de profilaxia — colónias de férias e acampamentos de pioneiros — descansam e são observados por médicos 8 milhões de crianças por ano. Nos sanatórios profilácticos a assistência ou é garantida ou os pais pagam apenas uma parcela.

A idade da reforma na URSS é a mais baixa de todo o mundo. Para os homens, aos 60 anos; para as mulheres, aos 55, depois de 20 anos de trabalho. Este limite baixa de 5 a 10 anos nos homens e mulheres que trabalham em profissões consideradas cientificamente como nocivas à saúde dos trabalhadores.

Além disso, nestes casos são concedidos subsídios alimentares, económicos, bem como aumento do número de dias de férias pagas (até 100 por cento).

A pensão é em média 60 a 80 por cento do salário. O Estado gasta em pensões mais de 60 milhões de rublos anuais.

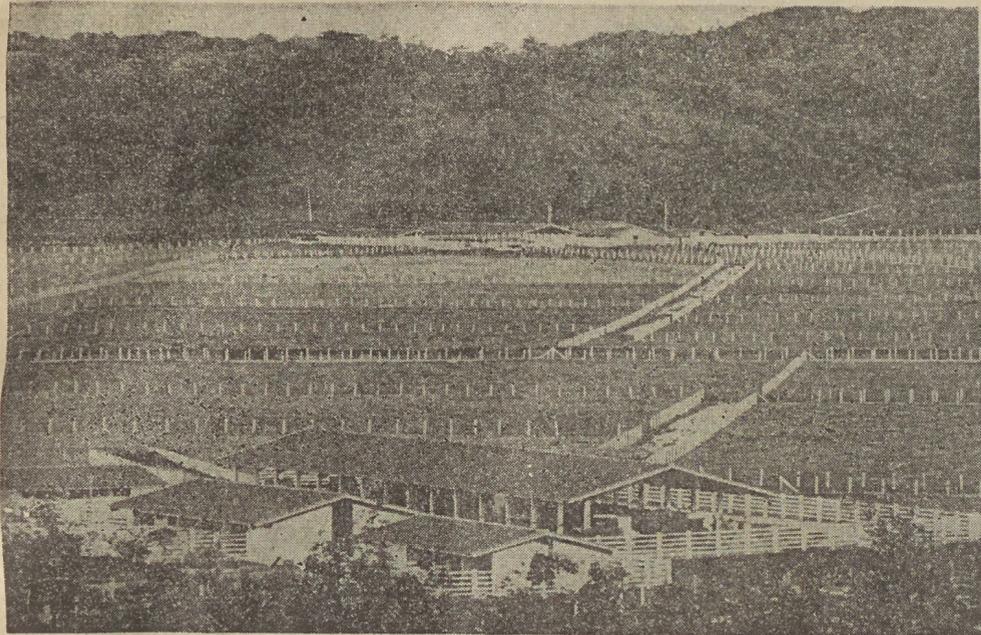
A duração média da vida individual é de 75 nos, contra 32 antes da Revolução.

As pensões por acidente de trabalho ou doença são estabelecidas por comissões especiais (médicos representantes dos sindicatos, organismos do seguro social).

Além disso, são concedidas outras regalias como o descanso totalmente gratuito 1 mês nas casas de repouso ou sanatórios especializados (profilactórios). Antes da Revolução existiam apenas 60; agora, 5000.

A investigação científica médica que é realizada por 50 000 investigadores em 350 Institutos e 100 Faculdades, encontra-se intimamente ligada à assistência, profilaxia e tratamento médicos.

por TITO SEABRA-DINIS
Médico psiquiatra do Instituto de Psiquiatria da Academia de Ciências Médicas da URSS



Os campos cubanos ganham uma fisionomia bem diferente da anterior à Revolução

CUBA CAMINHA EM FRENTE

DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE COMUNIDADES RURAIS

Um vasto programa de construção de comunidades rurais, integradas em planos de desenvolvimento agro-pecuário, acabará, em poucos anos, com a imagem das baracas com piso de terra, sem luz nem água potável, que caracterizava Cuba antes da Revolução.

A construção desta rede de povoações está a cargo do Grupo Nacional do Desenvolvimento de Comunidades, que faz parte de um organismo com categoria de ministério, identificado pelos cubanos por quatro letras: DESA (Desenvolvimento de Edificações Sociais e Agro-pecuárias).

Por iniciativa do primeiro-ministro Fidel Castro, o Grupo surgiu nos primeiros meses de 1971, quando se lhe encarregou a complexa tarefa de coordenar o desenvolvimento das comunidades, mediante estudos socioeconómicos e a criação de instituições que velassem pelo bem-estar social, com características de poder ou autoridade local.

O líder da Revolução Cubana determinou, então, que o trabalho do Grupo devia encaminhar-se para a construção, em distintas fases, de povoações, aos quais se chamou «povoações em processo de integração».

O desenvolvimento da vida rural em Cuba está intimamente ligado ao processo de transformação da economia agrária, impulsionado pela Revolução dentro da estratégia de desenvolvimento do país que aspira a superar, num breve prazo histórico, a situação de subdesenvolvimento económico herdado do passado.

A Lei da Reforma Agrária de 1959 foi o primeiro passo desta transformação, ao expropriar os grandes latifúndios açucareiros e de criação de gado.

Aliança entre operários e camponeses

Deste modo, foram dados os primeiros passos tendentes a melhorar a habitação dos camponeses, ainda que com uma estruturação do território inadequada para a administração e execução da Reforma Agrária, pois contemplava zonas de desenvolvimento agrícola que agrupavam terras nacionalizadas de grande extensão com parcelas do sector privado.

O território convertia-se num verdadeiro mosaico agrícola de difícil exploração, tendo em conta que a modernização da agricultura pretendia aumentar a produção e a produtividade mediante a máxima utilização do uso do solo e dos demais recursos naturais.

Além disso, adoptaram-se as tecnologias mais avançadas como a mecanização, a quimificação e o desenvolvimento da rega.

Tudo isto requeria a especialização dos territórios para aproveitar melhor as características locais, desenvolver coesantemente a infraestrutura e organizar a exploração agrícola com maior eficiência. A necessidade de estabelecer as formas de associação entre a produção privada e estatal, problema de carácter essencialmente político, foi

encarada nos termos da aliança operário-camponesa.

Estes sectores, anteriormente explorados, aliavam-se agora, tendo como meta o desenvolvimento do país e desfrutando dos benefícios económicos e sociais trazidos pela Revolução.

A participação do camponato nestas tarefas deve culminar com a incorporação das suas terras e força de trabalho nos planos integrais. Este processo, que deve produzir-se de modo progressivo, livre e voluntariamente, levará grande número de anos.

Entretanto, o produtor privado dedicará uma parte da sua parcela a uma produção diversificada e dedicada ao auto-consumo e o resto da terra será cultivada de acordo com as indicações emanadas de um plano geral.

Além disso, foi necessário definir paralelamente a especialização regional das áreas estatais, o que contempla: os volumes de produção agro-pecuária de acordo com os objectivos estabelecidos para o consumo e a exploração, investigações dos solos e determinação do seu potencial hidráulico.

Ao mesmo tempo, procedeu-se à melhoria das relações agro-industriais, à distribuição da tradição agrícola e especialização das regiões.

Estas novas áreas de vivendas estão concebidas como parte integrante da unidade de produção, com o que se consegue que o local da vida quotidiana se organize em redor do trabalho criador.

Este processo de urbanização rural eliminará de forma efectiva as diferenças de condição de vida entre o campo e a cidade.

A concentração da população facilita, além disso, a distribuição de água potável, electricidade e outros serviços básicos e, o que é mais importante, a vida em comunidade possibilita o intercâmbio de ideias e de experiências, que ajudam à superação e ao desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade em geral.

A casa constrói-se como integrante de uma comunidade rural e em relação a um plano de desenvolvimento agro-pecuário. Esta comunidade, dotada das edificações sociais básicas, constitui uma unidade político-administrativa governada por si mesma e intimamente relacionada com o plano de desenvolvimento que a fomenta.

Os seus membros devem manter-se vinculados na sua actividade ao plano de desenvolvimento correspondente. A força de trabalho agrícola contribui também para a construção das vivendas, assim como das obras sociais da comunidade.

O sistema de construção estabelecido já não é o de casas isoladas como antes, mas aproveitando e poupando a terra, crescendo verticalmente em edifícios multifamiliares.

Também o equipamento se concebe integralmente, com instalações sociais de saúde, de recreio e educativas. Isto permite recolher as necessidades e motivações de carácter social arreigadas na região.

Participação das massas

O desenvolvimento das comunidades nesta etapa é dado por uma maior participação das massas, em níveis superiores, na solução dos problemas que as afectam.

As mudanças políticas e económicas produzidas pela Revolução facilitam a identi-

ficacão consciente e a participação activa da população para resolver as necessidades sociais.

Nesta etapa que tem um papel importante o Grupo Nacional de Desenvolvimento de Comunidades.

As investigações, como instrumentos para a acção deste grupo de homens e mulheres, compreendem múltiplas facetas de ordem física, económica, social e histórica, pelas quais o homem desenvolve a sua actividade.

Utilizando métodos científicos, os trabalhadores do Grupo investigam o território e sua especialização, o espaço no qual se realiza a actividade humana em toda a sua amplitude, o centro de produção, assim como as instalações adequadas aos interesses do homem.

Através de inquéritos ou entrevistas pessoais, o Grupo conhece as relações dos homens no trabalho, a utilização dada à sua força laboral na produção e nos serviços pedidos pela população.

De forma individual, analisa-se o homem e o seu núcleo familiar os seus antecedentes de formação, características e actuais relações sociais, o seu comportamento perante a sociedade e a sua disposição perante a mudança de vida, entre muitos outros aspectos da sua existência.

Ao mesmo tempo, o Grupo leva a cabo uma investigação histórica local, para conhecer a influência do passado e sua importância como factor que condiciona o presente. De igual modo, estimula a preservação dos valores e tradições positivas para o desenvolvimento da comunidade, ao mesmo tempo que combate as influências negativas da mesma.

Neste complexo trabalho, que requer uma grande especialização, trabalha uma equipa de profissionais em Sociologia, Psicologia Social, História, Letras, Ciências Jurídicas, Ciências Políticas, Pedagogia, Geografia e Arquitectura.

HUNGRIA:

LEIS QUE PROTEGEM OS VELHOS E AS CRIANÇAS

O plano quinquenal em curso na República Popular da Hungria tem sido marcado, no campo da política social, por importantes medidas. Entre essas medidas contam-se, por exemplo, as adoptadas pelo Governo de apoio às famílias numerosas, de protecção às crianças e à velhice.

Foi aumentado consideravelmente o subsídio às jovens mães que, após darem à luz, ficam em casa para tratar dos filhos. Logo no primeiro ano do plano foram abrangidas por esta medida 170 mil jovens mães. Todavia, em Janeiro deste ano, esta medida foi aperfeiçoada com a introdução dum sistema de subsídios progressivos de acordo com o número de filhos. Se, depois do primeiro filho, a mãe recebe um subsídio de 800 forintos por mês, depois do segundo filho recebe 900 e depois do terceiro 1000 forintos mensais. Foram abrangidas por esta medida, desde o começo do ano, cerca de 200 mil jovens mães.

Também no quinquênio em curso têm sido levadas a cabo importantes medidas governamentais no sentido de aumentar o número de lugares nas creches e jardins de infância. O número de crianças que frequentam os jardins de infância passou de 58 por cento, em 1970, para 66 por cento.

Entre as medidas de política social adoptadas pelo Governo húngaro, no sentido de melhorar a situação dos velhos, figura a que introduziu um aumento anual de 2 por cento nas pensões. Foi também regulamentada a ocupação dos reformados que, tendo atingido o limite de idade previsto na lei, estão ainda, porém, em condições de desenvolver qualquer tipo de actividade útil ao país. De acordo com as medidas governamentais, os reformados podem trabalhar até 480 horas por ano, continuando a receber a sua pensão por inteiro. Para se ter uma ideia

da amplitude das medidas do Governo húngaro de protecção à velhice, basta dizer que, somente em Budapeste, são destinados anualmente para esse fim, 150 milhões de forintos. Na capital existem também 23 lares para velhos. O mais recente inaugurado este Outono, está dotado de todo o conforto mais moderno e tem 450 lugares.



Na Hungria, as crianças são pessoas importantes

ASSINA O "AVANTE!"

(Exclusivo da ag. Novosti para «Avante!»)

SEARA NOVA
N.º DE DEZEMBRO
Estabilidade Económica e Garantia de Emprego
entrevista com Eugénio Rosa
Fascismo e Fascista — Palavras em Liberdade por Albano Lima
A História do PCP Através de Seis Congressos por Fernando Guerreiro
Para a História do Fascismo
Um Poema de Amílcar Cidral
África Austral — Uma Vida Nova

URUGUAI: O POVO OPRIMIDO REFORÇA A LUTA CONTRA A DITADURA

• ENTREVISTA COM UM DIRIGENTE DO PCU

Um dirigente do Partido Comunista do Uruguai, desempenhando, actualmente, as funções de primeiro-secretário do Partido (e cujo nome, por razões bem compreensíveis, rios dispensamos de divulgar), concedeu, em Montevideo, uma entrevista ao «Avante!».

«AVANTE!» — Como caracteriza o Partido Comunista do Uruguai a ditadura de Bordaberry e a direita militar, em relação com a situação política económica e social, externa e interna, e as suas consequências?

R. — A ditadura de Bordaberry e seus cúmplices é a resposta das classes dominantes do Uruguai e do imperialismo yanqui ao ascenso poderoso das forças operárias e populares que, nos marcos de uma tremenda agudização da crise económica, social e política, vêm há anos reclamando uma profunda transformação da estrutura económico-social, sem a qual não é possível resolver os problemas nacionais. Para isso, a ditadura liquidou a legalidade burguesa e as liberdades democráticas e sindicais, prosseguiu um curso de fascização crescente de todos os aspectos da vida nacional, agrava de maneira inaudita os sofrimentos das amplas massas populares, levando-as à fome, conduz à ruína as pequenas e médias empresas, assim como as relativamente grandes, destrói as instituições culturais e a segurança social que antes constituíam conquistas de que justamente se orgulhava o nosso povo. Uma manifestação dramática desta situação é a emigração de centenas de milhares de operários, técnicos, universitários e intelectuais, que está despojavando o país das suas forças mais valiosas e dinâmicas. A ditadura está destruindo o Uruguai.

«AVANTE!» — O Partido Comunista do Uruguai e outras forças democráticas consideram que a ditadura de Bordaberry e a direita militar — acusada pelo fracasso estrepitoso dos seus planos económicos, pela agudização da crise e pelo descontentamento cada vez mais profundo das massas populares — carecem de qualquer base social e política e apresentam agudos sintomas de instabilidade. Como pode, nestas condições, manter-se o Poder?

R. — Os factos a que alude na sua pergunta são inegáveis. No campo socioeconómico, não só os trabalhadores e as camadas médias mas também, alguns sectores economicamente fortes da burguesia e os produtores do campo estão contra a ditadura; no plano político, não há um só partido que a apoie. O seu desprestígio internacional pode compararse à condenação do regime de Pinochet. Desde a greve geral, com a qual o proletariado enfrentou a ditadura, durante 15 dias de luta heróica em Junho/Julho de 1973, a ditadura não conseguiu consolidar-se, agravando-se constantemente as suas contradições internas e externas e a sua instabilidade. Apesar disso, como consegue aguentar-se? Apoiase, sobretudo, na força económica de uma pequena, mas poderosa oligarquia, no imperialismo yanqui e nas Forças Armadas. Essa base é estreita e instável, mas, nenhuma ditadura cairá por si.

«AVANTE!» — O mundo inteiro sabe que o regime despótico no Uruguai assenta, principalmente, na repressão mais cruel aos patriotas,

no terror físico e ideológico, na prática sistemática de torturas. Estes métodos continuam a ser aplicados, apesar dos protestos nacionais e internacionais que se levantam?

R. — Esses métodos não só continuam a ser aplicados como até se intensificam. Pelo nível e crueldade das torturas, o Uruguai está hoje, pelo menos, ao mesmo nível (se é que não é pior), do Chile. São brutalmente torturados até adolescentes de 16 e 17 anos de idade, que se portam heroicamente. A menor acção de protesto e luta é reprimida com ferocidade; há milhares e milhares de presos; milhares e milhares de desempregados que, numa situação de depressão económica tão profunda como a que atravessa o Uruguai, não conseguem arranjar emprego e estão virtualmente condenados à fome. Somente nas últimas semanas, ficaram sem trabalho centenas de professores, a que certamente se seguirão outros mais. A medida da brutalidade pode ser dada pelos processos a dezenas de militantes; a sua manutenção nas prisões e as propostas de condenações que vão até 6 anos de cadeia, são a acusação de ataque à força moral das Forças Armadas. Os juizes dos tribunais militares (só um em cada cinco é advogado) têm aplicado tais condenações a camaradas presos, apenas por terem desenhado nas paredes a foice e o martelo ou por terem colocado em árvores a bandeira do Partido. Um dos juizes chegou ao extremo de defender que só o facto de professar ideias marxistas-leninistas é delito que se deve pagar com a prisão.

«AVANTE!» — Como luta a classe operária, ao lado das outras camadas esclarecidas e patrióticas do país, pelos seus direitos fundamentais, pelas liberdades, pelo derrubamento da ditadura e para abrir caminho a uma situação de progresso, democracia, soberania e independência nacional? Nas difíceis condições de clandestinidade e repressão em que se encontra como luta e cresce o Partido Comunista?

DESENVOLVE-SE NAS ILHAS A ACTIVIDADE DO PCP

Foi inaugurado o Centro de Trabalho do PCP em Ponta Delgada, situado na Rua da Misericórdia, 26, 2.º esq., cujo horário provisorio de funcionamento é o seguinte: das 20 às 23 horas nos dias úteis, e das 15 às 19 e das 20 às 23 aos sábados e domingos.

A propósito deste acontecimento, a Comissão Concelhia de Ponta Delgada do PCP tornou público um comunicado em que, ao anunciar a abertura do Centro, dá a conhecer aos operários, trabalhadores, camponeses e ao

da repressão realizaram-se manifestações no 1.º de Maio, jornadas de reivindicações salariais, concentrações diante do Ministério do Trabalho. O Governo «legalizou» e «desolveu» a Convenção Nacional de Trabalhadores, o Sindicato de Construção, etc., que continuam, apesar disso, orientando a luta dos trabalhadores. As manobras para criar sindicatos «camarelos» fracasaram estrondosamente, e Bordaberry reconheceu, recentemente, que, se tivessem lugar eleições sindicais, os trabalhadores voltariam a eleger os seus velhos e provados dirigentes, entre eles os comunistas.

POR QUE LUTAM OS COMUNISTAS

Uma pequena brochura com este título está prestes a ser posta à venda pelas «Edições Avante» — Cadernos do PCP.

POR QUE LUTAM OS COMUNISTAS divulga, a traços largos, a acção e o papel do Partido Comunista Português, os objetivos de luta e os ideais dos comunistas.

POR QUE LUTAM OS COMUNISTAS dirige-se aos trabalhadores, à juventude, às mulheres, a todos os sectores antimonopolistas, às mais largas massas populares.

Divulgar amplamente este folheto em todo o País, fazendo-o chegar às regiões menos politizadas, é mais uma entre as muitas tarefas de propaganda em que cada comunista deve sentir-se empenhado.

Vão-se criando condições para acções de massas de maior envergadura. Segundo os comunistas, este é o único caminho através do qual se conseguirá derrubar a ditadura e constituir um Governo provisório de orientação patriótica, democrática e popular. Outros importantes sectores políticos e sociais estão de acordo com a necessidade de unificar a acção comum de todas as forças anti-ditatoriais, que podem chegar a acordo sobre um programa mínimo. Consideramos que, conseguir esse amplo acordo unitário de que a Frente Ampla deve ser o núcleo mais avançado e combativo, é decisivo para derrubar a ditadura e que esta perspectiva está amadurecendo rapidamente. Actualmente, há francos e cordiais contactos entre todas estas forças.

O PCU é reconhecido por todos como o destacamento mais forte, organizado e combativo. Ele é a alma viva da luta e da resistência à ditadura. O PCU reúne, regularmente, centenas de células e de outros organismos; edita, há muitos meses, a «Carta Semanal» em milhares de exemplares, que circulam de mão em mão (é o único órgão da oposição que se publica regularmente no país), e acaba de aparecer o primeiro número da sua revista teórica «Ensaio». Está a ser levada a cabo, com êxito, a maior campanha de fundos de toda a história do Partido. Realizaram-se grandes jornadas de solidariedade com o Chile, no dia 11 de Setembro; colaram-se milhares de cartazes com os retratos de Allende e Corvalán; no dia 19 de Setembro, data do 54.º aniversário do Partido, foram colocadas mais de 1000 bandeiras vermelhas nas ruas, nas fábricas e distribuíram-se mais de 2 milhões de tarjetas, reclamando a libertação de Arismendi, Jaime Perez, Jorge Mazzarovich, assim como de todos os presos políticos e sindicais. Centenas de operários, dos mais combativos, ingressaram no Partido. Actividade semelhante desenvolveu a União da Juventude Comunista. Claro, isto custa-nos muitas centenas de militantes presos, despedidos, torturados e assassinados, como a professora Nelly Sabalzaary. É o elevado preço que temos de pagar pela nossa difícil luta patriótica.

«AVANTE!» — Como considera o PCU as expressões de solidariedade internacional para com a classe operária e o povo do Uruguai, pela libertação dos camaradas Arismendi, Jaime Perez, Jorge Mazzarovich e outros patriotas e revolucionários presos pela ditadura?

R. — O nosso Partido está infinitamente agradecido aos partidos e movimentos populares democráticos de outros países, e, em particular, dos países socialistas, que nos manifestaram a sua solidariedade neste ano e meio. O clima mundial de condenação da ditadura de Bordaberry e sua importância na luta pelo seu derrubamento e pelo contributo, decisivamente, para a obrigar a libertar os nossos queridos presos. Do mesmo modo que a ditadura não pode consolidar-se e a economia, política e socialmente débil e instável, consideramos que o desenvolvimento da solidariedade internacional a um nível mais elevado pode precipitar a conquista desses objetivos. Isso seria não apenas imensamente benéfico para a nossa pátria como também ajudaria a alterar, num sentido favorável, a correlação de forças na América Latina, o que é do interesse de todos os seus povos, e constituiria uma significativa vitória, inclusive, à escala mundial.

«AVANTE!» — Como considera o PCU as expressões de solidariedade internacional para com a classe operária e o povo do Uruguai, pela libertação dos camaradas Arismendi, Jaime Perez, Jorge Mazzarovich e outros patriotas e revolucionários presos pela ditadura?

«AVANTE!» — Nos vossos projectos de organização de um sector de informação que sirva ao processo de democratização do vosso país, não se incluí a formação de uma agência de informação?

R. — Estamos a pensar criar de facto uma agência de informação, mas para isso temos algumas dificuldades no que se refere ao problema das telecomunicações. Temos também a intenção de montar um serviço de telex para recepção de notícias de agências estrangeiras e também um serviço de escuta das estações emissoras de todo o mundo que nos interesse ouvir.

«AVANTE!» — A visita do



Manuel Santos falando à reportagem do «Avante!»

A INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE CONSCIENCIALIZAÇÃO POLÍTICA

— entrevista com Manuel Santos, comissário da Informação e Turismo da República da Guiné

Com «Avante!» um camarada do PAIGC, Manuel Martins Santos, comissário da Informação e Turismo da República da Guiné.

Combatente da resistência, obreiro da libertação, como tantos e tantos elementos do povo em luta contra o colonialismo fascista, Manuel Martins Santos tem hoje uma tarefa essencial a desenvolver para a construção da jovem nação. Em toda a parte do mundo a informação constitui um instrumento poderosíssimo no processo de consciencialização ou de alienação de um povo. No caso de uma nação que despoita em horizontes de liberdade em cada dia alargados pelos mesmos homens que combatem incansavelmente por essa mesma liberdade, a informação é sem dúvida um factor de educação e mobilização para as grandes tarefas de construção nacional.

Sobre a importância do sector da Informação no processo revolucionário que está a decorrer na República da Guiné, o camarada Manuel M. Santos declarou-nos:

M. S. — A Informação tem um papel de primeira ordem no processo que decorre actualmente na Guiné. Pensamos que o primeiro objetivo da Informação é formar as nossas massas populares, contribuir para uma consciência política desejável, aquela consciência política que começamos a criar nas regiões que foram controladas pelo PAIGC durante todos estes anos. Isto além de informar essas mesmas populações do que acontece no Mundo. Mas essa informação deve ser naturalmente dirigida, canalizada no sentido da formação de uma nova mentalidade, de uma nova consciência política das nossas massas populares.

«AVANTE!» — De imediato e para que a Informação se estrutura enquanto elemento educador e organizador das massas, deontom problemas de organização. Como pensam organizar, pois, o sector da Informação?

M. S. — Actualmente, a Informação está muito pouco desenvolvida na Guiné. Disponemos de uma estação emissora que funciona quinze horas por dia e contamos começar, brevemente, com alguns órgãos de imprensa escrita: um jornal diário, um semanário, possivelmente como órgão oficial do Partido, e a conti-

nuação da publicação de um boletim mensal, outrora apenas editado em língua francesa mas que provavelmente se vai publicar também em língua portuguesa, boletim esse que se destina especialmente ao estrangeiro. O quotidiano será propriedade do Estado e do Estado é dirigido pelo Partido; portanto a sua função é a mesma do semanário. Só que este será politicamente mais especializado. Nos pensamos que a Informação deve ter um papel muito importante na divulgação e na difusão das palavras de ordem do Partido, dos documentos escritos do Partido, das obras do camarada Amílcar Cabral. Em síntese, de tudo aquilo que toca a formação política do homem que nós queremos criar na Guiné.

«AVANTE!» — Nos vossos projectos de organização de um sector de informação que sirva ao processo de democratização do vosso país, não se incluí a formação de uma agência de informação?

M. S. — Estamos a pensar criar de facto uma agência de informação, mas para isso temos algumas dificuldades no que se refere ao problema das telecomunicações. Temos também a intenção de montar um serviço de telex para recepção de notícias de agências estrangeiras e também um serviço de escuta das estações emissoras de todo o mundo que nos interesse ouvir.

«AVANTE!» — A visita do

linguas escritas ainda com o alfabeto árabe, apesar de as pessoas que utilizavam na escrita, este alfabeto, serem consideradas analfabetas no tempo da colonização. A língua é um factor de cultura. Se nós queremos desenvolver uma cultura guineense temos de desenvolver todos os seus aspectos e este é um deles.

Restituir ao povo os seus valores

«AVANTE!» — O camarada focou o aspecto da alfabetização do povo da Guiné. Como pensam conduzir este trabalho?

M. S. — Não estou profundamente ao corrente dos projectos de trabalho, porque cada homem se ocupa do seu sector. Pretendemos, em primeiro lugar, fazer a escolarização total das crianças em idade escolar e promover brigadas de alfabetização que se deslocam ao campo para alfabetizar os adultos. Evidentemente, que esse é um trabalho difícil, porque a esmagadora maioria das pessoas da Guiné não sabem falar português e têm de ser escolarizadas em português. E há muitos milhares que não falam sequer o crioulo. Este facto levanta grandes dificuldades. Mas temos a intenção de levar avante esse programa total de alfabetização na Guiné.

«AVANTE!» — Relativamente ao estado cultural do povo

M. S. — Temos de estabelecer uma certa diferenciação. Por um lado, temos as massas que viveram nas nossas regiões libertadas, que são muito menos alienadas culturalmente porque, durante os últimos anos, houve um esforço do PAIGC em restituir ao povo da Guiné os seus valores em todos os campos. Mas ainda dentro das zonas controladas pelos portugueses temos de estabelecer uma diferença entre as zonas de menor ocupação e as que foram verdadeiramente ocupadas, ou seja a cidade e as vilas mais importantes, onde existe, evidentemente, como em alguns casos, as massas populares escaparam a essa influência?

M. S. — Naturalmente que nós estamos de braços abertos para com todos aqueles que queiram ajudar a construir uma Guiné de facto progressista e próspera. E creio que, nesse aspecto, os primeiros exemplos de solidariedade internacional, depois do fim da guerra, foram a ida de professores e de médicos portugueses para trabalharem durante um certo tempo na Guiné. Tem havido muita gente de muitas nacionalidades dispostas a ir para a Guiné. Mas, evidentemente, na medida em que esses médicos e esses professores vão como resultado de acordos entre o Governo da Guiné-Bissau e o Governo Português, a sua situação é mais vantajosa do que a daqueles que vão por iniciativa privada. Pensamos que à medida que as pessoas vão tendo mais confiança na Guiné como um país que está a avançar no melhor sentido, a solidariedade internacional aumentará.

«AVANTE!» — Ao povo da Guiné e ao seu Governo não têm faltado provas da solidariedade internacional de todos os sectores empenhados na construção de um mundo em que esteja banida para sempre a opressão e a exploração. Como estimular mais esta solidariedade internacional na grande obra de construção do povo guineense?

M. S. — Naturalmente que nós estamos de braços abertos para com todos aqueles que queiram ajudar a construir uma Guiné de facto progressista e próspera. E creio que, nesse aspecto, os primeiros exemplos de solidariedade internacional, depois do fim da guerra, foram a ida de professores e de médicos portugueses para trabalharem durante um certo tempo na Guiné. Tem havido muita gente de muitas nacionalidades dispostas a ir para a Guiné. Mas, evidentemente, na medida em que esses médicos e esses professores vão como resultado de acordos entre o Governo da Guiné-Bissau e o Governo Português, a sua situação é mais vantajosa do que a daqueles que vão por iniciativa privada. Pensamos que à medida que as pessoas vão tendo mais confiança na Guiné como um país que está a avançar no melhor sentido, a solidariedade internacional aumentará.



ALBERTO ARAÚJO

HOMENAGEM DE UM GRUPO DE DEMOCRATAS DO CONCELHO DE ALMADA

HOMENAGEM EM ALMADA A ALBERTO DE ARAÚJO

Dirigente do Partido Comunista Português, Alberto Araujo foi uma das muitas vítimas do regime fascista. Preso pela extinta e criminosa policia politica salazarista deportado para o Tarrafal após 11 meses de incomunicabilidade, sofreu naquele campo de concentração todas as violências que ali se praticavam, desde 20 dias na terrível «frigidreira» aos trabalhos forçados, a que foi sujeito durante 31 anos.

Nunca, ao longo destes anos de dura luta contra o fascismo, os companheiros de Almada esqueceram o exemplo de dedicação e firmeza deste corajoso professor, que passou a ser um dos símbolos de luta dos trabalhadores almadenses.

Assim, amanhã, às 16 horas, no jardim de Almada, junto ao Tribunal, o povo desta cidade evocará o comunista Alberto Araujo, descerrando um busto do homenageado, sendo este pago por subscrição pública. As vítimas do fascismo não morreram em vão. O seu exemplo perdurou no coração e na força do povo.

Sessão de esclarecimento

No desenvolvimento da sua actividade, a Comissão Concelhia de Ponta Delgada do PCP realizou no passado dia 5 uma sessão de esclarecimento para as alunas e professoras da Escola de Enfermagem de Ponta Delgada e que teve a participação de um camarada da Direcção da Organização Regional das Ilhas Adjacentes.

A sessão registou bastante assistência que, na parte final, participou activamente fazendo perguntas sobre a construção do socialismo, a posição do nosso Partido face à religião e ainda sobre a vida nos países socialistas, nomeadamente na URSS.

Octávio Pato na Madeira

Promovida pela Comissão Distrital do Funchal do PCP realizou-se amanhã, dia 14, uma sessão de esclarecimento que terá a participação do camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista, Português.



Encontra-se no nosso país, a convite da Associação Portugal-RDA, o conjunto «Geração 49», importante agrupamento de canção política da República Democrática Alemã, que actuou, na passada quarta-feira, com grande êxito, no Pavilhão dos Desportos. Uma delegação do grupo deslocou-se à nossa redacção onde, juntamente com os trabalhadores do «Avante!», viveram alguns momentos de alegre convívio. Os camaradas da «Geração 49», terão ainda oportunidade de apresentar o seu espectáculo em várias localidades do país